

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**EDERSON FERNANDO MILAN DOS SANTOS**

**FRONTEIRA, CAPITALISMO, DEMOCRACIA: ESTADOS UNIDOS E BRASIL  
(SÉCULOS XIX E XX)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**EDERSON FERNANDO MILAN DOS SANTOS**

**FRONTEIRA, CAPITALISMO, DEMOCRACIA: ESTADOS UNIDOS E BRASIL  
(SÉCULOS XIX E XX)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S237f Santos, Ederson Fernando Milan dos  
Fronteira, capitalismo, democracia: Estados Unidos e Brasil  
(Séculos XIX e XX) / Ederson Fernando Milan Dos Santos. -  
Marechal Cândido Rondon, 2015.  
119 p.

Orientador: Dr. Marcio Antônio Both da Silva

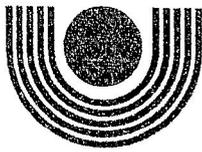
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Capitalismo. 2. Democracia. 3. Fronteiras. 4.  
Brasil - História. 5. Estados Unidos - História - Séc.  
XX. I. Silva, Marcio Antônio Both da. II. Título.

CDD 22.ed. 330.122  
321.8

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado  
Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2015, às 9h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Marcio Antônio Both da Silva (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Paulo Afonso Zarth (UNIJUÍ) e Dr. Paulo José Kolling (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Fronteira, capitalismo e democracia: Estados Unidos e Brasil (séculos XIX e XX)*", apresentado pelo pós-graduando **Ederson Fernando Milan dos Santos** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Alvarado. Nada mais havendo a constar, eu Marcio Antônio Both da Silva, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

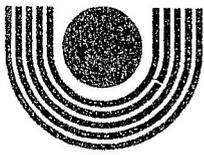
Marechal Cândido Rondon, 27 de fevereiro de 2015.

Marcio Antônio Both da Silva  
Orientador

Paulo Afonso Zarth  
Membro

Paulo José Kolling  
Membro

Ederson F.M. Santos  
Ederson Fernando Milan dos Santos  
pós-graduando



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
UNIOESTE

**PARECER DESCRITIVO**

Título da Dissertação: *"Fronteira, capitalismo e democracia: Estados Unidos e Brasil (séculos XIX e XX)"*.

Nome do concluinte: **Ederson Fernando Milan dos Santos**

Integrantes da Banca:

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva (Orientador) (UNIOESTE);

Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth (UNIJUI);

Prof. Dr. Paulo José Kolling (UNIOESTE).

Parecer:

A BANCA DEIXA A RELEVÂNCIA DO TEMA PESQUISA DO PARANÁ
A HISTORIOGRAFIA E SUGERE A
CONTINUIDADE DA PESQUISA E
DA FORMAÇÃO DO ALUNO COMO
HISTÓRIADOR.
-

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Sonia, por tudo.

A minha namorada, Mayra, pelo apoio em todos os bons e maus momentos que passei durante o processo de pesquisa, além da excelente correção do texto pronto.

A minha família, pelo sempre constante apoio e por acreditar em mim.

A meu amigo, professor e orientador Marcio Both, pela descomunal paciência e extrema atenção, e pelo auxílio na conclusão de mais uma etapa.

Aos professores Paulo Koling e Paulo Zarth, que tão gentilmente aceitaram o convite para a banca de qualificação e para a banca de defesa.

Aos amigos Lucas André Berno Kölln e Carlos Eduardo Boaretto Pereira, que desde a graduação sempre estiveram presentes, para o que precisasse.

Aos amigos Alexandre Arienti Ramos e Marcos Ferrari, pelo grande companheirismo e camaradagem durante o mestrado.

Aos amigos Gildo Reis e Márcio Galante, pelas conversas e descontrações de sábado de manhã.

A equipe administrativa do PPGH, especialmente Iraci, sempre a disposição para qualquer dúvida ou problema.

Ao ANDES-SN e ao professor Antônio de Pádua Bosi, que por intermédio de oferecimento de bolsa para digitalização do acervo do sindicato me possibilitaram recursos materiais, fundamentais para a conclusão do mestrado.

## RESUMO

O objetivo geral dessa dissertação é analisar as interpretações construídas sobre os conceitos de *fronteira*, *capitalismo* e *democracia*, a partir das obras de alguns intelectuais que estudaram sobre o assunto, aplicando esses conceitos aos seus respectivos modelos, que neste caso, diz respeito ao caso estadunidense e ao caso brasileiro. Os objetivos específicos envolvem descrever o conceito de fronteira de Frederick Jackson Turner, a partir de seu mais famoso ensaio, *O Significado da Fronteira na História Americana*; analisar como Turner desenvolve o conceito de *democracia*, a partir das relações sociais estabelecidas na *fronteira*; identificar os autores que estudaram o tema, analisando suas obras no contexto que foram produzidas, buscar referência na obra de autores brasileiros que estudaram o tema da fronteira e da democracia, entre eles Otávio Velho, José de Souza Martins, Cassiano Ricardo, assim como observar como o desenvolvimento capitalista ocorreu no Brasil, a partir das relações de trabalho engendradas na fronteira, seguindo os pressupostos das obras de Otávio Velho e José de Souza Martins. O trabalho é teoricamente embasado a partir da metodologia da História dos Conceitos em diálogo com a História das Ideias, visando traçar as relações entre esses autores, o contexto em que suas obras foram produzidas e como é possível a produção do conhecimento a partir da análise das interpretações dos processos de expansão da fronteira nos Estados Unidos e no Brasil, e como essas interpretações formam a base para a construção de ideias sobre o processo de desenvolvimento da democracia e do capitalismo nesses dois países.

Palavras-chave: Fronteira; Capitalismo; Democracia; História dos Estados Unidos; História do Brasil; História dos Conceitos; História das Ideias.

## **Frontier, Capitalism, Democracy: United States and Brazil (XIX and XX centuries)**

The overall objective of this dissertation is to analyze the interpretations built on the concepts of frontier, capitalism and democracy, from the works of some intellectuals who have studied the subject, applying these concepts to their respective models, in this case, refers to the USA case and the Brazilian case. The specific objectives involve describing Frederick Jackson Turner's concept of frontier, based on his most famous essay, *The Significance of the Frontier in American History*; analyzing how Turner develops the concept of democracy, based on the social relations established at the frontier; identifying the authors who have studied the issue, analyzing their works in the context in which they were produced, seeking reference in the work of Brazilian authors who have studied the subject of the frontier and of democracy, among them, Otávio Velho, José de Souza Martins, Cassiano Ricardo, as well as observing how the capitalist development took place in Brazil, from labor relations engendered at the frontier, following the assumptions of the works of Otávio Velho and José de Souza Martins. The work is theoretically grounded on the methodology of the Conceptual History in dialogue with History of Ideas, intending to point out the relationship between these authors, the context in which their works were produced and how is possible the production of knowledge from the analysis of interpretations of the expansion process of the frontier in the United States and on Brazil, and how these interpretations form the basis for the construction of ideas on the development of democracy and capitalism in these two countries.

**Keywords:** Frontier; Capitalism; Democracy; History of United States; History of Brazil; Conceptual History; History of Ideas.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E INTERPRETAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA</b> .....	10
1.1 O diálogo entre a História dos Conceitos e a História das Ideias como campo de investigação .....	10
1.2 O contexto agrário e o processo de expansão da fronteira nos Estados Unidos e no Brasil durante o século XIX.....	17
1.3 Interpretações sobre o conceito de fronteira.....	28
1.4 Frederick Jackson Turner e o “Significado da Fronteira na História Americana” .....	32
1.5 Ray Allen Billington e a continuidade do trabalho de Turner.....	37
1.6 As zonas pioneiras de Leo Waibel .....	46
1.7 Frentes de Expansão e Frentes Pioneiras segundo José de Souza Martins .....	55
<b>2 CAPITALISMO EM UM CONTEXTO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA</b> .....	63
2.1 Da conceitualização de capitalismo.....	63
2.2 As origens (agrárias) do capitalismo .....	67
2.3 O capitalismo “autoritário” de Otávio Guilherme Velho .....	78
2.4 Pierre Monbeig e a Marcha Pioneira .....	86
<b>3 DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA E INTERPRETAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA</b> .....	98
3.1 Contribuições da fronteira para a interpretação da democracia e do capitalismo nos Estados Unidos .....	102
3.2 A ação da Besta-Fera: a relação perversa entre mercado, cativo, capitalismo e democracia no Brasil .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	130

## APRESENTAÇÃO

A pesquisa que desenvolvi aborda questões referentes às formulações dos conceitos de fronteira, capitalismo e democracia, e, a partir desta discussão, analisa as interpretações construídas sobre como ocorreu o processo de expansão da fronteira nos Estados Unidos e no Brasil e como essas construções foram bases para o desenvolvimento e ressignificação dos conceitos de democracia, de capitalismo e de fronteira nos dois países.

É importante observar que cada um dos conceitos tem uma definição própria. Ocorre que, nos estudos e nos usos que se fizeram das análises sobre a fronteira estavam presentes a definição do que seja o capitalismo, a democracia e a própria fronteira, a partir de sua ocupação.

Nestes estudos, é possível perceber como um mesmo conceito é usado em dois territórios diferentes com sentido bastante parecidos, mas que são as peculiaridades de cada formação histórica que vai definir as diferenças. Isto é, a definição de fronteira é abordada no Brasil e nos Estados Unidos para identificar uma determinada região, mas devido às diferenças históricas entre os dois países e ao fato de que a aplicação do termo é pensada a partir de realidades específicas, os autores precisam redefinir essas categorias, imprimindo a ele novos conteúdos que sejam capazes de captar o que aquela realidade em específico quer dizer.

O objetivo da pesquisa não é construir um dicionário de conceitos a partir destas construções e interpretações. Sem essa intenção, é realizada uma análise sobre o que é a fronteira, o capitalismo e a democracia, e como esses conceitos e relações são manejados de formas diferenciadas de acordo com a realidade que está servindo de base para sua utilização. O estudo é sobre a correlação que determinados autores estabelecem entre estas categorias a partir de seus estudos sobre os processos de ocupação de diferentes áreas de fronteira agrária.

Essa é, de certa forma, uma continuação da pesquisa que desenvolvi para o TCC, defendido em 2011, cujo tema foi a comparação entre a expansão da fronteira dos Estados Unidos e do Brasil, utilizando como fontes a obra do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, e de dois autores brasileiros, o antropólogo Otávio Guilherme Velho e sociólogo José de Souza Martins. O objetivo do trabalho foi analisar a *frontier thesis* de Frederick Turner no que concerne ao modo com que ocorreu a expansão da fronteira norte-americana e, posteriormente, analisar a obra dos autores brasileiros, com o intuito de buscar referências a Turner, pois Otávio Velho e José de Souza Martins são comentadores deste

historiador e estudaram o processo de expansão da fronteira brasileira sob o prisma das relações de trabalho nas áreas de fronteira.

Neste trabalho de conclusão de curso, discuti algumas questões a respeito do conceito de fronteira do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, um dos “pioneiros” nessa área, e como suas ideias foram incorporadas na obra de intelectuais brasileiros e aplicadas para o nosso modelo de expansão da fronteira. Dois modelos diferentes de expansão, que se desenvolveram no cerne de duas sociedades distintas. O caso estadunidense, fundamentado no sistema de terras livres, oferecidas aos colonos por meio de posse; e, o caso brasileiro, onde a terra precisava ser adquirida por meio da compra, caracterizando um sistema de terras cativas.

Retomo as considerações de Turner nesta dissertação, ampliando a pesquisa para abordar alguns outros ensaios escritos pelo autor. Em sua obra, a fronteira era o ponto de encontro entre a civilização e a natureza selvagem, a wilderness, o que fazia com que o pioneiro precisasse mudar seus hábitos e costumes, adaptando-se para sobreviver nesse ambiente selvagem. O pioneiro, transformado pelo convívio com a fronteira, tornava-se um “produto” tipicamente americano, pois quanto mais para o Oeste seguia, mais longe dos costumes e tradições europeias se encontrava. E, com isso, o isolamento gerava um sentimento de antipatia pelo controle, o que, segundo Turner, deu origem à democracia americana.

As discussões teóricas e metodológicas visam abordar uma aproximação entre a História dos Conceitos e a História das Ideias, como forma de compreender como os conceitos estudados se estruturam em situações específicas e as alterações de significado que sofrem de acordo com o período/contexto a qual se referem. A apresentação pormenorizada dos aspectos teóricos será desenvolvida no início do Capítulo 1.

Neste capítulo também são discutidas algumas interpretações sobre o conceito de fronteira. O que essas interpretações significam para a realidade estadunidense e como servem de base para a construção de discussões acerca do processo brasileiro de expansão da fronteira agrária.

No Capítulo 2 analiso algumas interpretações sobre o conceito do capitalismo, de forma a observar como determinados autores trabalham essa ideia em relação com a fronteira agrária. Partindo de elaborações clássicas sobre o conceito, segue uma discussão dirigida sobre as relações capitalistas no campo, em um sistema de produção não-capitalista, assim como a participação do campesinato no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Seguindo, assim, para o Capítulo 3, o conceito de democracia é discutido a partir de suas múltiplas ressignificações ao longo da história, de forma a compreender como as

sociedades ditas democráticas lidam com a relação entre os processos de expansão da fronteira agrária e do desenvolvimento do capitalismo. Uma das questões, que acredito ser uma das mais importantes da dissertação, envolve perguntar se é possível, segundo interpretações de alguns autores, afirmar que existe democracia junto com o capitalismo, e qual a influência da fronteira para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista e/ou democrática.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo discutir efetivamente o conceito de fronteira, uma vez que a fronteira ou aquilo que é definido como fronteira é a realidade a partir da qual os pesquisadores precisam adjetivar e reformular os outros dois conceitos, democracia e capitalismo. Neste sentido, diante da necessidade de definir/conceituar o que é a fronteira a partir da realidade analisada, os autores também se vem na necessidade de redefinirem o que seja a democracia ou o capitalismo e uma forma que encontram para realizar isso é adjetivar os conceitos, isto é, ampliá-los a partir do adjetivo. Contudo, a fronteira não se transforma em princípio e/ou a origem de tudo. A discussão sobre as interpretações do conceito de fronteira formam a base em que se apoiam os outros conceitos, sendo ressignificados e adjetivados a partir da realidade da fronteira e da dinâmica de sua ocupação.

# 1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E INTERPRETAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA

## 1.1 O diálogo entre a História dos Conceitos e a História das Ideias como campo de investigação

Ao trabalhar com a análise sobre o processo de construção de sentido e interpretações construídas a partir de conceitos, nos deparamos com um elemento interessante, os adjetivos que são somados aos conceitos. Esse elemento acompanha e busca expandir algumas das formulações destes conceitos, de acordo com o processo ou realidade a qual se referem. Dessa forma, a fronteira pode ser formulada como fronteira territorial, agrária, aberta, fechada, demográfica, de colonização; assim como o capitalismo é interpretado como monopolista, imperialista, autoritário, burguês; e a democracia pode ser caracterizada como participativa, representativa, liberal, política, industrial, entre diversos outros. Isso abre uma imensa gama de opções, pois há uma miríade de construções e interpretações sobre os conceitos e seus mais variados adjetivos, visando problematizar e dar conta de explicar um período ou processo histórico. Dentro destas opções, elenquei alguns autores cujas obras, clássicas ou pouco conhecidas, contribuem para a discussão a partir da análise de seus conteúdos.

Assim, pensando desta maneira, a metodologia que orienta a produção do trabalho segue duas linhas convergentes, que possibilitam refletir sobre o tema e organizar a bibliografia.

A primeira linha para a pesquisa diz respeito a História dos Conceitos. O objeto de pesquisa desta dissertação é analisado, em parte, a partir deste referencial, assim como algumas das questões propostas ao longo do texto. Um dos principais autores associados a História dos Conceitos é Reinhart Koselleck, historiador alemão, sendo o fundador e mais importante teórico do que denominou de *Begriffsgeschichte*, um projeto intelectual que se dedica à reflexão teórico-metodológica da história dos conceitos e a relação com outros campos da reflexão histórica.

A revista *Estudos Históricos*, do Rio de Janeiro, publicou em 1992 a tradução de uma palestra proferida por Koselleck, a respeito de algumas questões teóricas relativas à História dos Conceitos, sendo que neste texto, o autor aborda seis pontos de discussão. O primeiro trata sobre a questão da distinção entre conceito e palavra, ambos possuidores de sentido e conteúdo. Porém, o conceito é uma palavra criteriosamente selecionada, possuindo

um sentido que é formulado no nível da teorização, além do entendimento deste conceito possuir um caráter reflexivo<sup>1</sup>. O autor busca neste ponto demonstrar que através da História dos Conceitos é possível indicar quando um conceito se tornou alvo de uma teorização e quanto tempo levou para que isso ocorresse. Assim, a História dos Conceitos atua como ferramenta para indagar o momento em que determinados conceitos são resultado de um processo de teorização<sup>2</sup>.

Como exemplo, tomemos o conceito de *fronteira*. Partindo de Koselleck, vemos que para uma análise desse conceito, precisamos assumir um determinado grau de teorização e abstração para a definição do que esse termo significaria. Fronteira, da forma como analisado neste trabalho, é um conceito que se tornou alvo de teorização no momento em que se fez necessário definir uma área de colonização em uma terra inóspita e/ou desprovida de “civilização”, representando uma linha imaginária que separava o “selvagem” do “civilizado”. Assim, o conceito de *fronteira* é teorizado e assume um sentido, pois inexistia, no momento de sua teorização, um termo que representasse a ideia do movimento de colonização em áreas selvagens/inóspitas/não-civilizadas.

Com isso, temos o segundo ponto descrito por Koselleck, que aborda a questão da utilização ou emprego do conceito. Para Koselleck, todo conceito é Fato e Indicador da discussão que se relaciona com a questão da linguagem. Isso porque, segundo o autor, o conceito não se caracteriza apenas como o fenômeno linguístico, mas atua como indicativo de elemento situado além da língua. Dessa forma, o conceito se relaciona com o conteúdo a que se quer compreender.

Vemos claramente essa questão na abordagem do conceito de *democracia*, contemplado durante a escrita deste trabalho. Democracia é um conceito que foi teorizado e cujo entendimento ultrapassa a esfera da linguística e assume características sociais, ao se referir a um sistema político de governo, cujo sentido está associado ao período que é empregado. Dessa forma, o conceito de democracia passa a ser empiricamente tratado, indicando um fenômeno constituído historicamente. Uma sociedade assim, dita democrática, atua sobre a realidade de forma concreta. Dentro desta perspectiva, Koselleck tece uma crítica para a postura que reduz a história a uma instância da linguagem, sendo teoricamente errônea, pois admitiria que o trabalho do historiador está localizado no puro campo da hermenêutica<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. p. 135.

<sup>2</sup> Ibid, p. 136.

<sup>3</sup> Ibid, p. 136.

O terceiro ponto refere-se aos critérios seletivos que se utilizam para pensar a escrita da história dos conceitos. O conceito articula-se a um contexto, sendo que pode assumir uma função de atuar sobre este, o que o torna compreensível. A problematização dos conceitos abordados nesse trabalho tem como intuito realizar essa discussão, em consonância aquilo que Koselleck define como análise da relação entre texto/contexto. Um exemplo citado pelo autor aponta que essa relação pode ser reduzida a um parágrafo no conjunto de uma obra maior, ou desdobrada a partir da contextualização do termo em unidades maiores, como um conjunto de textos. Esse conjunto de textos articula-se a um contexto ainda maior, onde ocorre a inserção do termo de forma a ser ampliado para além do texto escrito ou falado. Esse é um exemplo de pesquisa, demonstrando a maneira como os conceitos estão inseridos ou atuam sobre uma determinada realidade, de forma a buscar um sentido ou definir um significado. Assim, segundo Koselleck, “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos”<sup>4</sup>.

O conceito de *fronteira*, anteriormente citado, entra nessa discussão ao definir um sentido para uma determinada realidade/contexto, que pode ser desdobrado em uma realidade/contexto maior, desenvolvendo um diálogo que abarca uma miríade de questionamentos, que dialogam na busca de um sentido e um significado para o conceito. Aplicado a esse objeto, trazendo a discussão os autores posteriormente analisados, iremos ver que o significado de *fronteira* na obra de Turner é reduzido no sentido de representar o avanço para áreas inóspitas/selvagens/não-civilizadas dos Estados Unidos. A definição de Turner é desdobrada em um conjunto de textos que dialoga com a obra do autor, conjunto este que está articulado a um contexto maior, como as obras de Otávio Guilherme Velho e José de Souza Martins, que ressignificam o conceito proposto por Turner para a realidade brasileira. Assim, esse conceito ultrapassa o texto, assumindo um sentido ampliado em relação a seu significado escrito ou falado.

A língua pode ser considerada como elemento importante na compreensão e entendimento do uso destes conceitos e não outros para a análise de determinadas realidades históricas, sendo essa uma questão que Koselleck relaciona com o léxico da linguagem. Um determinado léxico viabiliza determinadas construções conceituais, em detrimento de outras. Esse é um ponto importante de discussão para esta dissertação, pois aqui estou analisando as interpretações acerca de duas realidades/contextos distintos, com dois léxicos distintos, onde busco um entendimento desses conceitos inseridos nessas duas realidades/contextos. O

---

<sup>4</sup> Ibid, p. 137.

conceito de *fronteira* tem um significado no Brasil, assim como *frontier* tem um significado nos Estados Unidos, que pode ou não ser o mesmo. É através da linguagem que se constrói uma cadeia que articula um conceito a outro. Além disso, há um procedimento denominado de *seleção*, que segundo Koselleck, trata da análise do que diz e do que não diz respeito a um conceito, a partir da análise da língua.

Para explicar didaticamente essa questão, Koselleck utiliza a metáfora do fotógrafo. O ajuste da máquina fotográfica é feito a partir da relação entre fotógrafo, objeto a ser fotografado e a distância da fotografia. Assim, a perspectiva muda de acordo com o foco, próximo ou distante, que se deseja aplicar ao objeto. Em relação aos conceitos, é possível partir de um método que privilegie textos compatíveis, assim como expandir a análise ao conjunto da língua. Dessa forma, “o objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele”<sup>5</sup>.

O quarto ponto afirma que todo conceito só pode ser pensado, falado ou expressado uma única vez, a formulação teórica/abstrata, que se relaciona com uma situação concreta é única. Assim, defende o autor a tese de que cada conceito refere-se a uma única situação, específica e concreta, tornando-se pensável e inteligível. A língua entra como fator determinante e limitador, pois nesta formulação, o uso da linguagem invalidaria a possibilidade de uma história dos conceitos enquanto diacronia. O conceito assume um caráter único e particular, relacionado ao momento concreto em que é formulado e articulado. O que acontece na História dos Conceitos, segundo Koselleck, é a produção de novos conceitos, articulados a novos conteúdos, mesmo que as palavras empregadas possam ser as mesmas. Dessa forma, vemos a possibilidade de surgir um novo conceito da mesma palavra, “e que portanto ele é único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar através dela inteligível”<sup>6</sup>. Assim, ao trabalhar com os conceitos selecionados para essa dissertação, é necessário observar que seus significados estão articulados a uma determinada realidade/contexto e a palavra empregada para representá-los assume uma característica particular no momento concreto em que o conceito é formulado e articulado.

As questões relacionadas com a linguística se tornam importantes para a metodologia da História dos Conceitos, pois de acordo com Koselleck, a discussão sobre o significado do conceito só é possível se considerada outro aspecto da linguagem, a semântica. A semântica é fundamental para a compreensão do conceito, pois trata da relação da palavra

---

<sup>5</sup> Ibid, p. 137 et seq.

<sup>6</sup> Ibid, p. 140.

com seu significado, imprescindível para a comunicação linguística. Sem conhecer o significado das palavras utilizadas, não há compreensão do que é dito ou escrito.

Tendo essa questão em pauta, o quinto ponto aborda a questão da sincronia e da diacronia, sendo que Koselleck afirma que a diacronia está contida na sincronia. Para compreender essa relação, uma breve análise sobre o que é a sincronia e a diacronia, a partir da obra *Curso de Linguística Geral*, de autoria de Ferdinand de Saussure. É possível uma relação entre a obra de Saussure e a obra de Koselleck, embora não posso afirmar categoricamente que este último tenha se apropriado dos estudos do linguista para sustentar as reflexões teóricas/metodológicas da *Begriffsgeschichte*, pois neste texto não há menção ou citação a Saussure, por se tratar de uma transcrição de palestra ministrada por Koselleck.

Saussure descreve e analisa os procedimentos metodológicos que envolvem a divisão da linguística em duas, a *linguística estática* e a *linguística evolutiva*, dualidade radical que segue duas rotas completamente distintas. Essa divisão se faz necessária devido a complexidade e diversidade dos termos, além da impossibilidade de estudar as relações destes termos, simultaneamente, no tempo e no sistema. Aqui entram as definições de sincronia e diacronia para discussão, pois o autor afirma que

Para melhor assinalar essa oposição, porém, e esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar Linguística *sincrônica* e de Linguística *diacrônica*. É o sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução.<sup>7</sup>

De acordo com Saussure, a diacronia supõe um fator dinâmico, sendo que os acontecimentos diacrônicos têm como característica serem acidentais e particulares. A linguística diacrônica estuda a relação “entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo”<sup>8</sup>. Para Koselleck, é necessário observar a possibilidade teórica, que cada uso da linguagem é sempre sincrônico, e relativo a um contexto/realidade específico, esteja contida também, uma diacronia. Assim, o que esse diálogo nos traz é uma discussão a respeito da evolução do conceito ao longo do tempo, para Koselleck, as palavras são sincrônicas, não mudam ao longo do tempo, enquanto carregam um sentido diacrônico, que se altera de acordo com o período e o lugar a qual este significado está vinculado.

---

<sup>7</sup> SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 96.

<sup>8</sup> Ibid, p. 163.

Claramente observamos essa questão ao refletirmos sobre o conceito de *democracia*. Quando de sua primeira formulação, a palavra *democracia* possuía uma característica sincrônica, estando associada a um determinado sentido semântico, pois seu significado era articulado com uma realidade/contexto específica. Acontece que o sentido semântico passa por alterações, conforme a palavra léxica *democracia* é utilizada para se referir a outras realidades/contextos, estando assim, articulada a um processo diacrônico. De acordo com Koselleck, “toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar”<sup>9</sup>. Essa afirmação representa um dos pontos principais das bases que sustentam a definição teórica/metodológica da História dos Conceitos segundo Koselleck. A relação sincronia/diacronia segue o mesmo processo ao refletirmos sobre os conceitos de *fronteira* e *capitalismo*. Obviamente me refiro aqui à reflexão teórica-metodológica, não de significado.

O último ponto abordado por Koselleck discute que a História dos Conceitos só é possível de ser pensada se é realizada uma “separação analítica entre cada afirmação linguística presente em todas as fontes textuais e a história concreta, o que deveria ser ou supostamente é, deve ser rigorosamente realizada de forma rigorosa do ponto de vista teórico”<sup>10</sup>. Dessa forma, é realizado um questionamento às fontes sobre os indícios em relação à história concreta e a contribuição para a produção do conhecimento histórico enquanto textos. Essa separação representa uma árdua tarefa, em que cada situação é sempre submetida à necessidade de estar contida na mesma linguagem, um mesmo conjunto de conceitos e categorias.

Dentro desta pesquisa, a metodologia da História dos Conceitos é complementada a partir do diálogo com a História das Ideias. Esta se baseia na “preposição epistemológica que garante a validade de certo tipo de conhecimento histórico no qual as ideias constituem seu objeto”<sup>11</sup>. Existem autores que distinguem a História das Ideias da História Intelectual, afirmando que não são apenas distinções terminológicas que as diferenciam, mas sim, uma diferente abordagem na metodologia e no conteúdo de cada uma delas. Analiso os conceitos e suas interpretações, relacionados com a realidade a que se inserem os autores, não considerando as relações externas como simples meios de existência das ideias, mas sim, o local em que se inserem socialmente, como forma de explicação ou até mesmo, organização.

<sup>9</sup> KOSELLECK, 1992. op. cit. p. 141.

<sup>10</sup> Ibid, p. 145.

<sup>11</sup> FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 92.

Portanto, ao lidar com a história das ideias, é preciso ter em conta a qual realidade e a qual significado o conceito se refere.

Segundo Skinner, citado por Falcon,

Os conceitos ou as “ideias” não se esgotam uma vez conhecido seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível com o (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os “textos” no seu campo específico de “ação” ou de atividade intelectual.<sup>12</sup>

Quentin Skinner, em artigo intitulado *Meaning and understanding in the History of Ideas*<sup>13</sup>, afirma que existem dois grandes aspectos que devem ser levados em consideração quando se realiza um trabalho sob a perspectiva da História das Ideias. O primeiro deles se concentra na preocupação em observar o método apropriado pelo qual se realiza um estudo de História das Ideias. O segundo se preocupa com o valor de estudar a História das Ideias.

Basicamente, a metodologia da história das ideias permite pensar nos conceitos, situando-os, a partir das interpretações e aplicações de seus significados a determinadas realidades, como forma de refletir quais os usos e ressignificações em que esses conceitos foram utilizados em suas interpretações.

Foi realizada uma tentativa de aproximação entre a História dos Conceitos e História das Ideias, sendo que o motivo dessa escolha e aproximação foi o de que, em relação ao assunto aqui estudado, a opção permite pensar algumas possibilidades de análise. A primeira e mais importante, remete para as discussões sobre a interpretação que os autores realizaram sobre os conceitos, em determinados momentos, de forma que essas interpretações estivessem inseridas na realidade estudada e não dissociada dela. Ou seja, os conceitos, mesmo que temporalmente deslocados de seu local/tempo de origem, não sofrem o risco de cair em um ciclo anacrônico, pois são constantemente ressignificados dentro dos processos de análise. Como exemplo, temos clara essa abordagem quando discutimos a questão dos significados do conceito de democracia. A segunda possibilidade está relacionada com a questão da “abolição” do anacronismo, pois mesmo que dois autores estejam espacialmente e temporalmente deslocados no tempo, suas obras se referem a um mesmo significado de um mesmo conceito, ou buscam ressignificar aquele conceito para um mesmo processo, ocorrido

---

<sup>12</sup> Ibid, p. 96 et seq.

<sup>13</sup> SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the History of Ideas*. *History and Theory*, vol. 8, n. 1, p. 3-53, 1969. Disponível em <[www.jstor.org/stable/2504188](http://www.jstor.org/stable/2504188)> Acesso em 17/01/2012.

em outra realidade, de maneira similar ou não. Um exemplo é a discussão da fronteira realizada por Otávio Guilherme Velho, ressignificando o conceito de Turner para abordar os elementos específicos sobre o processo de expansão desta, ocorrido no Brasil. Outra possibilidade é estabelecer diálogos entre essas discussões, que auxiliam a compreender as interpretações sobre os processos específicos de cada realidade. Exemplo que encontramos na discussão sobre o conceito de capitalismo, ao dialogarmos com a obra de Ellen Wood, Karl Marx, Maria Wanderley, entre outros. Assim, será possível observar como os autores trabalham o significado dos conceitos de acordo com o recorte espaço/temporal que abordam em suas obras.

Dessa forma, durante o desenvolvimento do trabalho, um dos objetivos é demonstrar como, a partir dos processos de ocupação de espaços territoriais definidos conceitualmente como de fronteira agrária, alguns autores buscaram explicar a constituição do capitalismo e da democracia, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Além disso, problematizar o quanto o diálogo com a realidade que analisam levou os autores a construírem interpretações diferenciadas e darem significados diferentes aos mesmos conceitos.

## 1.2 O contexto agrário e o processo de expansão da fronteira nos Estados Unidos e no Brasil durante o século XIX

A discussão que apresento neste tópico diz respeito à questão da legislação agrária do século XIX, no Brasil e nos Estados Unidos e os limites demográficos das duas nações durante o mesmo período. A partir da discussão sobre essas questões, é possível observar os rumos específicos de expansão e desenvolvimento da fronteira, do capitalismo e da democracia nos dois países. Para essa discussão, uma breve contextualização sobre o processo de definição do território dos Estados Unidos e do Brasil, observando as características específicas de cada caso.

O continente americano como um todo recebeu oficialmente a chegada dos europeus no final do século XV, precisamente em 1492, quando o genovês Cristóvão Colombo, sob os auspícios da Coroa Espanhola, navegou para o Oeste da Europa com o objetivo de encontrar novo caminho para as Índias. Esse empreendimento foi motivado pelo fechamento de diversas rotas terrestres e marítimas entre os reinos europeus e a Índia, devido à conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos, no ano de 1453. Assim, a caravana marítima de Cristóvão Colombo foi a primeira a oficialmente alcançar o chamado “Novo Mundo”, mesmo

sendo declarado que não intencional, abrindo caminho para diversos outros reinos europeus lançarem seus empreendimentos em direção às Américas.

No ano de 1547, João Cabot, veneziano, lidera uma expedição à Terra Nova, sob a flâmula britânica, patrocinado por Henrique VII<sup>14</sup>. O processo de colonização pelos ingleses tem seu início em 1576. Em 1584, sir Walter Raleigh recebe permissão da rainha Elizabeth I para dar início às expedições que trouxeram os primeiros colonos para a região da Virgínia, buscando estabelecer colônias na ilha de Roanoke, em 1587, vindo a fracassar. A Espanha envia expedições para a região sul da América do Norte, sendo as mais conhecidas, a de Ponce de Leon, na Flórida em 1513, Hernando de Soto em 1539, Coronado em 1540-1542 e Pedro Menendez de Aviléz em 1565, este último fundou a primeira colônia europeia permanente no território americano<sup>15</sup>.

Após o fracasso das tentativas de colonização da ilha de Roanoke em 1584, o ímpeto colonizador inglês retorna durante a dinastia dos Stuart. Ocorre, porém, que ao invés de atribuir essa atividade para indivíduos particulares, a responsabilidade da colonização ficou a cargo das Companhias, por exemplo, a de Londres e de Plymouth. Até o ano de 1635, as duas Companhias teriam suas licenças caçadas, devidos a grandes dívidas contraídas. Porém a importância dessas Companhias não pode ser negligenciada. O impulso colonizador não se extinguiu, sendo que um grande número de imigrantes veio para a América devido ao desencadeamento desse processo<sup>16</sup>.

Em 1607, foi fundada a colônia de Jamestown. O crescimento da colônia foi lento, não ultrapassando a população total de dois mil habitantes em 1619. Esse ano foi notável para a colônia, e posteriormente para a futura nação estadunidense, por três motivos. O primeiro foi a chegada de um navio trazendo noventa jovens mulheres, mandadas para serem esposas dos colonos, sendo sucedido por diversos outros. O segundo motivo foi o início do governo representativo na América, onde se reuniram em assembleia legislativa, um governador, seis conselheiros e dois burgueses para cada dez fazendas, sendo esta a primeira reunião desse porte e caráter no continente. O terceiro motivo foi a chegada de um navio holandês com escravos negros, sendo que vinte foram vendidos aos colonos<sup>17</sup>.

Foram fundadas diversas outras colônias, entre elas Nova Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Delaware,

---

<sup>14</sup> ALLEN, H. C. História dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Forense, 1964. p. 3.

<sup>15</sup> Ibid, p. 12.

<sup>16</sup> KARNAL, Leandro. A formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001. p 32 et seq.

<sup>17</sup> NEVINS, Allan; COMMANGER, Henry Steele. Breve história dos Estados Unidos. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 26.

Virgínia, Carolina do Norte e Carolina do Sul. No ano de 1733, foi fundada a última colônia inglesa na América do Norte, Geórgia. Até o fim do período colonial, havia uma cadeia de colônias que ia de Nova Hampshire no norte, até a Geórgia, no sul. No Oeste, a linha de fronteira já se estendia por sobre os Montes Apalaches. Essas colônias são conhecidas como as Treze Colônias.

Importante salientar que as colônias inglesas eram oficialmente, independentes e distintas entre si, o que, à guisa de comparação, foi um processo de estabelecimento diferente do que aconteceu com as colônias portuguesas na América do Sul, o que veremos na continuação do tópico. Sobre as colônias inglesas, um importante evento que ocorreu antes do processo da chamada Revolução Americana, de 1776, foi a Guerra Franco-Índia, reflexo da Guerra dos Sete Anos, ocorrida no período de 1754 a 1763, que representou o ápice de uma série de conflitos por território, entre franceses e ingleses, que ocorriam desde os primórdios do processo de colonização da América do Norte. Enquanto os ingleses, como vimos, se estabeleceram no litoral do Oceano Atlântico, os franceses se estabeleceram na região que hoje corresponde ao leste do território do Canadá.

A vitória dos ingleses neste conflito se deu, basicamente, por três razões. A primeira delas era o crescente número de habitantes, as colônias inglesas possuíam um contingente de 15 para 1, em relação as colônias francesas. A segunda razão foi o melhor posicionamento estratégico dos ingleses, que poderiam atingir as regiões do Oeste, Noroeste e Norte, além de uma marinha mais desenvolvida, o que possibilitava um melhor e mais rápido abastecimento e reforço de tropas. A terceira razão, os ingleses produziam melhores comandantes, com mais tempo para preparar manobras e coordenar os esforços entre ingleses e americanos, em comparação com os estadistas franceses. George Washington foi uma figura de grande destaque neste processo<sup>18</sup>.

Com o triunfo inglês, as colônias americanas conheceram uma posição nova em relação à metrópole, que enfraqueceu os laços de dependência entre eles. Afastou a ameaça dos exércitos franceses a Oeste e espanhóis ao Sul, além de treinar oficiais coloniais no ofício da guerra. Criou um sentimento de união, sendo iniciadas várias propostas para dissolver as divisões das colônias da América do Norte. Além desse, se proliferou outro sentimento entre os colonos, que está ligado às pretensões de se espalharem sobre as terras indígenas da região de Ohio. Isso porque um dos grandes interesses econômicos coloniais estava relacionado com a especulação de terras e colonização do Oeste. Havia duas formas principais de obtenção de

---

<sup>18</sup> Ibid, p. 78.

riquezas, o comércio de peles e as companhias que se organizavam para adquirir, lotear e vender glebas de terras em áreas definidas como selvagens.

Assim, temos um dos processos de expansão da fronteira de colonização, sendo que a fronteira nesse caso indica as terras não colonizadas ao oeste dos Montes Apalaches. Tanto os comerciantes de peles como os especuladores de terras desejavam ter carta branca para explorar essa região, sendo suas reivindicações ecoadas pelos colonos veteranos da Guerra Franco-Índia, que receberam terras no Oeste como concessão<sup>19</sup>.

O governo inglês adota uma nova política para controle e administração da região. Em 1763, proclama que a colonização deveria se limitar pelos Montes Apalaches. Essa proclamação causou um imenso furor entre a população. Somada a esse, outros motivos levaram a desentendimentos entre colônia e metrópole, tais como a promulgação da Lei do Açúcar em 1764 e da Lei do Selo em 1765, que afetavam gravemente os comerciantes. As Treze Colônias não aceitaram essa taxaço, pois não estavam representadas no Parlamento inglês. Essa situação aflorou um acalorado debate, entre diversos setores da sociedade colonial, desencadeando diversas revoltas. A ideia de uma ruptura é elaborada aos poucos, tomando consistência na década de 1770<sup>20</sup>.

Em 1774, os colonos de Massachusetts solicitaram um encontro com os representantes das outras 12 colônias, o que ficou conhecido como Primeiro Congresso Continental. Em 1775, o governo britânico preparou uma ação militar para restringir o movimento orquestrado pela colônia de Massachusetts, ocorrendo o embate entre as milícias coloniais e as tropas inglesas. Era o início da guerra entre colonos e a Inglaterra. Em 4 de julho de 1776, os colonos declararam formalmente sua ruptura com a Inglaterra, sendo apresentada publicamente a Declaração de Independência, considerado um dos mais, se não o mais importante, documento da história do Estados Unidos. A guerra prosseguiu até o ano de 1781, sendo o reconhecimento da independência assinado pela Inglaterra em 1783.

A partir dessa data, ocorreu a primeira parte do processo de expansão da fronteira estadunidense, quando ao término da Guerra de Independência, a Inglaterra assina o Tratado de Paris, cujo Artigo Segundo “especifica os limites dos Estados Unidos, os quais são hoje, aproximadamente, os mesmos ao norte. Então, daí segue para o Oeste, até o Mississipi, e para o Sul, até a fronteira meridional da Geórgia”<sup>21</sup>. Dessa forma, as Treze Colônias, agora Estados

---

<sup>19</sup> Ibid, p. 88.

<sup>20</sup> JUNQUEIRA, Mary A. 4 de julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazul Editora, 2007. p. 21.

<sup>21</sup> APTHEKER, Herbert. Uma Nova História dos Estados Unidos: a Revolução Americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1969. p. 216.

Unidos da América, praticamente duplicam seu território original, antes limitado pelos Montes Apalaches. Segundo Herbert Aptheker, esse território não pertencia à Inglaterra para ser cedido aos Estados Unidos, mas era de propriedade dos povos nativos. Durante os primeiros anos da república, uma das principais tarefas do exército americano foi efetivar essa “vitória”<sup>22</sup>.

A segunda grande expansão do território estadunidense se deu com a Compra da Louisiana por Thomas Jefferson, em 1803. Esse território pertencia a França, governada por Napoleão Bonaparte, que precisava do dinheiro para manter sua campanha bélica na Europa. Conforme Dee Brown, “Jefferson aproveitou imediatamente a oportunidade. Por 15 milhões de dólares, dobrou a área dos Estados Unidos, adquirindo mais de 500 milhões de acres por menos de 3 centavos o acre”<sup>23</sup>.

A próxima expansão ocorreu devido a um desentendimento entre o governo dos Estados Unidos e o governo do México, por causa do Texas. O Texas fazia parte do México, mas declarou sua independência em 1836. O México enviou uma coluna punitiva, porém foi derrotado pelas forças texanas. Contudo, o México não lhe reconheceu a independência. Os Estados Unidos reconhecem o Texas como independente em 1837, mas a anexação como estado ocorre apenas em 1844. Com isso, o México começou a movimentar tropas próximas do Rio Grande, na fronteira com o Texas, e em 1845, o então presidente dos Estados Unidos, James Knox Polk, enviou tropas para proteger a fronteira.

De 1846 até 1848, ocorreu o conflito entre Estados Unidos e México. Vitoriosos na guerra, os Estados Unidos anexam definitivamente o Texas, além da assinatura pelo México do Tratado de Guadalupe-Hidalgo. Esse tratado garantia a compra pelos Estados Unidos do território da Califórnia e do Novo México, pelo valor aproximado de 18 milhões de dólares. Com isso, os Estados Unidos ampliam seu território em quase um terço do que tinham antes da guerra com o México.

Dessa forma, o território dos Estados Unidos alcançava a costa do Pacífico. E sucessivas fronteiras acompanharam essa expansão. A marcha seguiu para o Oeste, levando consigo o pioneiro, que buscava ocupar as “terras livres”.

A situação no Brasil, conforme descrito anteriormente, seguiu um rumo diferente do caso dos Estados Unidos. Para a especificidade do processo no Brasil, o primeiro ponto a ser observado, que diferencia a colonização dos dois países nos remete ao fato de que, antes mesmo das primeiras expedições de 1500, já havia um tratado prévio entre Portugal e

---

<sup>22</sup> Ibid, p. 217.

<sup>23</sup> BROWN, Dee. O Faroeste. Rio de Janeiro: Record, 1974. p. 42.

Espanha que limitava os territórios conquistados por cada uma das duas nações. O Tratado de Tordesilhas datava de 1494 e limitava as terras de Portugal a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Havia uma grande falha neste tratado, pois não definia qual ilha de Cabo Verde serviria de partida para a contagem e nem qual a quantidade de léguas em cada grau<sup>24</sup>. Porém, ao concordarem com o tratado, os portugueses davam indício de conhecer as terras do continente americano.

De acordo com Hélio Vianna, os portugueses enviaram expedições marítimas para a América do Norte, sendo os navegadores João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem recompensados por terem alcançado, em 1474, a Terra do Bacalhau, também conhecida como Ilha da Terra Nova, em possível companhia de navegadores dinamarqueses. Antes da partida da expedição de Cristóvão Colombo, no ano de 1492, saíram os navegadores João Fernandes e Pedro de Barcelos, para uma viagem de três anos, em que teriam chegado à Groelândia. Assim, o autor demonstra que há relatos sobre as navegações de João Álvares Fagundes, que explorou terras no Canadá; Estêvão Gomes que visitou as costas nordestes do atual território dos Estados Unidos e João de Rodrigues Cabrilho descobriu as costas da Califórnia.<sup>25</sup> A expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, foi, segundo Hélio Vianna, “o descobrimento oficialmente válido, de acordo com o Tratado de Tordesilhas”<sup>26</sup>.

Após essa data, ocorreram algumas expedições portuguesas, francesas e espanholas à costa da Terra de Santa Cruz, com o intuito de explorar as novas terras e a madeira do pau-brasil, além de expedições de guarda do litoral.

A primeira expedição de caráter colonizador por parte de Portugal ocorreu em 1530, liderada por Martin Afonso de Souza. Dentre suas atribuições estava a de estabelecer “padrões nas terras que descobrisse dentro da conquista e demarcação do Tratado de Tordesilhas”<sup>27</sup>. Além disso, “foi consignado o poder de dar terras de sesmarias às pessoas que levasse e a outras que na terra quisessem viver, segundo os seus merecimentos, serviços e qualidades, a fim de que as aproveitassem e povoassem”<sup>28</sup>. Dessa forma, temos o início do processo de estabelecimento de colônias para o povoamento do território, sendo que no ano de 1532, o Rei João III de Portugal decide implantar em larga escala o sistema colonial das Capitanias Hereditárias, que já haviam dado resultado nas ilhas do Atlântico.

---

<sup>24</sup> VIANNA, Hélio. História do Brasil: Volume I – Período Colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1970. p. 35.

<sup>25</sup> Ibid, p. 27.

<sup>26</sup> Ibid, p. 41.

<sup>27</sup> Ibid, p. 56.

<sup>28</sup> Ibid, p. 57.

Em 1580 ocorre na Península Ibérica um dos mais importantes eventos relacionados com o processo de expansão das fronteiras do território que viria a se constituir como Brasil. Uma crise de sucessão afeta o trono português, sendo este assumido por Felipe II da Espanha, que une as duas Coroas, no que posteriormente foi nomeado pelos historiadores como União Ibérica, sendo que afetou profundamente o panorama internacional e as relações que eram travadas entre Portugal e as outras nações da Europa. Essa união ocasionou a suspensão temporária do Tratado de Tordesilhas, em uma via de mão dupla, aproveitada tanto por espanhóis como por luso-brasileiros, nas conhecidas *entradas e bandeiras*. Esse processo se caracterizou como movimento de expansão territorial e proporcionou ao Brasil grande parte da sua configuração geográfica. As posses adquiridas durante o período de união das duas Coroas, que duraria até o ano de 1680, seriam resolvidas por questões diplomáticas posteriores. A União Ibérica garante ao Brasil as terras do Nordeste e do Norte, quase toda a Amazônia, as regiões do Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, onde estavam localizadas as reduções jesuíticas do Guairá, do Tape e do Itatim.

Após a Restauração da monarquia portuguesa, os limites territoriais voltaram a ser definidos pelas obsoletas cláusulas do Tratado de Tordesilhas. A Colônia de Sacramento era alvo de disputa entre portugueses e espanhóis, e foram assinados dois Tratados de Utrecht, em 1713 e 1715, para resolver a questão. Não concordando com este, Portugal e Espanha resolveram adotar um novo tratado, que anulasse os anteriores e resolvesse o problema. Este seria baseado na ocupação real do território e não em meridianos ou distâncias calculadas antes do processo de colonização. As negociações ficaram a cargo de Alexandre de Gusmão, que definindo novos limites territoriais para as colônias das duas nações, firma o Tratado de Madri em 1750.

Porém, ocorreram problemas nas demarcações oficiais dos novos limites, levando ao abandono dos preceitos estabelecidos no Tratado de Madri. O Acordo do Pardo de 1761 anula este tratado e as demarcações provenientes dele.

A questão foi resolvida em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que entregava à Espanha a Ilha de Santa Catarina e modificava os limites definidos pelo Tratado de Madri. A partir daquele momento, foram realizadas novas demarcações para estabelecer definitivamente as linhas territoriais. Os limites das terras localizadas na Amazônia também passaram por modificações, sendo demarcadas novas linhas divisórias nessa região. Importante salientar que esses tratados foram estabelecidos e assinados no período do Brasil Colonial.

Mesmo diante da existência de todos esses tratados, as linhas demarcatórias do território brasileiro ainda eram vagas e ocorreram disputas pelo estabelecimento das fronteiras nacionais em algumas regiões duraram até meados do século XX. Essas questões são abordadas por Hélio Vianna, em seu livro *História das Fronteiras do Brasil*. A maioria dessas disputas ocorreram no período republicano, enquanto o Barão do Rio Branco estava a cargo do Ministério das Relações Exteriores. O Barão do Rio Branco assumiu o cargo em 1902 e o ocupou até sua morte, em 1912. A ação do Barão do Rio Branco se fez sentir na questão de Palmas, com a Argentina e na questão do Amapá, com a França. Durante sua gestão, resolveu a questão do Acre, influenciou no caso da Guiana Inglesa e estabeleceu os limites territoriais com a Colômbia e o Peru.

Sobre as disputas diplomáticas das fronteiras territoriais brasileiras, a questão de Palmas recebe esse nome por se tratar de uma reivindicação argentina para a posse da zona de Palmas, situada entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A justificativa para a reivindicação levava em consideração a interpretação sobre os cursos e denominações de alguns rios da região. A primeira tentativa de resolução do caso ocorreu quando o Ministro das Relações Exteriores no período, Quintino Bocaiúva, sugeriu a divisão da área contestada em duas, uma para o Brasil e outra para Argentina. Porém não encontrou a repercussão desejada, ficando o caso a ser julgado por arbitragem de governo de país amigo, no caso o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

Para defender os direitos brasileiros, foi nomeado o Barão do Rio Branco, que redigiu a *Exposição*, acompanhada de mapas e documentos, garantiu uma sentença favorável para o Brasil, em 1895. Os limites territoriais entre Brasil e Argentina na região de Palmas foram estabelecidos pelos rios Pepirí-Guaçu e Santo Antônio, conforme argumentado, e não pelos rios Chapecó e Chopim, como queiram os argentinos.

A questão do Amapá envolveu os limites do Brasil com a Guiana Francesa, definidos como o rio Oiapoque pelo Tratado de Utrech de 1713. Porém, o governo francês reivindica sua extensão mais ao sul, protestada pelo Brasil, o que fez com que a região do Amapá que havia sido contestada, fosse então neutralizada. A questão foi solucionada em 1900, pela arbitragem do presidente suíço Walter Hauser, através das argumentações do Barão do Rio Branco, redigidas no documento intitulado *Memórias*, que acompanhado de mapas, justificaria a legitimidade do direito brasileiro pela posse da região.

A questão do Acre envolveu o povoamento da região legalmente pertencente à Bolívia, por seringueiros brasileiros, da região do Rio Acre e vizinhos. Os seringueiros não estavam conformados com o domínio boliviano na região, e declarando revolta, derrotaram as

forças militares enviadas contra eles, proclamando, por fim, a independência do Acre. A questão foi agravada devido à resolução boliviana de arrendar a região para uma empresa estrangeira. O Brasil interviu militarmente na região e buscou uma saída diplomática diretamente com a Bolívia. O resultado desse embate foi o Tratado de Petrópolis, firmado em 1903, que reconhecia os direitos brasileiros sobre a região, o que modificaria alguns trechos de fronteira, através do pagamento de dois milhões de libras esterlinas para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Os limites com a Colômbia foram estabelecidos em 1907, após os fracassos das negociações imperiais baseadas no *uti possidetis*, através do Tratado de Limites e Navegação Fluvial. Os limites com o Peru, diferente da Colômbia, foram negociados com base no *uti possidetis*, em 1909, tendo como demarcações as nascentes do Javari à confluência do arroio Javerija no rio Acre.

A questão territorial nos Estados Unidos se resolveu mais rápido, embora não mais pacífica, que no Brasil. Os processos de expansão tiveram início durante o século XVIII e se encerraram no final do século XIX, dentro de uma “janela” de aproximadamente 100 anos. Já no Brasil, as primeiras levas de entradas e bandeiras aconteceram durante o século XVI e os limites territoriais brasileiros apenas foram definidos no início do século XX. Dessa forma, havia condições propícias para que os processos de expansão territorial, que influenciaram nas formas específicas da democracia e do capitalismo nos Estados Unidos, se desenvolvessem muito antes do que no Brasil, vindo a culminar em um tipo específico, adjetivado conforme a realidade que se estuda.

Brevemente observadas as questões a respeito da expansão dos limites geográficos dos Estados Unidos e do Brasil, veremos alguns pontos de comparação entre a legislação agrária nos dois países, durante o século XIX.

Emília Viotti da Costa, no Capítulo 4 do livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, intitulado *Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos*, trabalha a relação da terra e do trabalho com a economia, pois segundo a autora, “a política de terras e a de mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico”<sup>29</sup>. Assim que surgiram novas necessidades econômicas e os conceitos de terra e trabalho passaram por uma reavaliação de significado, segundo a autora durante o século XIX, são decretadas leis com o fim de regulamentar essas novas relações, em diferentes

---

<sup>29</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 169.

países. Neste texto, a autora realiza um estudo comparativo sobre a Lei de Terras de 1850, no Brasil e sobre o *Homestead Act* de 1862, nos Estados Unidos.

O *Homestead Act*, juntamente com o acordo firmado entre o governo dos Estados Unidos e particulares para a construção de uma rodovia transcontinental, foi um dos principais pontos que permitiram o povoamento do Oeste. A partir dessa data milhares de colonos se deslocavam em direção às áreas de fronteira com o objetivo de conquistar seu pedaço de terra. Segundo Emília Viotti, “o Homestead Act refletia, em 1862, o impacto da imigração, da urbanização e da industrialização sobre a sociedade americana”<sup>30</sup>.

Segundo Claude Fohlen, o *Homestead Act* marca uma profunda mudança na política fundiária por parte do governo federal, pois até 1862, as terras destinadas à colonização eram vendidas pelos melhores preços, em uma estrutura dominada por imperativos fiscais<sup>31</sup>. Essa lei, antes de ser aprovada, passou por uma série de disputas entre os representantes dos estados do Norte e do Sul. O Sul era opositor do projeto, pois “a expansão em direção ao Oeste implicaria trabalho livre”<sup>32</sup>. O Norte, com o apoio do Oeste, defendia o projeto, pois para eles “terra livre e trabalho livre eram conceitos inseparáveis”<sup>33</sup>. A lei foi aprovada em 1862, em plena Guerra de Secessão, e foi uma das vitórias do Norte sobre o Sul no campo político, assim como a Abolição da Escravidão em 1863.

Basicamente, o que a lei garantia era a venda de lotes de terras de 160 acres (64 hectares), pelo preço de 10 dólares. Esse lote poderia ser requerido por qualquer americano, ou imigrante com pretensões de naturalizar-se cidadão dos Estados Unidos, com idade superior a 20 anos. Mediante o pagamento de taxas que variavam entre vinte e dois e trinta e quatro dólares, em um prazo de cinco anos, o “pioneiro” se tornava proprietário com plenos direitos. Esse prazo poderia ser reduzido para seis meses, caso pagasse a taxa de um dólar e vinte e cinco centavos por acre<sup>34</sup>.

Os argumentos que primavam pela defesa do projeto consistiam basicamente no fato de que “os agricultores que ocupassem as terras em consequência do Homestead Act aumentariam as importações e exportações, novos empregos seriam criados em decorrência da expansão da economia e o Estado se beneficiaria com isso; os efeitos do trabalho do agricultor seriam sentidos em toda a sociedade”<sup>35</sup>. Complementa a autora que esse não foi apenas uma disputa entre duas concepções diferentes de terra e trabalho, mas também “entre

<sup>30</sup> Ibid, p. 181.

<sup>31</sup> FOHLEN, Claude. O Faroeste. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 18.

<sup>32</sup> COSTA, 1999. op. cit. p. 181.

<sup>33</sup>, Ibid, p. 181.

<sup>34</sup> FOHLEN, 1989. op. cit. p. 18.

<sup>35</sup> COSTA, 1999. op. cit. p. 184.

o empresário e o grande proprietário rural, entre o capitalismo industrial e o capitalismo comercial”<sup>36</sup>.

Comparativamente, no caso do Brasil, a Lei de Terras de 1850, segundo Emilia Viotti, “proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terra mediante posses e mediante doações da Coroa”<sup>37</sup>. Assim como aconteceu nos Estados Unidos, guardadas as devidas proporções, a Lei de Terras no Brasil foi um conflito entre duas concepções distintas de terra e trabalho, uma visão tradicional e uma visão moderna, o que acarretou uma mudança de atitude em relação à terra, que por sua vez, refletiu em uma mudança de atitude em relação ao trabalho, onde a escravidão e a servidão passaram a ser substituídas, conforme é discutido pela autora, pelo trabalho livre<sup>38</sup>.

Essas duas concepções de terra e trabalho abordam a relação entre poder econômico e prestígio social e como a terra era parte dessa cultura. Na visão tradicional, a terra beneficiava seu proprietário, pois conferia prestígio social, enquanto na “visão moderna”, o poder econômico que provém da terra garantia o prestígio. Conforme Emilia Viotti, “no primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico”<sup>39</sup>.

A Lei de Terras foi uma tentativa de regularizar a situação da propriedade rural no Brasil, pois na época a propriedade da terra era definida unicamente com base na posse da mesma, sem que existisse uma legislação específica que mediasse as relações de compra e venda dessas propriedades. Segundo Lígia Osório Silva, em seu livro *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*, “no período de 1822 e 1850 a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato”<sup>40</sup>. Emília Viotti aponta que as fazendas de café do interior de São Paulo estavam em expansão, e se fazia necessária uma forma de regularizar essas propriedades<sup>41</sup>.

Essa lei veio com a intenção de criar obstáculos ao acesso às terras livres, como forma de obter trabalho oriundo da imigração. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a maneira encontrada para suprir a mão-de-obra foi a imigração. Porém, se houvesse um acesso fácil à terra, esses imigrantes começariam suas próprias fazendas, ao invés de trabalhar nas fazendas que precisavam de mão-de-obra. Como a compra passou a ser a “única” forma de

---

<sup>36</sup> Ibid, p. 181.

<sup>37</sup> Ibid, p. 171.

<sup>38</sup> Ibid, p. 172.

<sup>39</sup> Ibid, p. 172.

<sup>40</sup> SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: São Paulo, 1996. p 80.

<sup>41</sup> COSTA, op. cit. 1999. p. 176.

adquirir terras, os imigrantes teriam que trabalhar nas fazendas, pois a maioria não possuía os meios materiais para adquirir terras, logo ao desembarcar no Brasil. Com o dinheiro proveniente da venda das terras, o governo pode subsidiar a imigração de europeus para o Brasil, como forma de substituir o trabalho escravo pelo trabalho “livre”.

Dessa forma, podemos observar que, se há pontos em comum e diferenças entre Estados Unidos e Brasil naquilo que diz respeito ao processo de demarcação de suas fronteiras geográficas, também é possível perceber que no caso da constituição de suas legislações agrárias fato semelhante ocorreu. Enquanto nos Estados Unidos o *Homestead Act* possibilitou uma “libertação” da terra, facilitando o acesso e alavancando os processos de expansão da fronteira de colonização, já no Brasil com a Lei de 1850, a terra passa a ser “trancada”, eliminando a posse como forma de obtenção e favorecendo os proprietários que já possuíam recursos suficientes para sua aquisição. Essas diferenças e semelhanças são os “produtos” resultantes dos contextos históricos, econômicos, políticos e sociais que dizem respeito à realidade específica de cada uma das duas nações. Sendo assim, é possível observar como se articularam esses elementos em cada caso, resultando em formas distintas de capitalismo e democracia, a partir das relações que se deram na fronteira de colonização.

### 1.3 Interpretações sobre o conceito de fronteira

Neste tópico, abordo algumas breves interpretações sobre a fronteira, partindo das problematizações e estudos que analisam definições sobre o que significa esse conceito. Dessa forma, procuro estabelecer um caminho para as discussões posteriores.

O *Dicionário da Terra*, organizado por Márcia Motta, contém alguns verbetes interessantes para compreendermos o processo de expansão da fronteira nos Estados Unidos e no Brasil. Curiosamente, o primeiro verbete que irei abordar não é o intitulado *Fronteira*, mas sim, o intitulado *Território*. Isso porque neste verbete, escrito por Antônio Marcos Miskiw, temos uma ideia construída sobre o que é o território, que irá ajudar no processo de entendimento do que é fronteira. Miskiw, descreve o território como “uma área de terra ou extensão geográfica de um município, estado ou país”<sup>42</sup>. A partir do estudo de alguns autores que discutem a questão, afirma que “a história de um território é a história de movimentos, de migrações constantes, de conflitos entre países e/ou favelas, de transformações de espaços e

---

<sup>42</sup> MISKIW, Antônio Marcos. Território. In: MOTTA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 474.

paisagens”<sup>43</sup>. Dessa forma, temos uma noção de território que é pautada na expansão das fronteiras internas e dos sucessivos conflitos que decorrem desse movimento, atuando em conjunto com o processo de alteração física da paisagem. O autor discute também que para os antropólogos e historiadores, “o território pode ser visto como uma unidade repleta de diversidades étnicas, culturais e sociais, inscrito em um campo de forças e relações de poder (econômico, político e cultural)”<sup>44</sup>.

Por sua vez, o verbete intitulado *Fronteira*, também de autoria de Miskiw, descreve a fronteira como um limite entre duas regiões, determinando o início ou fim de um território. Porém, essa definição de fronteira não é suficiente, pois conforme o autor, esse termo assume um significado de acordo com a área do conhecimento que está relacionada, surgindo subdivisões do conceito, como por exemplo, “fronteira aberta”, “fronteira fechada”, “fronteira agrícola”, entre muitos outros. Seguindo a mesma linha de construção utilizada para a elaboração do conceito de *Território*, Miskiw aborda algumas problemáticas relacionadas à fronteira, e conclui o verbete afirmando que

a fronteira é um espaço privilegiado da produção de antagonismos e laços de solidariedade, da afirmação e negação de identidades, da (re)elaboração de representações, da (re)invenção de lendas e tradições, do (des)encontro dos homens, dos conflitos e das conquistas materiais.<sup>45</sup>

Assim, temos uma problemática sobre o termo *território* e *fronteira* que auxilia a compreensão das interpretações dos autores que analiso neste trabalho. A partir dessa discussão, veremos como alguns autores discutem o termo para observarmos posteriormente como as diversas interpretações abordam a relação da expansão da fronteira com o capitalismo e a democracia.

Uma análise sobre a fronteira está presente no livro de Mary Junqueira, intitulado *Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Nessa obra, Junqueira analisa a revista *Reader's Digest* a partir de artigos que se referem as imagens construídas sobre a América Latina, partindo da relação dessas com o universo simbólico norte-americano, representado nas concepções sobre o Oeste, no contato do pioneiro com a *wilderness* e no imaginário construído sobre a fronteira e seus principais elementos.

---

<sup>43</sup> Ibid, p. 475.

<sup>44</sup> Ibid, p. 475.

<sup>45</sup> MISKIW, Antônio Marcos. *Fronteira*. In: MOTTA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 226.

Apesar de ser uma obra interessante e instigante em seu todo, pretendo abordar apenas o Capítulo II, intitulado *Oeste, wilderness e fronteira no imaginário norte-americano*. Em determinado momento do capítulo, após uma elaborada discussão sobre o conceito de *wilderness*, a autora aborda a questão do mito da fronteira, afirmando que “as palavras *wilderness*, Oeste e fronteira possuem sentidos sobrepostos, imbricados. Nos Estados Unidos, quando se fala em *wilderness*, lembra-se do Oeste, e este faz lembrar os tempos da fronteira”<sup>46</sup>. Assim, Mary Junqueira direciona a discussão de forma a compreender o que os termos Oeste e fronteira representam para os estadunidenses, pois estes conceitos foram utilizados pela revista *Reader's Digest* para comparar a América do Norte com a América do Sul.

Segundo a autora, a região de *wilderness* e o processo de expansão da fronteira foram elementos importantes para concretizar a ideia do excepcionalismo norte-americano, construídos sobre a ideia do movimento e a colonização do Oeste. Assim, afirma que a fronteira distinguia a civilização da *wilderness*, em conformidade com o que escreveu Turner, como veremos no próximo capítulo deste trabalho. Os primeiros colonos estabelecidos nas áreas de fronteira foram os “pioneiros” no processo de formulação de uma identidade nacional, imortalizados no cinema, livros, quadrinhos, revistas, definindo o gênero conhecido como *western*.

Somada a essa questão, em outro livro escrito pela autora, *Estados Unidos: a consolidação da nação*, encontramos a ideia do *Destino Manifesto*. Essa ideia expressava os sentimentos expansionistas estadunidenses durante o século XIX e era uma “concepção nacionalista que se apoiava na ideia de Direito Natural, concedido pela divina providência àquele país, de tomar para si toda a parte continental da América do Norte”<sup>47</sup>. Assim, partindo de um pressuposto baseado na ideia de predestinação, oriunda das crenças dos primeiros colonos europeus, conhecidos como “pais peregrinos”<sup>48</sup>, que acreditavam que eram o povo escolhido por Deus para criar uma nova sociedade, perante o “pacto” entre Deus e os colonos puritanos<sup>49</sup>.

A partir dessa premissa da predestinação, os pioneiros assumiam para si o direito de apropriação das terras a Oeste e além da linha de fronteira, acreditando no fato de serem

---

<sup>46</sup> JUNQUEIRA, Mary. *Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 68.

<sup>47</sup> JUNQUEIRA, Mary. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 50.

<sup>48</sup> KARNAL, op. cit. 2001. p. 38.

<sup>49</sup> *Ibid*, p. 38.

“detentores de uma cultura com valores superiores em relação aos de outros povos”<sup>50</sup>. Essa questão do direito expansionista norte-americano está em sintonia com a ideia de democracia desenvolvida por esses pioneiros, que por sua vez estariam levando esses princípios democráticos aos povos “menos desenvolvidos”, ou até mesmo “culturalmente inferiores”. Essa ideia de democracia ganhou força após o processo de independência das Treze Colônias, sendo os valores democráticos norte-americanos “construídos com base nas ideias liberais europeias, procurando manter a liberdade da livre iniciativa contra o controle da coroa inglesa”<sup>51</sup>.

Mary Junqueira descreve que a relação inicial dos peregrinos com as sociedades indígenas era pacífica, sendo que determinadas práticas de plantio e cultivo foram aprendidas pelos colonos, procedimento que os salvou da inanição. A partir do momento que esses peregrinos conseguiram se estabelecer no território, além da chegada de novos imigrantes, “procuraram civilizar o *wilderness*, anexando as terras em que viviam os índios”<sup>52</sup>. De acordo com o relato dos puritanos da época, a anexação era justificada, pois as sociedades indígenas não trabalhavam ou construíam moradias com o intuito de melhorar a terra, tendo apenas o direito natural sobre ela. Acreditavam também terem o direito de decidir sobre o rumo dessas sociedades, o que tornava a convivência pacífica uma impossibilidade. A *wilderness* passava a ser vista como o oposto da civilização, sendo necessária a sua dominação e consequente imposição de valores culturais e ideológicos.

Dessa forma, fica claro que as ações tomadas durante a Marcha para o Oeste nem sempre assumiam a tão difundida forma heroica, atribuída aos “mocinhos” do *western*. Porém o mito construído sobre a conquista é utilizado para justificar as práticas de devastação dos territórios e aniquilamento das comunidades indígenas. A fronteira durante esse período era o “posto mais avançado da civilização do *wilderness*, onde se dava a ação do homem branco transformando, civilizando o meio ambiente, área de desenvolvimento acelerado”<sup>53</sup>. De acordo com a autora, a construção desse mito permitia que o pioneiro agisse com legitimidade em um ambiente onde as regras eram feitas conforme sua necessidade. Assim, certas formas de ação que não seriam aceitáveis nas regiões civilizadas do Leste passam a ser legítimas no Oeste, mesmo se violentas ou ilegais.

---

<sup>50</sup> JUNQUEIRA, 2001. op. cit. p. 51.

<sup>51</sup> JUNQUEIRA, 2000. op. cit. p. 77.

<sup>52</sup> Ibid, p. 76.

<sup>53</sup> Ibid, p. 70.

#### 1.4 Frederick Jackson Turner e o “Significado da Fronteira na História Americana”

Não é possível em uma abordagem sobre a expansão da fronteira estadunidense, excluir o historiador Frederick Jackson Turner da discussão. Turner foi um dos primeiros a trabalhar a questão da fronteira nos Estados Unidos, de forma que sua tese foi por um bom tempo aceita como a explicação oficial do processo de expansão da fronteira deste país. Amigo pessoal de dois presidentes, Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, sua tese se tornou a base da política expansionista americana nas gestões desses dois políticos.

Frederick Jackson Turner nasceu nos Estados Unidos no ano de 1861, na cidade de Portage, estado de Wisconsin. Neste local, segundo suas cartas autobiográficas, teve a oportunidade de vislumbrar a fronteira de forma privilegiada. Seu pai era o editor de um jornal local, onde Turner aprendeu a arte da tipografia, além de observar o papel desempenhado pelo pai como modelo de líder político em uma comunidade de fronteira. Turner concluiu sua graduação na Universidade de Wisconsin, na cidade de Madison, em 1884, onde estudou história e conseguiu o título de bacharel e mestre, o que lhe deu suporte para trabalhar como professor em retórica e oratória. Concluiu o doutorado na Universidade Johns Hopkins, em 1890, embarcando em uma distinta carreira como professor de história na Universidade de Wisconsin<sup>54</sup>.

Utilizo os escritos de Turner como fonte para este trabalho, por se tratar de uma teoria que foi aceita por um longo período, sendo problematizada apenas em meados da década de 1960, com o surgimento dos movimentos a favor dos povos nativos-americanos e com a formação da *New Western History*, sendo que volto a atenção para este assunto um pouco adiante no texto. Podemos observar claramente a influência da tese de Turner nas obras de diversos autores, muitos deles brasileiros, que utilizaram as ideias desse autor como ponto de partida ou como elemento de comparação entre a realidade dos Estados Unidos e a realidade do Brasil.

A principal contribuição de Frederick Jackson Turner para a historiografia é o seu artigo intitulado *O Significado da Fronteira na História Americana*, apresentado durante a *World's Columbian Exposition*, em 1893, uma exposição que foi montada como forma de celebrar os quatrocentos anos da chegada de Colombo ao Novo Mundo<sup>55</sup>. Nesse artigo,

---

<sup>54</sup> JACOBS, Wilbur R. Foreword. In: TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Tucson: The University of Arizona Press, 1994. pg. xvii.

<sup>55</sup> AVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Porto Alegre, 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado – História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 34.

Turner apresenta a sua *frontier thesis*, base de sua obra, explicando, grosso modo, como a fronteira influencia as instituições e o pensamento do homem americano.

Segundo sua interpretação, a fronteira é o local do encontro entre a civilização e a *wilderness*, representada pela natureza selvagem que confronta o pioneiro, durante o processo em que este se desloca para o oeste, para a fronteira. É a partir deste ponto que começo a discussão sobre o processo de expansão da fronteira dos Estados Unidos. É importante que ao se falar sobre fronteira ou Oeste, termos que são coincidentes quando estudamos esse contexto, seja clara a ideia que esse Oeste não se refere unicamente à Costa Oeste dos Estados Unidos, abrangendo estados como a Califórnia, Nevada ou Utah. O Oeste se refere a todas as etapas de expansão que o território dos Estados Unidos conheceu, a partir dos Montes Apalaches. Um colono que se estabelece nas margens do Rio Mississippi por volta de 1800, já é considerado um desbravador do Oeste.

Turner inicia seu artigo citando os relatórios do censo de 1890, que remetem para uma afirmação considerável: a partir dessa data, o processo de expansão para a fronteira se encontrava oficialmente encerrado, pois as áreas não ocupadas haviam sido particionadas de forma que não existia mais uma linha de fronteira. Uma das afirmações mais pontuais elaboradas por Turner afirma que “até os dias de hoje, a história americana foi em grande medida a história da colonização do Grande Oeste. A existência de uma área de terra livre, sua retração contínua e o avanço da colonização em direção ao Oeste, explicam o desenvolvimento americano”<sup>56</sup>.

O desenvolvimento americano, segundo Turner, constantemente se renova na fronteira. O processo de expansão trouxe novas oportunidades, que cunharam o caráter americano. O encontro entre o mundo selvagem e a civilização é o ápice desse processo, sendo um dos principais objetos de estudo para Turner. Esse mundo selvagem, a *wilderness*, está presente em toda linha de expansão da fronteira.

Segundo Turner, uma importante característica da fronteira estadunidense é que “ela se situa no limite extremo da terra livre”<sup>57</sup>. Assim, a fronteira dos Estados Unidos difere da fronteira na Europa, que é apenas uma linha demarcatória, muitas vezes fortificada, sendo que a população se encontra nos dois lados dessa linha. A fronteira estadunidense, como vimos, seguiu uma contínua progressão, se expandindo conforme os pioneiros seguiam mata adentro, desbravando e colonizando, em contato com a “natureza selvagem”.

---

<sup>56</sup> TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004. p. 23.

<sup>57</sup> Ibid, p. 25.

O importante é observar que de acordo com a *frontier thesis*, o processo de colonização se deu com o pioneiro europeu, partindo das regiões do litoral leste, em busca de novas oportunidades na fronteira. Nesse processo, esse pioneiro europeu passa por um processo de “americanização”. Turner aponta que “nossa história inicial é o estudo das raízes européias que se desenvolvem em meio a um ambiente americano”<sup>58</sup>. E esse processo de americanização do pioneiro europeu é proporcionado pela fronteira. O que acontece é que nessas áreas de fronteira

a *wilderness* – a natureza inóspita e remota – domina o colono. Ela reconhece o colono como europeu na indumentária, nas indústrias, nas ferramentas, nas modalidades de viajar, na forma de pensar. Retira-o do vagão de trem e o coloca em uma canoa de madeira. Tira-lhe as roupas da civilização, guarnece-o com camisa de caça e mocassim. Põe o colono na cabana dos índios cheroquis e iroqueses e levanta uma paliçada indígena em torno dele. Logo ele começa a plantar milho indígena e a arar a terra com um bastão afiado; ele brada o grito de guerra e escalpa à moda indígena ortodoxa. Em suma, na fronteira, acima de tudo, o meio ambiente é duro demais para o homem. Ele tem que aceitar as condições que esse meio lhe oferece, ou perecer, e assim ele se ajusta às roças abertas dos índios e segue trilhas indígenas. Pouco a pouco ele transforma a terra remota e inóspita de *wilderness*, mas o resultado não é a velha Europa, não é simplesmente o desenvolvimento das raízes germânicas, tanto quanto o primeiro fenômeno foi uma reversão da marca germânica. O fato é que aqui há um novo produto, que é americano.<sup>59</sup>

Com isso, é possível perceber que para Turner, a fronteira era a principal forma de afastamento da influência europeia. Conforme a fronteira se deslocava, e com ela a massa de pioneiros, mais acentuadas se tornavam as características dos habitantes da fronteira. Um dos fatores que auxiliou esse processo foi o relevo, composto pela região das Montanhas Rochosas a partir do meridiano 100’, que dificultava muito o acesso a essas áreas. Podemos observar que, segundo a leitura de Turner, esse processo de expansão deixou profundas marcas, tanto econômicas, políticas e sociais.

Os sucessivos processos de expansão possuem características em comum, principalmente se analisarmos o embrião que permitiu seu desenvolvimento. Primeiramente, temos o pioneiro abandonando seu antigo estilo de vida europeu, devido à agressividade da *wilderness*, retornando a uma condição “primitiva” de vida. O pioneiro precisou resolver alguns problemas além do conflito com a *wilderness*, buscando soluções para questão do confronto com os indígenas, sobre as terras que estavam em domínio público, a organização

---

<sup>58</sup> Ibid, p. 25.

<sup>59</sup> Ibid, p. 25.

política das novas áreas de povoamento. Quando uma resposta era encontrada, acabava por servir de base para a próxima etapa de expansão. Com isso, é possível observar as origens das políticas legislativas sobre as terras livres, estudando a marcha de povoamento.

Um ponto importante que Turner discute diz respeito aos diferentes tipos de fronteiras, que possuem distanciamentos temporais e espaciais. Um exemplo utilizado pelo autor aborda a fronteira agrícola em contraste com a fronteira da mineração. Ao mesmo tempo em que a fronteira agrícola estava localizada no Vale do Mississippi, próxima ao meridiano 90', a fronteira da mineração havia alcançado as Montanhas Rochosas, ou seja, ultrapassado o meridiano 100'. As duas fronteiras estão espacialmente distantes, devido, entre outros fatores, aos diferentes tipos de atividades econômicas exercidas.

Turner compreende que essas diferentes fronteiras constituem um processo, que o autor denomina como “evolução”. As transformações políticas e sociais ocorridas no Oeste foram consequência dessa evolução da fronteira, de um estágio de desenvolvimento para outro mais elevado. E essa evolução foi fruto dos processos de expansão das diferentes linhas de fronteiras, distintamente localizadas temporal e espacialmente. Para exemplificar essa questão, Turner demonstra que a evolução social da fronteira

começa com o índio e o caçador; continua falando-nos da desintegração do estado selvagem com a chegada do mercador, o desbravador da civilização; podemos ler os anais da era pastoril na vida dos ranchos; a exploração do solo no plantio, sem rodízios, de milho e trigo em comunidades de lavradores assentados esparsamente; na cultura intensa das povoações rurais mais densas, e finalmente na organização manufatureira com a cidade e o sistema fabril.<sup>60</sup>

Para que esse processo funcionasse, foi necessária a criação dos chamados “centros de atração”. Segundo Turner, esses centros de atração eram constituídos pelas terras férteis e bem localizadas, na altura do meridiano 90'; a descoberta de jazidas de sal e minas, importantes para que o pioneiro não dependesse mais de conseguir esses produtos do litoral leste; e a fixação de postos do exército, que davam uma certa garantia de segurança contra os ataques indígenas.

Os postos do exército, além de sua função de garantir a segurança dos colonos, serviu como importante núcleo colonizador, pois segundo interpretação de Turner, esses postos foram a “ponta de lança” na abertura dos territórios indígenas. Somado a isso, ocorreram

---

<sup>60</sup> Ibid, p. 32.

expedições militares, com o objetivo de exploração do território, buscando determinar a linha limite de colonização.

O sal, conforme citado, também desempenhou um importante papel no processo de colonização. A necessidade do sal fez com que os pioneiros, nas primeiras épocas da marcha de povoamento, ficassem restritos a regiões próximas do litoral. Sem sal, não poderiam conservar seus alimentos. Assim que as primeiras minas de sal foram descobertas além dos Montes Apalaches, “o Oeste começou a se liberar da dependência da costa”<sup>61</sup>. E a marcha colonizadora conseguiu ultrapassar as montanhas e seguir rumo ao Oeste. Dessa forma, o Oeste e o Leste começaram a se tornar independentes um do outro.

A fronteira, segundo Turner, gerou alguns traços que podem ser caracterizados como tipicamente americanos, de acordo com sua interpretação. Um desses traços remete para a influência do Oeste na formação do povo americano. Diferente do litoral, predominantemente inglês, o Oeste recebeu várias levas de imigrantes, vindos das mais diversas regiões, cada um oferecendo sua contribuição para o desenvolvimento da fronteira. Os escoceses-irlandeses e os alemães forneceram as bases do sistema de plantel<sup>62</sup> na fronteira colonial. Os redimidos, servos por contrato, eram geralmente de origem não-inglesa, que cumprindo seu contrato, estavam livres para buscar as oportunidades do Oeste.

A expansão da fronteira para o Oeste representou uma diminuição na dependência dos Estados Unidos com a Inglaterra. Turner discute que no final do século XVIII faltavam indústrias diversificadas no Leste, que pudessem dar conta de prover o país com gêneros alimentícios e industrializados. Mesmo para a Inglaterra se tornava inviável o transporte de fornecimentos diretamente aos colonos na fronteira, assim o Oeste passou a diversificar sua agricultura e criar para si uma demanda de comerciantes.

A reforma legislativa promovida pelo Oeste desenvolveu os poderes do governo central, pois “o crescimento do nacionalismo e a evolução das instituições políticas americanas dependeram do avanço da fronteira”<sup>63</sup>. Essa reforma legislativa estava ligada às relações de comércio que o pioneiro mantinha com o Leste. Isso porque o colono necessitava de mercadorias além do que era possível produzir, portanto surgiu uma série de reformas internas, que permitiram um debate acerca da legislação sobre as ferrovias. As ferrovias possuíam um importante efeito nacionalizador.

---

<sup>61</sup> Ibid, p. 37.

<sup>62</sup> Esse sistema é voltado para a criação de equinos e bovinos de boa raça, destinados a reprodução.

<sup>63</sup> TURNER, 2004. op. cit. p. 43.

Outra discussão relevante que Turner elabora sobre a fronteira, se relaciona com a reforma da legislação e se refere à definição das terras públicas. A compra e venda da terra ocorrem de acordo com as prioridades da fronteira. As tentativas do Leste de impedir a compra dos domínios públicos pelos imigrantes não funcionou. Assim “a legislação relativa às terras, às tarifas e às reformas internas foi condicionada pelas ideias e necessidades da fronteira”<sup>64</sup>.

Porém, Turner afirma que a contribuição de maior importância da fronteira para os Estados Unidos foi o desenvolvimento das instituições democráticas. No conflito com a *wilderness*, o pioneiro se vê isolado, retornando as condições primitivas de vida, como já discutido, abandonando a sociedade complexa de características europeias para uma sociedade baseada na organização familiar. Assim, Turner afirma que “a tendência é anti-social. Engendra a antipatia ao controle e particularmente a qualquer controle direto. O coletor de impostos é visto como um representante da opressão. (...) O individualismo de fronteira fomentou desde o começo, a democracia”<sup>65</sup>. Turner afirma que a existência das terras livres garante oportunidades econômicas. A força econômica do Oeste garante sua força política. Esse é um tópico que pretendo aprofundar adiante.

Turner encerra seu ensaio da mesma maneira que o inicia, declarando o “fechamento” oficial da fronteira, ao afirmar que “nunca mais, porém, a dádiva das terras livres voltará a se oferecer”<sup>66</sup>. Dessa forma, segundo o autor, se encerra um período da história dos Estados Unidos, constituído nação, econômica e politicamente, graças às influências e exigências do Oeste.

### 1.5 Ray Allen Billington e a continuidade do trabalho de Turner

A influência da obra de Turner não pode ser menosprezada, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Tanto para discordar ou concordar, muitos foram os que se basearam em suas ideias para desenvolver suas próprias interpretações. Um dos principais motivos para isso, segundo minha opinião, é que Turner durante sua vida acadêmica focou sua pesquisa na produção de artigos e ensaios curtos, deixando inúmeras questões em aberto, sem desenvolvimento. Dessa forma, temas como a participação da mulher na construção da sociedade no Oeste ou o massacre e desestruturação das sociedades indígenas, para citar os

---

<sup>64</sup> Ibid, p. 45.

<sup>65</sup> Ibid, p. 48.

<sup>66</sup> Ibid, p. 54.

mais controversos, não foi analisada em sua obra, ficando a cargo de seus críticos abordarem essas questões anos mais tarde. O oposto é também verdade, seus trabalhos não desenvolviam a fundo determinadas questões, que foram abordadas e ampliadas pelos seus “seguidores”, a partir da perspectiva da *frontier thesis*.

Um desses autores é Ray Allen Billington, sendo que sua obra é composta por livros e artigos publicados sob o prisma das considerações de Turner acerca do movimento da fronteira. Para início de discussão sobre a obra do autor, analiso um artigo intitulado *Fronteiras*, presente com parte da coletânea de artigos do livro *Ensaio Comparativos sobre a História Americana*<sup>67</sup>, organizado por C. Vann Woodward. No momento, este é o único trabalho traduzido de Billington que encontrei, porém é autor de vários livros, tais como *The Far Western Frontier*, *The Frontier Thesis*, *Western Expansion: A History of the American Frontier*, entre outros, sendo este último analisado adiante.

Nesse artigo, Billington interpreta o desenvolvimento dos Estados Unidos e de seus traços característicos, atribuindo a existência da fronteira como um dos mais importantes fatores para a formação de uma cultura tipicamente estadunidense. A fronteira, para o estadunidense, evoca uma visão de oportunidades. Os primeiros colonos encontraram na fronteira, conforme Billington aponta, “um meio físico que fomentava tais ambições, pois ali a terra era mais barata e a mão-de-obra mais cara do que nas comunidades estabelecidas”<sup>68</sup>. A ascensão social estava ao alcance de todos, a fronteira permitiu uma melhoria individual de vida.

Comparando o processo da fronteira dos Estados Unidos com países da América Latina, Canadá e Austrália, Billington afirma que

só nos Estados Unidos a experiência da fronteira, operando repetidamente, como operou, em indivíduos particularmente suscetíveis à sua influência, gerou uma atmosfera capaz de alterar traços e instituições populares. Só ali o anseio de prosperidade pessoal se alteou como força motivadora importantíssima na vida dos pioneiros.<sup>69</sup>

A democracia é um dos aspectos mais importantes dessa alteração causada pela fronteira, segundo Billington. O pioneiro criou por hábito governar-se a si mesmo, e exigir

<sup>67</sup> WOODWARD, C.Vann (org.). *Ensaio Comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972.

<sup>68</sup> BILLINGTON, Ray Allen. *Fronteiras*. In: WOODWARD, C.Vann (org.). *Ensaio Comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 88.

<sup>69</sup> *Ibid*, p 91.

maior influência para solucionar problemas locais. Os pioneiros “queriam eleger funcionários que fossem do povo, e não que estivessem acima do povo”<sup>70</sup>.

O individualismo foi outro traço marcante da fronteira. Não no sentido de permanecer sozinho, pois as condições de vida na fronteira exigiam a cooperação dentro de um grupo. O individualismo aqui é justificado pelo pensamento que os objetos e a propriedade não deveriam estar sujeitos ao controle governamental ou público. Como a fronteira gerava oportunidades iguais, todos possuíam as mesmas condições de adquirir propriedades e utilizá-las da forma como desejassem.

E essas propriedades, principalmente a posse das terras livres, não estavam vinculadas a um só lugar a um só tempo. Os pioneiros buscavam a prosperidade muitas vezes às custas da fertilidade do solo, então eram comuns as migrações em busca de terras férteis, cada vez mais para o Oeste. Essa migração, segundo Billington, desenvolveu no pioneiro um sentimento de lealdade à pátria, pois o governo central era o único que poderia lhe oferecer proteção nas longínquas terras da fronteira.

Essa discussão representa um traço muito importante da obra de Billington. Vemos que suas afirmações são consoantes com a obra de Turner previamente analisada, característica esta que está presente em outras obras do autor, como por exemplo, no livro intitulado *Westward Expansion: A History of the American Frontier*, do qual discuto alguns trechos. Esse livro não possui tradução para o português, sendo importante salientar que a edição utilizada para análise é a terceira edição publicada, o que faz com que seja um texto revisto e ampliado, conforme apresentação da obra no Prefácio. Assim, temos um texto escrito com base a *frontier thesis* de Turner, mas que não está desvinculado das discussões posteriores. Com isso, pretendo analisar não apenas o conceito de fronteira presente na obra de Billington, mas sim, buscar observar o diálogo com a obra de Turner e com a produção contemporânea da obra.

O primeiro ponto a ser abordado na obra *Westward Expansion* é o fato de se tratar da terceira edição publicada nos Estados Unidos, sob o selo da *The Macmillan Company, New York Collier-Macmillan Limited, London*, editora que possui os direitos de publicação da obra. O autor explica durante o Prefácio das segunda e terceira edições, que o texto original muitas vezes foi modificado e ampliado, de forma a abranger determinadas discussões que surgiram nos interlúdios de publicação. Veremos um pouco dessas discussões no presente tópico.

---

<sup>70</sup> Ibid, p. 91.

Podemos considerar Billington como um fervoroso turneriano. Seu livro *Westward Expansion* possui aproximadamente 760 páginas, que, analisadas, nos mostram uma verdadeira *expansão* da *frontier thesis*. Explico: Frederick Jackson Turner escreveu cerca de 38 páginas, correspondentes ao seu artigo *The Significance of the Frontier in American History*. Ray Allen Billington escreveu as 760 páginas de *Westward Expansion* seguindo os passos de Turner, de forma que tudo o que foi abordado e analisado por Turner, foi abordado e analisado por Billington, com muito mais detalhes e com uma maior abrangência do tema. Assim, ao ler *Westward Expansion*, muitas vezes me vi relacionando diretamente as abordagens de Billington com a escrita de Turner, o que acredito ser é um elemento que enriquece a pesquisa e abre um gigantesco leque para o debate.

A grande diferença se encontra justamente na dimensão que a obra de Billington atingiu. Como livro constituído por capítulos, *Westward Expansion* tem um volume de texto aproximadamente 20 vezes maior que a obra clássica de Turner. Assim, esse material se aprofunda em assuntos que não foram abordados por Turner em sua obra, tais como a enorme influência da presença indígena nos primeiros anos da colonização, o conflito dos colonos ingleses com os colonos franceses e espanhóis. Dessa forma, Billington consegue ser extremamente descritivo nos processos de expansão da fronteira e dos conflitos que ali ocorreram.

Os detalhes estão presentes em cada momento do livro, dividido em três grandes seções, subdivididas em capítulos que tratam diversos aspectos da expansão da fronteira, desde uma discussão sobre a *frontier thesis* no Capítulo I; os processos de expansão da fronteira das colônias durante o período anterior a Guerra de Independência, na Seção I; a fronteira que ultrapassa a linha dos Apalaches, logo após o Tratado de Paris de 1783 na Seção II; finalizando com uma extensa problematização da expansão da fronteira além do Rio Mississippi na Seção III, concluindo sua obra com os desdobramentos deste processo de expansão, relacionados com as políticas sociais e econômicas estadunidenses do século XX.

Assim, para fins dessa dissertação, analiso o primeiro capítulo do livro de Billington, escrito sobre o prisma de Turner, relacionando os dois autores e buscando elementos que possam auxiliar na compreensão do objeto de pesquisa.

Ray Billington inicia o primeiro capítulo discutindo a *frontier thesis*, partindo do imaginário do termo “fronteira” presente em livros e filmes, envolta em uma atmosfera criada com imagens de indígenas e suas pinturas corporais, mulheres com vestidos de cores berrantes sanfonados, *cowboys* bons de tiro e pérfidos vilões. A fronteira, nesse imaginário, é um local romanceado, mas também é reconhecido, segundo o autor, como um dos principais

elementos forjadores da distinta civilização dos Estados Unidos. Conforme vimos, segundo a *frontier thesis*, a fronteira não foi o único fator, mas nenhuma força contribuiu mais para “americanizar” a nação e as instituições do que os repetidos renascimentos da civilização ao longo de toda a linha de colonização durante os três séculos que foram necessários para a ocupação do continente.

Após esse primeiro contato, a referência abordada por Billington é uma análise da *frontier thesis*, a qual ele denomina de *Frontier Hypothesis*. Billington debate brevemente algumas considerações de Turner, como a presença de terras livres na América, que recebeu uma imensa onda de colonos europeus, interessados nas possibilidades de melhoria econômica ou simplesmente uma chance para aventura. Após a primeira onda de migrações, os habitantes do leste iniciam um novo processo migratório, levando consigo as complexas estruturas políticas, econômicas e sociais, requisito que compõe a sociedade estratificada que esses novos colonos deixaram para trás. Porém, em meio a natureza selvagem, a *wilderness*, essas relações e estruturas complexas não conseguem se encaixar, dando lugar a uma organização social primitiva, revertendo os homens a um estado natural, inventando novos usos para os recursos naturais, assim como adaptando velhas técnicas para um novo ambiente. Essa discussão, conforme vimos com Turner, foi um dos principais fatores que permitiram o surgimento de um novo homem americano, desvinculado dos padrões europeus, que embora constituíssem sua herança, estavam obsoletos em meio ao novo ambiente selvagem.

Billington foi aluno e amigo de Turner e compartilha com este a visão do progresso e do desenvolvimento dos Estados Unidos a partir da fronteira. Porém, Billington tece algumas considerações sobre a obra de seu mentor, principalmente a respeito do legado de sua doutrina, continuada por alguns entusiasmados alunos. De acordo com Billington, poucas pessoas concordariam que o movimento para o oeste, em direção as terras livres, explicaria, por si mesmo, o desenvolvimento americano, conforme Turner, mas exagerado por alguns de seus alunos. Segundo Billington, há outros elementos que auxiliaram a moldar a nação, como uma persistência dos traços herdados da Europa, assim como uma influência dos vários grupos étnicos<sup>71</sup> que ali se encontravam. Repete-se o autor, ao descrever que “*The continuous rebirth of society in the western wilderness, endowed the American people and their institutions with characteristics not shared by the rest of the world*”<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Literalmente, Billington utiliza o termo *racial* a se referir a esses grupos. Importante salientar que essa obra foi escrita originalmente em 1949.

<sup>72</sup> *O contínuo renascimento da sociedade nas terras selvagens do oeste, dotou o povo americano e suas instituições com características que não foram compartilhadas pelo restante do mundo.* BILLINGTON, Ray

Dessa forma Billington interpreta a *frontier thesis* como sendo a fronteira uma área geográfica, que desloca-se para o oeste, partindo do Oceano Atlântico até o Oceano Pacífico, durante um período de três séculos. Os efeitos que modelaram a sociedade podem ser entendidos ao se ter essa visão em mente, onde os limites da colonização avançam sobre a natureza selvagem. A fronteira, compreendida em seu sentido geográfico, é definida como uma área com dois a seis habitantes por milha quadrada<sup>73</sup>, definição esta utilizada de forma oficial pelos estatísticos do serviço do Censo, sendo que suas primeiras pesquisas de registro da população em áreas de fronteira datam de 1790<sup>74</sup>.

A crítica de Billington remete para a falha que essa definição possui quando utilizada na tentativa de explicar a natureza evolucionária do processo da fronteira. Com isso, Billington realiza um extenso diálogo com a obra de Turner, ampliando em grande medida as ideias de seu professor. Assim como Turner, Billington aponta os diferentes tipos de fronteira, que representavam as mais variadas inclinações e habilidades possuídas por aqueles que se aventuravam na exploração dos abundantes recursos naturais. De acordo com o autor, “*As the westward movement gained momentum, a number of frontier “types” emerged, each playing a distinctive role in the advance of civilization*”.<sup>75</sup>

Turner, sobre os diversos tipos de fronteira é breve, distinguindo a fronteira em fronteira do mercador, fronteira dos rancheiros, fronteiras dos mineiros e fronteira dos lavradores. Billington utiliza os mesmos quatro tipos, porém é mais descritivo em suas observações. A fronteira dos mercadores, a *fur trade*<sup>76</sup>, foi a que iniciou o avanço sobre a *wilderness*. Porém, seu avanço foi muito rápido, cruzando o continente com tal velocidade que pouco alterou a paisagem. Esses homens buscavam a solidão das florestas, mais do que a companhia de outros homens.

A fronteira dos rancheiros, os *cattlemen*, esteve sempre presente nos sucessivos processos de expansão. A “fronteira do gado” encontrou lugar na Virgínia, bordeando as plantações, juntamente com os canaviais e vinhedos, a alguns quilômetros da costa. Os rancheiros, assim como os mercadores, contribuíram pouco para a conquista do território selvagem.

---

Allen. *Westward Expansion: A History of the American Frontier*. New York: The Macmillan Company; London: Collier-Macmillan Limited, 1967. p. 3.

<sup>73</sup> Aproximadamente 1 a 4 habitantes por quilometro quadrado.

<sup>74</sup> BILLINGTON, 1967. op. cit. p 3.

<sup>75</sup> *Como o movimento para o oeste ganhou impulso, um número de “tipos” de fronteira emergiram, cada uma representando um papel distinto no avanço da civilização*. Ibid, p. 3.

<sup>76</sup> De forma literal, *mercador de peles*, também conhecido pelo termo *fur trapper*, *caçador de peles*. Billington não distingue os dois termos.

Ao encontrar condições propícias, os mineiros ingressavam as fileiras dos mercadores e dos rancheiros. A fronteira de mineração dependia da exploração da riqueza dos raros veios minerais, sendo seu avanço desordenado em comparação com os mercadores e rancheiros. A “primeira geração” de mineiros estava presente nas colônias da Virgínia e Massachusetts em busca de veios de ferro. Avançaram para o oeste da Geórgia e do Alabama a partir do século XIX, onde foram descobertas minas de ouro responsáveis pelo grande aumento de cidades no chamado “wild west”, o Oeste Selvagem. A próxima geração de mineiros atravessou o limite da fronteira do Mississippi, no período da “corrida do ouro”, estabelecendo locais de extração de ouro nos estados da Califórnia, Nevada, Colorado e norte das Montanhas Rochosas. Muitos que participaram dessa “corrida” eram originários das velhas áreas de mineração da Geórgia e Illinois, principalmente. Os mineiros foram um tipo distinto de personagem da fronteira, estando dispostos a se locomover no momento que fosse necessário.

E por último, mas não menos importante, partiram os lavradores para o Oeste e, diferente de seus predecessores, seu trabalho não era adaptar-se ao meio ambiente, mas sim conquistá-lo. As florestas e prados eram apenas um obstáculo a ser transposto, alterando drasticamente a paisagem. Odiavam os mercadores por abastecer os povos indígenas com bebidas alcoólicas e armas de fogo, sendo que o desejo comum era o extermínio dos nativos, obstáculo à expansão. Muitos preferiam a solidão da *wilderness* à companhia de outros homens, mas muitos formaram novos assentamentos em conjunto, pois era sabido que um grande número de colonos reunidos representava segurança e contribuía para a melhoria do terreno.

Assim como Turner descreve o processo de expansão a partir uma “evolução” da fronteira, com suas sucessivas levas de migração, Billington discute que o pioneiro, após limpar o terreno, construir as primeiras habitações de forma rústica e trabalhar na terra, é tomado pelo que o autor denomina de “wanderlust”, uma sede por viagens. Essa “sede” é movida por diversos motivos, como o desgosto pela civilização e seus rumos, a possibilidade de melhores terras ou pela esperança de ganhos, sendo este último o mais frequente. Segundo Billington, “*Many pioneer farmers shifted their homes six times or more in their lifetimes*”<sup>77</sup>.

Esse processo segue seu rumo a partir da venda dos terrenos para o que Billington denominou “equipped farmers”, que são os homens com algum capital, que se deslocaram de regiões adjacentes as áreas agrícolas. Esses homens têm a intenção de se estabelecer no local e desenvolver essa região recém-adquirida, continuando o processo de limpeza, construindo

---

<sup>77</sup> *Muitos pioneiros mudaram suas casas seis ou mais vezes durante a vida.* Ibid, p 6.

melhores casas, cercando os terrenos e melhorando as estradas. Cada ano cresce a quantidade de terras que são preparadas para o plantio, aumentando a produção de excedentes e a riqueza da comunidade. Interessante notar a relação que Billington traça entre o avanço desses lavradores com o desenvolvimento econômico nos Estados Unidos. Em momento prévio no livro, de acordo com o autor, conforme ocorria a conquista da *wilderness*, uma sociedade se desenvolvia, completa com manufaturas, capital acumulado, cidades, instituições, práticas governamentais e culturais<sup>78</sup>. Nesse momento, os lavradores haviam acumulado capital suficiente para pagar por serviços que antes eram necessários serem realizados por eles próprios.

Assim, a fronteira urbana foi parte do avanço da colonização tanto quanto a fronteira das fazendas. Segundo Billington, “*Towns sprang up as though by magic whenever opportunity or seeming opportunity beckoned*”<sup>79</sup>. Visualmente essas cidades variavam pouco das cidades do Leste, porém diferiam muito na questão das atividades econômicas, instituições e atitudes.

A grande diferença entre Turner e Billington entra exatamente nesta discussão sobre os diferentes tipos de fronteira. Turner defende um processo sucessivo, cada qual ordenadamente segue seu padrão de conquista. Billington discorda, pois afirma que “*men’s motives and behavioral patterns were too complex to fit such a neat formula*”<sup>80</sup>. Para o autor, o processo de expansão pode ser, a grosso modo, visualizado a partir de dois grupos, os que intendiam a *utilizar* a natureza e os que intendiam a *subjugar* a natureza. Esses grupos são amplos e comportam um grande número de ocupações, sendo que o mais comum era que os “*utilizadores*” precediam os “*subjugadores*”, mas o contrário também era válido. Assim, de acordo com Billington, “*Every frontier was a bee-hive of activity as the many specialties needed to plant civilization were applied in every sort of sequence*”<sup>81</sup>.

Porém, conforme o autor, independente do padrão de expansão – ou falta de padrão – o movimento teve variações em seu avanço. Essas eram mutáveis de acordo com o local e/ou período a qual estavam submetidas, sendo influenciadas também pelas motivações que levaram os homens a empreenderem esse movimento em direção à fronteira. Essas motivações eram das mais diversas, sendo três as mais comuns: as condições em seu local de

---

<sup>78</sup> Ibid, p. 2.

<sup>79</sup> *Cidade surgiram como se por mágica sempre que oportunidades ou aparentes oportunidades acenavam.* Ibid, p. 6

<sup>80</sup> *Motivos e padrões de comportamento dos homens são muito complexos para encaixar em uma fórmula pura.* Ibid, p. 8.

<sup>81</sup> *Cada fronteira atuava como uma colmeia, onde as atividades das muitas especialidades necessárias para estabelecer a civilização eram aplicadas em todo o tipo de sequência.* Ibid, p. 8.

origem, a facilidade em que poderia alcançar o Oeste e os atrativos da região em vista. Dessa forma no Leste, as terras estavam exauridas pelas sucessivas culturas, a superlotação chegou a um ponto onde os homens não conseguiam mais se adaptar à reduzida área, além da acirrada competição ter diluído as possibilidades e oportunidades de ganhos econômicos. A solução para isso era buscar no Oeste, as vias de reabilitação dessas condições.

Os atrativos do Oeste não eram oferecidos a todos da mesma forma. Muitos desejavam encontrar uma oportunidade, mas poucos conseguiam. Os processos migratórios eram em sua maioria individuais, conforme vimos, e dependiam de três elementos: proximidade, perícia em técnicas próprias para sobrevivência e capital. Distância e o inadequado treinamento em técnicas agrícolas foram a causa do fechamento da fronteira para muitos trabalhadores. Para exemplificar a questão, de acordo com Billington, o trato da terra, mesmo antes dos processos de mecanização, exigia técnicas profissionalizadas, enquanto *frontiering*<sup>82</sup> requeria um conhecimento de técnicas mais especializadas. Poucos eram os que poderiam suprir essas exigências.

As despesas necessárias para migração para o Oeste foram outra barreira que impediu alguns homens de se deslocarem. Ou o “candidato” a pioneiro possuía as perícias necessárias para iniciar uma nova vida, na borda da fronteira, conquistando a *wilderness*, ou se reunia a algum assentamento já estabelecido e pronto, que permitisse seu desenvolvimento apesar da falta de perícia. Porém, essa última opção era custosa, pois segundo Billington, 8 acres de terra estabilizada e pronta não custava menos do que mil e quinhentos dólares, em um contexto onde um trabalhador nos Estados do Leste recebia em torno de um dólar por dia de trabalho<sup>83</sup>.

Contudo, não apenas como pioneiros ou colonos que os homens do Leste foram em direção ao movimento da fronteira. Muitos encontraram trabalho nas novas cidades e fábricas que se instalavam, tendo a fronteira cumprido o papel de “válvula de escape” para as tensões supracitadas que afligiam o Leste.

Conforme o movimento seguia para Oeste, os pioneiros encontravam uma diversidade de condições geográficas, que afetavam como seria o desenvolvimento de determinadas regiões, distintas pelo tipo do solo, topografia e clima. Em cada área ocorreu um efeito, recíproco, que determinou os empreendimentos econômicos que melhor se enquadravam nas condições naturais e nos hábitos e perícias dos colonizadores. Cada uma dessas áreas

---

<sup>82</sup> Termo sem tradução, grosseiramente pode ser traduzido como “fronteiramento”, e significa dentro do contexto, o ato de modificar e se adaptar ao ambiente de fronteira. Dentro desse termo se enquadram as ações de limpar o terreno, construir moradia, cercar os campos, sitiar defesas e cultivar a terra virgem.

<sup>83</sup> BILLINGTON, 1967. op. cit. p. 10.

corresponde a uma determinada “seção” dentro do território soberano dos Estados Unidos, cada uma com sua história de ocupação e desenvolvimento, o que cria uma consciência, um senso de distinção de outras partes do país. Como dentro de cada seção eram desenvolvidos empreendimentos econômicos distintos de outras áreas, havia uma demanda para a criação de leis pelo governo federal, que beneficiasse seus próprios interesses<sup>84</sup>.

Essas discussões compõe, segundo Billington, a herança do avanço da fronteira para os Estados Unidos. Dessa forma, descreve que

The history of the American frontier is not only one of the conquest of a continent and of expanding opportunity for the downtrodden; it is the history of the birth of a nation, endowed with characteristics which persisted through its adolescence and influenced its people long after the West itself was gone.<sup>85</sup>

Dessa forma, temos uma interpretação do movimento de expansão da fronteira de colonização nos Estados Unidos que traz o pioneiro como a figura principal, sendo ele o responsável pelo processo de “civilização” das terras selvagens. A partir de sua ação, essa paisagem natural se transforma, dando origem as cidades e estabelecendo as relações sociais, econômicas e políticas próprias da fronteira.

Tanto Turner como Billington analisam estas questões a partir dos processos desdobrados nos Estados Unidos. A análise desses autores é importante, pois a partir delas foram realizadas interpretações sobre a situação no Brasil, sendo uma dessas discussões abordada por Leo Waibel, que observa o movimento das frentes de expansão brasileiras sob o prisma dos processos estadunidenses de colonização.

## 1.6 As zonas pioneiras de Leo Waibel

Leo Waibel foi um geógrafo alemão, nascido em 1888 na cidade de Kuetzbrunn. Em 1951, com 63 anos, faleceu na cidade de Heidelberg, na Alemanha. Sua trajetória acadêmica é extremamente rica e infelizmente (ou felizmente) direcionada pelas circunstâncias. Isso porque em 1937 foi expulso do país pelo governo alemão, pois sua esposa não era ariana.

---

<sup>84</sup> Ibid, p. 11.

<sup>85</sup> *A história da fronteira Americana não é apenas sobre a conquista de um continente e expansão de oportunidade para os oprimidos; é a história do nascimento de uma nação, dotado com características que persistiram através de sua adolescência e influenciaram seu povo muito após o próprio Oeste ter ido.* Ibid, p. 11.

Com isso, pode desenvolver sua pesquisa, cujo tema era direcionado para a geografia agrária da América tropical. Visitou o México, Guatemala, Costa Rica. Trabalhou como pesquisador visitante na Universidade John Hopkins, em Baltimore, e como professor visitante de geografia na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. De 1946 a 1950, foi assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia, do Rio de Janeiro.

A Universidade de Wisconsin foi onde Turner concluiu sua graduação e trabalhou como professor, na década de 1890. Leo Waibel trabalhou como professor na mesma universidade, porém não teve contato direto com Turner, pois este faleceu em 1932 e Waibel iniciou seu trabalho após 1937. Mas, apesar da falta de fontes que demonstrem um contato direto de Waibel com o “legado” de Turner em Wisconsin, é inevitável a conclusão da influência que esse ambiente acadêmico exerceu em Waibel, pois como observamos anteriormente, Turner foi um dos maiores historiadores estadunidenses no início do século XX, e deixou sua marca no pensamento intelectual dos Estados Unidos.

O livro de Leo Waibel utilizado como referência nesta dissertação é intitulado *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, e consiste em uma coletânea de artigos publicados entre os anos de 1933 e 1950, abordando um grande período da produção intelectual deste autor. Estes artigos são orientados por um eixo de discussão central, a geografia agrária.

Nestes artigos, a geografia agrária é abordada por Waibel como um método de pesquisa, que de acordo com o objeto de estudo pode assumir algumas especificidades, tais como a geografia agrária estatística, a geografia agrária ecológica ou uma geografia agrária fisionômica, descritas pelo autor no Capítulo I, intitulado *O sistema da geografia agrária*. Neste capítulo Waibel define o que ele compreende por uma “zona”, uma definição muito importante para tentar entender, posteriormente, o conceito de “zona pioneira”. Essa denominação de “zona” se encontra dentro da geografia agrária fisionômica, que tem por objeto de estudo a paisagem que está relacionada com a agricultura, e assim, “uma formação vegetal, uma paisagem econômica contínua pode ser denominada de formação econômica”<sup>86</sup>. Esta formação econômica é denominada de “zona”, sendo que “a agricultura emprega para estas unidades econômicas, sejam extensas ou reduzidas, geralmente a denominação de zonas e fala assim de uma zona de cultura de hortaliças, uma zona de triticultura, uma zona de laticínios, etc”<sup>87</sup>. A expansão destas “zonas” constitui o processo de movimento do que o autor chama de *zonas* pioneiras. O objetivo é observar a obra de Waibel como um todo,

---

<sup>86</sup> WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Agrária e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. pg. 34.

<sup>87</sup> *Ibid*, p. 34.

buscando compreender as interpretações que o autor constrói sobre o processo de expansão da fronteira agrícola, trabalhado por ele neste conceito de zona pioneira.

O tipo de pioneiro que emerge da fronteira é outro aspecto importante da obra de Waibel, e um dos motivos de análise nessa dissertação. Não é o foco do autor o estudo das áreas de fronteira relacionadas com o capitalismo ou a democracia, mas o estudo comparativo entre os diferentes “tipos” de pioneiro que são oriundos dessas regiões.

Para discussão deste tópico, utilizo o Capítulo XI do supracitado livro, intitulado *As Zonas Pioneiras do Brasil*, onde o autor estabelece um diálogo bastante profícuo com Frederick Jackson Turner, previamente discutido. A primeira medida tomada por Waibel é diferenciar o processo brasileiro de expansão da fronteira com o modelo de expansão ocorrido nos Estados Unidos, levantando inicialmente o fato que estes estão temporalmente distantes, em torno de 150 anos. Esse movimento ganha força nos Estados Unidos aproximadamente após a Guerra de Independência com a Inglaterra e anexação à federação das terras a oeste dos Montes Apalaches até o Mississippi, no Brasil, de acordo com Waibel, o processo de povoamento das terras do interior ocorre após o primeiro quarto do século XX.

É possível perceber claramente as diferenças entre os dois processos, segundo Waibel. Nos Estados Unidos temos a figura do *pioneer*, o pioneiro que avança sobre a mata e transforma-a, permitindo o acesso da civilização ao interior do país. Assim como faz Turner, ao descrever o encontro da civilização com a *wilderness*. O pioneiro, realizando o seu trabalho, “promove o deslocamento da *frontier* sertão adentro”<sup>88</sup>. Essa *frontier*, a fronteira, se refere ao movimento de expansão da fronteira, e não ao limite político do país.

É necessário salientar a diferença entre *frontier* e *border*. Qualquer um dos dois termos pode ser traduzido como fronteira, mas para critério de diferenciação, *border* é o termo utilizado para identificar a fronteira do país em relação a outros. Nesse caso, essa expansão do território significou a expansão da *border*, do território, independente do desbravamento, colonização ou encontro entre o civilizado e o selvagem, independente da interpretação que esteja em pauta. Para essa expansão, se utiliza o termo *frontier*. Essa distinção é importante para esclarecer o fato de que a expansão da fronteira não segue, necessariamente, o ritmo da expansão da *border*.

Dessa forma, vemos que nos Estados Unidos o conceito de fronteira recebeu uma conotação econômica, além do seu significado político. Relembrando Turner, “a coisa mais significativa da fronteira americana é que ela se situa no extremo da terra livre”<sup>89</sup>. Leo Waibel

---

<sup>88</sup> Ibid, p. 280.

<sup>89</sup> TURNER, 2004. op. cit. p 25.

afirma que “enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira”<sup>90</sup>.

O problema que Leo Waibel discute aborda a realidade brasileira à luz da realidade estadunidense. Assim pergunta o autor se “temos tais zonas pioneiras no Brasil, e, em caso afirmativo, onde estão localizadas?”<sup>91</sup>. Com isso, o autor inicia um estudo comparativo entre esses dois países.

A discussão inicial deste estudo comparativo de Waibel para compreender a zona pioneira no Brasil, busca definir o que representam os conceitos de *pioneer* e *frontier* para o autor. Seguindo o pensamento que nos Estados Unidos, as zonas pioneiras são características da região do Meio-oeste, faixa de terra localizada na extensão do meridiano 90’, onde ocorre a colonização e o povoamento no decurso do século XIX. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil foi marcante a presença do *frontiersmen*, os homens da fronteira, mas a diferença, para Waibel, se encontra presente no tipo da *frontier*. Nos Estados Unidos, ocorre a fronteira como sendo uma linha em contínuo processo de expansão, muitas vezes ultrapassando os limites políticos do país. Já no Brasil ocorre um processo diverso, pois o território político brasileiro já estava definido em sua quase totalidade desde 1777, com o Tratado de Santo Ildelfonso. Com isso, temos “a *fronteira demográfica*, que limita o sertão com a mata virgem para oeste, e a *fronteira econômica*, que separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada”<sup>92</sup>.

O *pioneer*, o pioneiro, por sua vez, é um homem da fronteira, mas para Waibel, o significado do conceito de pioneiro é mais importante do que o de *frontiersman*, pois este representa o indivíduo que vive em uma fronteira espacial. Já o pioneiro

procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesma da vida espiritual! No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado podem ser considerados pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. (...) De uma zona pioneira em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da

<sup>90</sup> WAIBEL, 1979. op. cit. p. 281.

<sup>91</sup> Ibid, p. 281.

<sup>92</sup> Ibid, p. 281.

agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia um afluxo de uma forte corrente humana. (...) Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população.<sup>93</sup>

Esse é o processo que ocorre no Brasil e é denominado por Leo Waibel de *zona pioneira dinâmica*, afirmando que essas regiões são as únicas passíveis de comparação com as zonas pioneiras dos Estados Unidos, da região do Meio-oeste. O alargamento espacial “é uma premissa fundamental para a formação de uma zona pioneira dinâmica”<sup>94</sup>.

As zonas pioneiras no Brasil começaram a surgir no século XVIII, devido ao processo de expansão da cultura do algodão. Essa expansão foi predominante na região do Maranhão, impulsionado pela Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão, além da ocorrência de uma zona pioneira do algodão na região do Ceará e nordeste de Minas Gerais. Apesar da imensa importância que a cana-de-açúcar teve para a economia brasileira, sua expansão, via de regra, não constituiu segundo Waibel, o desenvolvimento de zonas pioneiras. A explicação para isso se encontra no fato que a cultura da cana-de-açúcar ficou restrita ao litoral, diferente da cultura do algodão que se expandiu para o interior do país.<sup>95</sup>

O café foi outro produto importante para o desenvolvimento das zonas pioneiras, especialmente nas regiões altas do planalto centro-oriental, encontrando nessas áreas “ótimas condições naturais e econômicas e iniciou ali, dentro em pouco, a sua marcha triunfal para o interior, promovendo o desenvolvimento de zonas pioneiras clássicas”<sup>96</sup>. Um estudo produzido por Sérgio Milliet<sup>97</sup> sobre o desenvolvimento da agricultura cafeeira em São Paulo é utilizado por Waibel para demonstrar como estavam organizadas as áreas de cultura do café, do ano de 1836 até 1935. Dentro deste recorte temporal, Milliet definiu quais eram as áreas de produção de café em São Paulo, que poderiam ser reconhecidas como zonas pioneiras. Essas áreas possuíam características de “unidades estatísticas territoriais”<sup>98</sup>, e estão agrupadas em sete regiões ou zonas os municípios produtores de café.

As sete regiões do planalto centro-oriental caracterizam as antigas zonas pioneiras, até 1935. Não cabe a descrição minuciosa de cada uma, pois não é este o intento da dissertação,

<sup>93</sup> Ibid, p. 282.

<sup>94</sup> Ibid, p. 283.

<sup>95</sup> Ibid, p. 283.

<sup>96</sup> Ibid, p. 283.

<sup>97</sup> Sérgio Milliet da Costa e Silva foi escritor, crítico de arte, sociólogo, professor, tradutor, pintor. Nasceu em 1898 em São Paulo e ali veio a falecer em 1966. Entre suas obras está o livro *Roteiro do Café e outros ensaios*, obra que foi utilizada por Waibel em seus estudos.

<sup>98</sup> WAIBEL, 1979. op. cit. p. 284.

pois é um estudo de Milliet interpretado por Waibel. O importante para a discussão se encontra após essa data, pois Leo Waibel define no Brasil cinco diferentes áreas que segundo sua interpretação, representam as atuais zonas pioneiras. Atuais no sentido que este estudo foi publicado na década de 1950.

Estas cinco zonas pioneiras são as seguintes: a região noroeste de Santa Catarina e sudeste do Paraná; região norte do Paraná; região oeste de São Paulo; região do “Mato Grosso” de Goiás e a região ao norte do Rio Doce, no Espírito Santo e Minas Gerais<sup>99</sup>. Leo Waibel realiza um minucioso estudo para cada uma destas áreas, mas me aterei nas características comuns descritas pelo autor.

Essas zonas pioneiras começaram a se desenvolver apenas depois da Primeira Guerra Mundial, sendo o movimento pioneiro impulsionado pela necessidade de produção de gêneros alimentícios e produtos de importância comercial, tais como o algodão e o fumo. Essa produção passou a abastecer o mercado interno, pois áreas que antes eram monoculturas se tornaram policulturas. Dessa forma, a pequena e média propriedade ganharam força, sendo que “o pequeno lavrador começava a penetrar também no Brasil tropical. Os novos proprietários rurais eram os ex-colonos, isto é, meeiros que provinham das antigas zonas cafeeiras de São Paulo, ou eram imigrantes, vindos de além-mar e de outros estados do Brasil”<sup>100</sup>.

Essa migração para as zonas pioneiras do interior proporcionou um rápido crescimento da população e a expansão da área de cultivo. O caminhão e as estradas de rodagem foram dois aspectos importantes para esse desenvolvimento. Os armazéns e depósitos surgem nessas áreas e em torno deles ocorre, em muitos casos, o aparecimento de cidades. Postos de gasolina, oficinas e linhas de ônibus, pontes e as já citadas estradas de rodagem acompanham o crescimento dessas áreas<sup>101</sup>.

Com exceção de Goiás, essas novas zonas pioneiras estão localizadas na mata, pois de acordo com Leo Waibel, “a preexistência de matas é o fator natural mais importante para a criação das novas zonas pioneiras”<sup>102</sup>. Nessa nova etapa de expansão, a mata não é mais vista como um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, mas sim como uma nova atividade a ser explorada, com a penetração nessas áreas de empresas madeireiras e serralherias. Essas empresas derrubam a mata para a extração da madeira, facilitando o trabalho do pioneiro de cultivar a lavoura.

---

<sup>99</sup> Ibid, p. 295.

<sup>100</sup> Ibid, p. 297.

<sup>101</sup> Ibid, p. 299.

<sup>102</sup> Ibid, p. 299.

Uma questão importante a observar é quando Leo Waibel trata sobre o estágio “pré-pioneiro” das zonas pioneiras, estágio esse constituído pela presença dos grandes latifúndios adquiridos junto ao governo por valores irrisórios, décadas antes de iniciado o processo de expansão para o interior. Iniciado o processo de desenvolvimento da zona pioneira, as empresas particulares ou companhias vendem essas terras, obtendo imensos lucros<sup>103</sup>. Então, “da mesma forma que se pode distinguir um estágio pré-pioneiro, é possível fazer referência a um estágio pós-pioneiro”<sup>104</sup>, quando o processo de ocupação das terras já está concluído e praticamente não há mais mata virgem.

Nessas situações, o comércio é ativo, pois a proximidade com as estradas de ferro e de rodagem permitem um maior fluxo de pessoas e mercadorias. Porém, a estrutura da cidade é precária, pois a grande maioria das construções é de madeira e faltam recursos como, por exemplo, água encanada e esgotos. As ruas são de terra e é apenas quando ocorre o calçamento ou asfaltamento das ruas que esses centros urbanos deixam de lado seu “status” de estágio pioneiro para o status civilizado. Surgem as redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas e pequenas manufaturas.<sup>105</sup>

É assim que entendemos a definição de zona pioneira, segundo Leo Waibel. Continuando a análise, o autor trabalha as zonas pioneiras localizadas nos Estados Unidos em comparação com as que estão localizadas no Brasil. Dessa maneira, esse ponto se torna extremamente importante a ser discutido nessa dissertação, devido à similaridade entre os temas.

Como critério de justificativa, defende Waibel que a comparação entre as zonas pioneiras dos dois países é possível, pois, primeiramente, sua extensão territorial é semelhante e seu povoamento foi realizado por imigrantes europeus, que instalaram no litoral leste em um primeiro momento, seguindo uma marcha constante em direção ao oeste, a partir dali. A diferença no processo de expansão da fronteira nos dois países se encontra na forma de colonização, da maneira como a terra foi ocupada e colonizada. A base dessa distinção “tem suas causas em fundamentais diferenças de ordem política, histórica e social, existentes nos dois países. Mas também no que se refere às condições naturais há grandes diferenças; basta lembrar a grande diferença de latitude e de altitudes”<sup>106</sup>.

Nesse sentido, Waibel apresenta o processo da marcha de povoamento ocorrida nos Estados Unidos durante o século XIX. Leitor de Frederick Jackson Turner, Waibel discorre

---

<sup>103</sup> Ibid, p. 299.

<sup>104</sup> Ibid, p. 299.

<sup>105</sup> Ibid, p. 301.

<sup>106</sup> Ibid, p. 302.

que nos Estados Unidos a marcha que seguia para o interior possuía uma coesão, porém, não um deslocamento uniforme. Esse deslocamento foi afetado por fatores de ordem natural, como o relevo e vegetação, pois geravam obstáculos para o desenvolvimento da agricultura. A resistência das sociedades indígenas, militarmente organizadas, “fizeram com que nos Estados Unidos os colonos se mantivessem unidos e o seu deslocar assumisse o caráter de um cerrado movimento de massas”<sup>107</sup>. Essa situação foi diferente no Brasil, apesar do conflito ocorrido com os bandeirantes, as sociedades indígenas não ofereceram resistência armada de caráter militar a essas expedições, de forma a impedir o avanço da fronteira.

A pouca resistência indígena e a descoberta de minas de ouro e diamantes no interior do Brasil atraíam os pioneiros mata adentro. Porém, as cidades que surgiram devido a “febre do ouro” não resistiram ao término do ciclo e acabaram por extinguir-se. Nos Estados Unidos, a *gold rush*, a corrida do ouro que teve início em 1848, criou núcleos de colonização e povoamento permanentes, promovendo a concentração da população na Costa Oeste. Um dos motivos para essa diferença, segundo Waibel, reside na época em que foram encontradas as jazidas de ouro no Brasil, aproximadamente no final do século XVII, enquanto nos Estados Unidos o processo similar ocorreu em meados do século XIX. Não foram os primeiros povoadores que localizaram as jazidas nos Estados Unidos, pois a região da Califórnia e Nevada eram áreas de colonização espanhola e posteriormente mexicana, até serem tomadas pelos Estados Unidos após a vitória sobre o México na Guerra México-Americana, em 1848. Coincidência?

A diferença, porém, não se encontra apenas na marcha do povoamento. Outra questão discutida por Waibel nos remete a localização das zonas pioneiras nos dois países. Se no Brasil o processo fosse semelhante, as zonas pioneiras deveriam estar localizadas nas regiões dos estados de Mato Grosso e Goiás, mas não foi o que ocorreu. O processo do desenvolvimento das zonas pioneiras dinâmicas no Brasil “não são um fenômeno primário da conquista de novas terras, mas uma consequência da mesma. Elas só se formaram posteriormente e somente ali onde, englobadas na área já povoada, ficaram para trás áreas mais ou menos extensas de matas”<sup>108</sup>. Os pioneiros no Brasil não penetraram nas matas exclusivamente em direção ao oeste, mas tanto para o norte, sul ou até mesmo as regiões do litoral leste.

A partir da localização das zonas pioneiras dinâmicas que Waibel demonstra que é visível o contraste cultural e social entre o pioneiro estadunidense e brasileiro. A penetração

---

<sup>107</sup> Ibid, p. 303.

<sup>108</sup> WAIBEL, 1979. op. cit. p. 305.

nas áreas de *wilderness* nos Estados Unidos leva o pioneiro a não apenas ter que desbravar a mata, mas enfrentar a resistência das sociedades indígenas nas regiões de fronteira. A discussão realizada previamente a partir da obra de Turner mostrou que desse encontro ocorreu o processo de “americanização”, o surgimento de um novo americano, que diferia de seu predecessor europeu nas roupas, técnicas, costumes, adaptado a sobreviver neste ambiente hostil. Assim, a cultura estadunidense recupera a figura do herói lendário, que nesse caso está personificado no mito do *self made man*, o homem que se faz por si, o pioneiro desbravador imortalizado na literatura, cinema e quadrinhos.

A grande semelhança entre os pioneiros estadunidenses e brasileiros “é o espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro, que os leva a caminhar sempre para diante e a comprar novas terras, em vez de procurar garantir e de explorar<sup>109</sup> mais intensamente a propriedade que possuem”<sup>110</sup>. Assim, o pioneiro está sempre em busca de mais terras, o que é, segundo Waibel, justificado pelo sistema agrícola adotado.

A transformação da paisagem rural se dá, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, nos primeiros anos de colonização, pela derrubada da mata por meio das queimadas, que limpam a roça e a preparam para o plantio, utilizando o sistema de rotação da terra, “herdado” das sociedades indígenas. Porém, esse sistema não permite uma ligação profunda do colono com a terra, levando-o a constantes mudanças de propriedade e conseqüentemente, expandindo a região de terras cultivadas.

Nos Estados Unidos, as primeiras levas de expansão agrícola estabeleceram próximas à costa leste, devido a dificuldades de transporte, os obstáculos naturais e confrontos com as sociedades indígenas, conforme discutido anteriormente. Pequenos núcleos de povoamento surgiram com o objetivo inicial de servir como postos de abastecimento a esses pioneiros. Os fatores naturais foram outro ponto de “retrocesso” na expansão, na metade do século XVIII representado nos Montes Alegânie e na metade do século XIX nas Montanhas Rochosas. Porém, vencidos esses obstáculos e com o advento das até então modernas linhas ferroviárias, esses pioneiros puderam seguir adiante em direção as terras livres do oeste, em sucessivas levas, o que deu origem a *Marcha para o Oeste* estadunidense. A agricultura passou a recuperar as técnicas de produção europeias, com a utilização do arado e da rotação de culturas.

---

<sup>109</sup> Explorar, apesar da semelhança com explorar, não é um erro de ortografia, sendo termo utilizado originalmente na obra de Waibel. Significa tirar proveito econômico de determinada área, quanto a seus recursos naturais.

<sup>110</sup> WAIBEL, 1979. op. cit. p. 306.

No Brasil essa situação foi diferente, passados os primeiros anos da colonização. As queimadas e rotação do solo persistiram, e não se desenvolveu um mercado a partir das regiões pioneiras do interior do país, assim como não ocorreu o desenvolvimento de vias de comunicação entre essas regiões e os mercados urbanos. Dessa forma, a economia não se estabilizou a nível local e somadas a dificuldade de acesso a essas áreas, “não foi possível desenvolver-se ali uma economia sadia na base de pequenos proprietários e, assim, faltava o verdadeiro motor que nos Estados Unidos tornou possível uma colonização em massa no interior”<sup>111</sup>.

Aqui há um interessante ponto de diálogo entre Turner e Waibel. Para Turner, o colonizador europeu foi para o oeste, e devido as circunstâncias de vida na fronteira, não poderia mais ser reconhecido como europeu, nascendo daí o mito do americano. Na leitura do Waibel muitos colonizadores europeus que se embrenharam na fronteira brasileira também deixaram de ser europeus, mas aqui, diferentemente dos Estados Unidos, eles acaboclam-se, viraram vadios, adotaram os meios de vida característicos dos caboclos e dos índios. Assim, nos Estados Unidos se cria o *self made man* e aqui se cria o acaboclado, uma leitura constrói o herói e outra, não muito diferente, o anti-herói.

Porém, Waibel afirma que apenas em São Paulo ocorreu um verdadeiro processo de expansão, conforme o modelo estadunidense. Em São Paulo “uma população numerosa e ativa penetrou continente adentro e desenvolveu ali uma moderna paisagem cultural”<sup>112</sup>. Apesar de Waibel afirmar categoricamente essa questão, ela não é desenvolvida em seu texto. Encontramos uma discussão pormenorizada desse tema na obra de Pierre Monbeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, assunto tratado adiante.

### 1.7 Frentes de Expansão e Frentes Pioneiras segundo José de Souza Martins

Pretendo neste tópico discutir algumas questões referentes às frentes de expansão no Brasil, segundo a interpretação de um sociólogo brasileiro, José de Souza Martins. Um dos nomes mais conhecidos pelos estudiosos da História Agrária, é autor de uma extensa bibliografia. Nasceu em 1938, na cidade de São Caetano do Sul. Pela Universidade de São Paulo concluiu a graduação em 1964, o mestrado em 1966 e o doutorado em 1970, no curso de Sociologia. Na Universidade de São Paulo foi aluno de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Ruth Cardoso, entre outros.

---

<sup>111</sup> Ibid, p. 307.

<sup>112</sup> Ibid, p. 307.

Para este capítulo, pretendo trabalhar com um artigo publicado em seu livro *Capitalismo e Tradicionalismo*, de 1971, intitulado *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*. Neste artigo, um primeiro ponto de interesse é uma citação direta de Leo Waibel, caracterizando o pioneiro, o *frontiersman*, presente no tópico anterior desta dissertação, quando discuto as zonas pioneiras segundo interpretação de Waibel.

José de Souza Martins aborda dessa forma o caráter geográfico da zona pioneira baseado em uma abordagem sociológica, analisando assim a dicotomia moderno/tradicional, que segundo o autor, está imbricada nesse conceito, se entendido geograficamente. Dessa forma, busca observar “se sociologicamente é válido o pressuposto de que a zona pioneira é adequadamente estudada quando entendida como resultado da evolução de um tipo a outro. Ou, em outros termos, cabe perguntar se há alguma evolução”<sup>113</sup>. Para o autor, o importante é o estudo das relações sociais no sistema social da zona pioneira.

Além disso, o próprio conceito de zona pioneira é problematizado por Martins. Segundo o autor, “as relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação”<sup>114</sup>. Assim Martins aponta como preferível a utilização do termo “frente pioneira”, com o significado de mobilidade espacial, descrevendo com isso os fenômenos sociais próprios das zonas pioneiras. A partir disso, descreve sua interpretação sobre as frentes de expansão e as frentes pioneiras.

Para o autor, a frente pioneira se apresenta como sendo a fronteira econômica, “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”<sup>115</sup>. Essa fronteira econômica não necessariamente coincide com a fronteira demográfica, podendo existir uma faixa entre as duas. Essa faixa não está estruturada economicamente a partir de relações com o mercado, e também não pode ser caracterizada como economia natural, “pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado”<sup>116</sup>, que segundo Martins, constituem uma economia de excedentes.

Dessa forma, essa faixa intermediária constituiu o que Martins denomina de *frente de expansão*. Existem duas maneiras em que a frente de expansão se insere na economia de mercado, pela absorção de excedentes demográficos e pela produção de excedentes, que se encaixam como produtos na economia de mercado. A frente de expansão se insere como prática capitalista, porém com características próprias. Uma delas diz respeito à relação com a

---

<sup>113</sup> MARTINS, José de Souza Martins. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 44.

<sup>114</sup> *Ibid*, p. 44.

<sup>115</sup> *Ibid*, p. 45.

<sup>116</sup> *Ibid*, p. 45.

terra, que nessa situação, não é um empreendimento econômico. De acordo com Martins, à frente de expansão não utiliza as terras devolutas de forma privada, pois não possuem valor como mercadoria. Quem faz uso dessas terras é o ocupante ou posseiro.

Nessa relação, o excedente produzido que adquire valor de troca, pois há uma estrutura disponível para sua comercialização, mas não significa que essa estrutura tenha base na divisão do trabalho. De acordo com Martins, “na frente de expansão as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza”<sup>117</sup>. As relações capitalistas estão presentes fora dessa estrutura e absorvem a renda que é gerada pela terra. As tensões na frente pioneira se caracterizam por se tratar da disputa entre a sociedade capitalista presente na fronteira econômica e a sociedade tribal, que busca preservar as terras necessárias à manutenção da frente de expansão. Podemos observar que a frente pioneira, para Martins, é um local de conflito. Mas a frente de expansão também é, só que há diferenças entre quem entra em conflitos nestas duas situações, bem como os motivos que levam a esses conflitos.

Dessa forma, segundo o autor, é necessário compreender a constituição da frente de expansão para entender o conceito da frente pioneira. A frente pioneira se constitui enquanto empreendimento econômico, o capital que avança e controla o comércio, imobiliárias, ferrovias, loteamento de terra e financiam a produção. A produção de excedente, característica da frente de expansão, passa a se tornar uma produção de mercadorias. Segundo Martins, “a frente pioneira surge não como consequência rebarbativa da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de produção desta”<sup>118</sup>.

As terras devolutas se tornam mercadoria. Um dos aspectos mais importantes para a implementação da frente pioneira se encontra na propriedade privada da terra. A posse não é mais uma opção, agora a terra assume seu valor como mercadoria. Segundo Martins:

Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações da sociedade capitalista.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> Ibid, p. 46.

<sup>118</sup> Ibid, p. 47.

<sup>119</sup> Ibid, p. 47.

Assim, o contato entre a frente pioneira e a frente de expansão se encontra nas relações capitalistas que se reproduzem no interior da frente pioneira, e que avançam sobre a frente de expansão. A propriedade da terra passa a ser o ponto principal de antagonismo entre as duas frentes, na dualidade entre ocupação e compra, a renda sendo agora capitalizada. Dessa forma, para Martins, a frente pioneira se apresenta como expressão do capitalismo no campo, mesmo se apoiando em relações tipicamente não capitalistas, tais como a escravidão, o sistema de colonato e arrendamentos em espécie. O capitalismo no campo, para o autor, é caracterizado pela instauração da propriedade privada da terra e não pela instauração da relação de compra e venda da mão-de-obra por salários.

Para complementar essa discussão, busco outro trabalho de Martins, o Capítulo 4 do livro *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*, intitulado *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Nesse capítulo, Martins afirma que a fronteira no Brasil é um local de conflito social. É um desencontro de temporalidades históricas, que se torna um local de alteridade<sup>120</sup>.

No início do texto é pertinente a preocupação de Martins com a definição do conceito de fronteira. Os geógrafos, segundo o autor, utilizam o termo *zona pioneira*, de acordo com a conceitualização de Waibel, previamente abordado. Os antropólogos definem como *frentes de expansão* as áreas que sofrem o deslocamento de população e as atividades econômicas são de algum modo reguladas pelo mercado. Esse conceito de frente de expansão, em contraste com o de frente pioneira, “expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor”<sup>121</sup>.

Dentro dessa discussão, Martins realiza uma crítica a Pierre Monbeig, autor analisado em tópico posterior, pois segundo sua interpretação, a obra do geógrafo francês enfatizava o reconhecimento das mudanças radicais na paisagem, devido a construção de ferrovias, cidades, entre outros. Para Martins, Monbeig em suas análises reconhecia os povos indígenas apenas como *precursores* da frente pioneira, “como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles”<sup>122</sup>. A utilização do termo frente pioneira ou zona pioneira, para Martins, não implica em uma definição como conceito, mas sim como

---

<sup>120</sup> MARTINS, José de Souza Martins. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 133.

<sup>121</sup> *Ibid*, p. 134.

<sup>122</sup> *Ibid*, p. 135.

designações, que os geógrafos apresentam para demonstrar como ocorre determinado processo de expansão territorial.

Martins interpreta as frentes pioneiras como o lugar do novo, uma nova sociabilidade. É o local, tanto espacial como social, que conduz a novas concepções de vida, à modernização, à mudança social, “constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas”<sup>123</sup>. Os geógrafos, ao se referirem a frente pioneira, estão abordando um dos aspectos da reprodução ampliada do capital, sua reprodução extensiva e territorial, a partir do momento que a terra assume valor de mercadoria. Os antropólogos, ao analisar as frentes de expansão, lidam com uma extensão do capital que não tem características tipicamente capitalistas, sendo essencialmente uma rede de trocas e de comércio. O mercado nesses casos age com critérios monopolistas, e as relações são mediadas pela violência e dominação pessoal, tanto no comércio dos produtos, como nas relações de trabalho.

Outro ponto importante é a relação entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Segundo Martins, nem sempre uma coincide com a outra, pois a linha de povoamento avança antes da linha de ocupação econômica do território. De acordo com o autor, “quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica”<sup>124</sup>. Para Martins, entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão e atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira.

Porém, segundo o autor, a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é um instrumento, podemos dizer metodológico, para compreender os acontecimentos na fronteira. A análise de Martins parte do pressuposto que diversos pesquisadores interpretaram a questão da fronteira, mas as discussões ficaram reduzidas a um esquema de classificação, que procura discutir o desenvolvimento do capitalismo no campo, na década de 1960 e 1970 na América Latina.

A discussão em Martins continua, agora o autor utiliza a concepção de Turner sobre a fronteira para embasar sua análise. O conceito de fronteira para Turner, conforme vimos, representa o encontro entre a civilização e a *wilderness*, e desse encontro se originam as instituições tipicamente americanas. A partir dessa afirmativa, uma perspectiva oposta seria o limite da civilização, para Martins. No caso brasileiro, “a fronteira aparece frequentemente

---

<sup>123</sup> Ibid, p. 136.

<sup>124</sup> Ibid. p. 138.

como o limite do humano”<sup>125</sup>. Além da fronteira está o que não é humano, o selvagem, o animal, é a fronteira da humanidade. É importante, segundo Martins, pensar que a fronteira tem dois lados, para compreender o conceito de fronteira do humano. Aqui, o lado econômico da fronteira é secundário.

O conflito é um dos problemas que se encontra na fronteira, nesse limite da civilização. A frente de expansão avança e empurra grupos indígenas mais próximos para territórios vizinhos, o que gera guerra entre as tribos e até mesmo extermínio de populações indígenas. Ocorre que a chegada da civilização, em muitos casos, acontece ao mesmo tempo em que estão sendo travados confrontos entre diferentes tribos. O encontro com esses grupos se deu em uma situação delicada, que piora com a presença do “civilizado”. Segundo Martins, levou tempo para que os diferentes grupos indígenas se aliassem para enfrentar os invasores<sup>8</sup>. Essa é uma característica da frente de expansão no Brasil na atualidade, a pressão das populações indígenas no sentido de expandir seus territórios ou recuperar fazendas abertas em seus antigos territórios.

A frente de expansão, segundo Martins, “não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico”<sup>126</sup>. A forma tradicional de deslocamento segue características da agricultura de roça, um deslocamento lento que é regulado pela combinação de períodos de cultivo e pouso da terra. Após alguns anos, ocorre o deslocamento para outro terreno. Assim, de acordo com Martins, “a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar”<sup>127</sup>.

Se não há ofertas de terras para que ocorra a expansão e não há disponibilidade para integração no mercado da fronteira econômica, se inicia o processo de luta pela terra, envolvendo o confronto, geralmente, com o latifundiário. O conflito é uma forma extrema oriunda da frente de expansão, “quando a pressão se combina com falta de alternativa”<sup>128</sup>.

Um quadro que Martins utiliza e que ilustra essa situação diz respeito à questão do avanço da frente pioneira sobre as terras da Amazônia, a partir da década de 1940, sobrepondo a frente de expansão que ali se encontrava. A sobreposição dessas frentes deu início a um violento conflito, vindo os grandes latifundiários, aliados ao grande capital, expropriar os posseiros das terras ocupadas. Além disso, “a aceleração do avanço da frente

---

<sup>125</sup> Ibid, p. 141.

<sup>126</sup> Ibid, p. 149.

<sup>127</sup> Ibid, p. 149.

<sup>128</sup> Ibid, p. 150.

pioneira em diversas regiões adiantou-se à própria frente de expansão e entrou diretamente em contato com as populações indígenas”<sup>129</sup>.

Martins interpreta esse quadro como o encontro entre duas mentalidades historicamente distintas. A introdução de relações consideradas mais desenvolvidas sobre as mais atrasadas permite vislumbrar a diferença, ou a *alteridade*, conforme discutido no início do tópico. Assim, “a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição, e nela como um dos componentes do possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas”<sup>130</sup>.

Anteriormente vimos como, para Turner, a fronteira modifica o pioneiro, que passa a desenvolver uma sociedade caracteristicamente americana, tanto nos costumes como nas instituições. Na fronteira estadunidense o pioneiro encontrava a liberdade e livre dos laços coloniais, tem a possibilidade de desenvolver essa nova sociedade, sendo que o movimento da fronteira representa um contínuo afastamento da influência europeia, um permanente crescimento de independência com traços americanos. Ao aplicarmos o modelo turneriano para o caso brasileiro, observamos uma diferença entre os dois desenvolvimentos, pois para Turner, o importante das relações sociais são aquelas que têm sua origem na fronteira, no encontro do civilizado com o selvagem, de forma que é na fronteira que aparecem essas relações. Já para José de Souza Martins, essas relações são o fator que leva ao aparecimento da zona pioneira e não o contrário. Ou seja, as relações sociais que existem/preponderam fora das áreas de fronteira se deslocam junto com as frentes de expansão. Por isso José de Souza Martins adota o uso do termo frente pioneira, com sentido de mobilidade espacial.

Em comparação com Turner, é possível observar uma similaridade, quando José de Souza Martins explica que “a concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. (...) A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz a modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”<sup>131</sup>. Como vimos, para Turner, a permanência do pioneiro em uma área selvagem faz com que ele precise se adaptar à área, gerando com isso um novo produto, diferente do imigrante europeu, que cria novas relações sociais e políticas, e novas técnicas no campo. A fronteira, colocada dessa forma, poderia ser caracterizada como sendo o lugar do novo, em contraste com o tradicional.

---

<sup>129</sup> Ibid, p. 154.

<sup>130</sup> Ibid, p. 155.

<sup>131</sup> Ibid, pg. 135-136.

Porém, existe uma diferença crucial entre esses dois processos de expansão. No modelo turneriano, a fronteira é o local que dá origem à democracia americana, pois devido ao isolamento do pioneiro na região de fronteira e a liberdade que ela lhe oferece, um sentimento de antipatia ao controle direto toma conta do pioneiro. Importante salientar que o processo de expansão da fronteira estadunidense ocorre no século XIX, enquanto no Brasil esse processo, para o caso da fronteira amazônica, se dá quase um século depois, em uma época que o país se encontrava em um regime de ditadura e repressão.

## 2 CAPITALISMO EM UM CONTEXTO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA

### 2.1 Da conceitualização de capitalismo

Da mesma forma que abordei algumas questões sobre a fronteira a partir de determinadas obras que a problematizam, busco realizar trabalho similar neste tópico, tratando sobre o capitalismo, assim como as diversas definições de democracia.

O capitalismo é o primeiro conceito a ser discutido neste ponto. Uma questão importante sobre este tópico, que não pode deixar de ser mencionada, diz respeito à especificidade do termo em relação ao período que está associado. Assim ocorre que muitas vezes o conceito de capitalismo é acompanhado de um adjetivo, para completar o significado do termo original. O verbete sobre o conceito intitulado *Capitalismo*, apresentado no *Dicionário do Pensamento Marxista*, de autoria de Meghnad Desai, levanta uma breve discussão a partir dessa premissa, onde aponta que o capitalismo indica uma fase histórica, sendo seu início variado conforme as teorias sobre seu aparecimento, além das tentativas de ampliar o conceito, como por exemplo, *Capitalismo Monopolista* ou *Capitalismo Monopolista de Estado*<sup>132</sup>.

O *Dicionário de Conceitos Históricos*, de autoria de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, possui um verbete homônimo, onde define capitalismo como “um sistema econômico surgido no Ocidente, na Idade Moderna, que se expandiu pelo mundo contemporâneo nos séculos seguintes. Hoje, é esse o sistema econômico que impera em uma escala praticamente global, rompendo fronteiras e culturas”<sup>133</sup>. O início desse sistema é assunto controverso, pois o verbete afirma que vários autores discordam sobre essa questão.

Segundo o *Dicionário do Pensamento Marxista*, o capitalismo seria a “denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção”<sup>134</sup>, onde “qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção”<sup>135</sup>. Assim como o verbete presente no *Dicionário de Conceitos Históricos*, o autor demonstra as controvérsias em relação ao surgimento deste sistema, algumas teorias tentam explicar pelo crescimento do

---

<sup>132</sup> DESAI, Meghnad . Capitalismo. In: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 52.

<sup>133</sup> Ibid, p. 43.

<sup>134</sup> Ibid, p. 51.

<sup>135</sup> Ibid, p. 51.

capital mercantil e do comércio exterior, assim como outras teorias observam o desenvolvimento das relações comerciais no feudalismo como o ponto de origem do capitalismo.

Quando trabalhamos sobre a questão do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, um texto clássico para a discussão é o conhecido *A chamada acumulação primitiva* de Karl Marx. Apesar dos textos e escritos de Marx terem sido discutidos, debatidos, analisados e ressignificados por um sem número de autores e pesquisadores ao longo de um século e meio, abordo algumas reflexões do autor como forma de enriquecer o trabalho, pelo fato de suas obras terem sido escritas no contexto em que analiso as interpretações sobre os processos de expansão da fronteira e como esse movimento influenciou e foi influenciado pelo desenvolvimento do capitalismo e da democracia nos Estados Unidos e no Brasil. Apesar de não tratar especificamente sobre essas realidades, segue uma breve abordagem sobre esse texto.

A acumulação primitiva, segundo Marx, é o ponto de partida para o modo de produção capitalista. Decorre do processo de acumulação de riquezas pelos proprietários dos meios de produção, que ocasionou a pobreza da grande massa, que não tem mais nada a não ser sua força de trabalho para vender. Esses proprietários prosseguem no processo de acumulação de riquezas, embora não precisem vender sua força de trabalho para isso. O dinheiro e as mercadorias, os meios de produção e de subsistência não são capital, e para se tornarem, é necessário que ocorra uma determinada transformação em determinadas circunstâncias.

A produção capitalista ocorre quando há uma relação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Assim, o sistema capitalista “consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”<sup>136</sup>. Assim, a acumulação primitiva é o ponto de partida dessa relação, “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”<sup>137</sup>.

Marx afirma que a estrutura da sociedade capitalista teve origem na estrutura econômica do feudalismo. Com a crise do sistema feudal, os elementos constitutivos do capitalismo estavam livres para a formação do novo sistema. Essa teoria é discutida por Ellen Wood, no livro *A Origem do Capitalismo*. De acordo com Marx, o trabalhador só é livre para

---

<sup>136</sup> MARX, Karl. O capital: crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 828.

<sup>137</sup> Ibid, p. 828.

vender sua força de trabalho quando não está vinculado à gleba, escravidão, servidão, ou domínio de corporações de ofício. Assim, a crise do feudalismo foi um dos processos históricos que emancipou os trabalhadores desses “grilhões”. Porém, para que pudessem vender sua força de trabalho, foi necessária a expropriação do trabalhador dos meios de produção e a privação das garantias asseguradas pelas instituições feudais. Assim, a sujeição do trabalhador é o elemento que originou o processo que produziu o trabalhador assalariado e o capitalista. Segundo Marx, “a história dessa apropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes”<sup>138</sup>.

Ao observarmos a construção do verbete sobre o capitalismo no *Dicionário de Política*, escrito por Gian Enrico Rusconi, vemos que além da controvérsia sobre sua origem, há uma discussão que atribui ao conceito conotações e conteúdos diferentes, partindo de duas linhas de raciocínio distintas. Uma destas concepções aponta o capitalismo como uma “forma particular, historicamente específica, de agir econômico, ou um modo de produção em sentido estrito, ou subsistema econômico”<sup>139</sup>. Esta é uma definição restrita, que assume esse subsistema como parte de um sistema social e político mais amplo e complexo. Nesta acepção, o capitalismo é apenas um elemento que designa o subsistema econômico, sendo o social e político caracterizados como, por exemplo, sociedade industrial, liberal-democrática ou sociedade complexa. A segunda problematização assume o capitalismo como fator determinante na formação social, devido ao modo de produção que é imposto em todos os níveis das relações sociais. Assim, o capitalismo assume uma característica reduzida ou ampliada, conforme a interpretação que se constrói acerca do conceito.

Conforme Rusconi, não se trata de uma questão nominalista, “mas de uma questão de identificação do mundo moderno e contemporâneo, que envolve e envolve a identidade e a ideologia de vastos grupos sociais”<sup>140</sup>. Qualquer que seja a abordagem, reduzida ou ampliada, o autor elenca algumas características que distinguem o capitalismo de outros modos de produção:

- a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre;
- b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal;

---

<sup>138</sup> Ibid, p. 830.

<sup>139</sup> RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 141.

<sup>140</sup> Ibid, p. 141.

c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro<sup>141</sup>.

De acordo com a importância que se atribui individualmente a cada uma destas características, temos interpretações diferentes para o mesmo conceito. Porém, como afirma Rusconi, esses elementos não se desenvolvem sem levar em consideração a influência dos fatores extra-econômicos, estejam presentes nas relações de poder ou determinantes culturais. É possível, entretanto, isolar os elementos econômicos que caracterizam o capitalismo, em termos de abstração científica, da mesma forma que é possível isolar qualquer elemento que dele provenha. Porém, limita-se a compreensão do conceito, ao considerá-lo como fenômeno social, político e histórico<sup>142</sup>.

A discussão sobre a ampliação do conceito de capitalismo está presente na obra de Virginia Fontes, intitulada *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Nesse livro, a autora discute algumas questões referentes ao conceito de *capital-imperialismo*, termo utilizado por ela, que difere em parte do termo *imperialismo*, cunhado por Lênin. Segundo Virginia Fontes, o termo *imperialismo* sofreu algumas alterações, que o levaram a diferentes direções, uma no sentido de expandi-lo, outra no sentido de contraí-lo. Para este trabalho, observo as interpretações da autora sobre o conceito, presentes no Capítulo III do livro, intitulado *A espiral capital-imperialista*. São três as características do capital-imperialismo, “predomínio do capital monetário, expressando a dominação da pura sociedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador”<sup>143</sup>. O conceito representa um dos traços mais marcantes do capitalismo, a necessidade de expansão e de reprodução do sistema, abrangendo as mais variadas dimensões da vida social, de forma destrutiva. O caráter destrutivo reforça a expansão e o crescimento dos processos de acumulação.

A autora ao trabalhar com o conceito de capital-imperialismo, se refere a expansão do capitalismo impregnado de imperialismo, surgida durante a Guerra Fria. Assim, o uso do conceito vem representar a transformação sofrida pelo capitalismo durante a virada do século XIX para o século XX, expandindo sob a forma do imperialismo<sup>144</sup>. O conceito de imperialismo de Lenin, formulado a partir dos impérios em expansão do século XIX, neste

---

<sup>141</sup> Ibid, p. 141.

<sup>142</sup> Ibid, p. 142.

<sup>143</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2010. p. 146.

<sup>144</sup> Ibid, p. 154.

contexto é ampliado após a Segunda Guerra Mundial, por utilizar formas específicas de dominação, adotadas pelos Estados Unidos, assim, capital-imperialismo.

## 2.2 As origens (agrárias) do capitalismo

Ellen Wood, historiadora estadunidense de orientação marxista, escreveu diversos textos sobre a questão do capitalismo e teoria política, publicados em coletâneas de livros. Entre suas obras temos *A origem do capitalismo*, *As origens agrárias do capitalismo* e *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*.

Na obra *A origem do capitalismo*, a autora analisa algumas teorias sobre o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, traz a seguinte definição do conceito:

O capitalismo é um sistema em que bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria a venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.<sup>145</sup>

Com isto posto, a autora discute as análises que afirmam ser o capitalismo originado a partir de tendências que sempre estiveram presentes nas sociedades humanas. Essas análises trazem a hipótese que o desabrochar do sistema capitalista ocorreu durante a Idade Média, estando o capitalismo neste período “agrilhado”, seja por questões políticas, culturais ou ideológicas. O que essas explicações buscam demonstrar, segundo a autora, é que existe uma continuidade entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas<sup>146</sup>. Essa linha de argumentação afirma que “a industrialização torna-se resultado inevitável das inclinações mais fundamentais da humanidade”<sup>147</sup>, pois o sistema de trocas sempre existiu, sendo o mercado mundial apenas uma ampliação dos antigos sistemas mercantis babilônicos, romanos ou qualquer outro que

<sup>145</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 12.

<sup>146</sup> *Ibid*, p. 14.

<sup>147</sup> *Ibid*, p. 14.

tenha se desenvolvido ao longo da história. Outro ponto analisado pela autora diz respeito a essa mesma estrutura de continuidade entre sociedades não-capitalistas e capitalistas, mas deslocando o eixo da cidade para o campo, onde a pequena produção mercantil, de forma quase natural, evolui para o capitalismo e os pequenos produtores mercantis tomam o rumo capitalista.

Sobre esse processo, Ellen Wood demonstra que a *oportunidade* é um elemento crucial para explicar o desenvolvimento do capitalismo. Assim, as explicações do modelo clássico afirmam que “o capitalismo é uma oportunidade a ser aproveitada, onde e sempre que possível”<sup>148</sup>. Essa noção de oportunidade está intimamente ligada à definição de *mercado*, pois o mercado representa a oportunidade de comércio, implicando as noções de *oferta* e *escolha*, que por sua vez são os elementos que garantem a *liberdade*. Dessa forma, os serviços e mercadorias são dispostos como *oferta*, para serem *escolhidos livremente*.

Essas são apenas algumas questões que a autora aborda como forma introdutória em seu livro, que dividido em duas partes, busca levantar relatos históricos e debates acerca da origem do capitalismo e das controvérsias geradas, analisando de forma mais detalhada o chamado “modelo mercantil”, uma das interpretações mais comuns sobre o desenvolvimento capitalista. Na segunda parte, a autora traça algumas alternativas a esse debate, questionando algumas das convenções históricas mais influentes.

Dessa forma, no primeiro capítulo, Ellen Wood discute a questão da estrutura do modelo mercantil e seu legado, demonstrando que esse modelo busca explicar a origem do capitalismo por “pressupor que seu desenvolvimento foi o resultado natural de práticas humanas quase tão antigas quanto a própria espécie, e que requereu apenas a eliminação de obstáculos externos que impediam sua materialização”<sup>149</sup>.

Nesse processo de evolução das práticas comerciais, há uma ruptura, decisiva, que substituiu a *economia de troca* por uma *economia de consumo*, representada pela “irracionalidade e pelo parasitismo político do poder senhorial”<sup>150</sup>.

O debate teórico clássico nos remete à “ressurreição” do comércio durante a bancarrota do feudalismo, devido ao crescimento das cidades e libertação dos comerciantes das amarras político, social e ideológicas existentes. Assim, o capitalismo se encontra, nesse momento, associado às cidades, sendo a dominação comercial exercida por uma classe

---

<sup>148</sup> Ibid, p. 15.

<sup>149</sup> Ibid, p. 21.

<sup>150</sup> Ibid, p. 22.

dedicada ao comércio, que “libertaria” as práticas comerciais das restrições políticas e culturais do feudalismo. Dessa forma

Essa libertação da economia urbana, da atividade comercial e da racionalidade mercantil, acompanhada pelos inevitáveis aperfeiçoamentos das técnicas de produção que decorrem, evidentemente, da emancipação do comércio, aparentemente bastou para explicar a ascensão do capitalismo moderno.<sup>151</sup>

Essa hipótese aborda principalmente a questão da continuidade do comércio e das mercadorias, que desde os tempos mais remotos maturaram até seu desenvolvimento na moderna sociedade capitalista industrial. O que essa hipótese discute é que, essencialmente, a mentalidade de comprar barato e vender caro não é diferente da “troca e da acumulação capitalista através da apropriação da mais-valia”<sup>152</sup>, segundo Ellen Wood.

A autora descreve outro tema de análise do desenvolvimento capitalista, o do *burguês* como agente do processo. Analisando o conceito de burguês, vemos que etimologicamente o significado remete para alguém que, morador do burgo, não possui status de nobreza e trabalhando para viver, não se valia de atividades manuais mais do que intelectuais em seu trabalho. Assim, a associação de *burguês* com *capitalista* é parte da lógica relacionada com as interpretações sobre o modelo mercantil, pois a evolução do burguês para comerciante, mercador, banqueiro e assim sucessivamente, segue até atingir o status de capitalista moderno.

Dentro do modelo mercantil, o principal elemento que permite o desenvolvimento da moderna sociedade industrial e do mercado capitalista é o feudalismo, pois é o sistema feudal que representa “a verdadeira ruptura histórica”<sup>153</sup> entre a economia natural para uma economia monetária. Porém, segundo Ellen Wood, “se o feudalismo trouxe o descarrilamento do progresso da sociedade mercantil, a lógica intrínseca do mercado, de acordo com essas explicações, nunca se modificou significativamente”<sup>154</sup>. Essa lógica implicou em indivíduos que buscavam ter o máximo de lucro possível, tão logo tivessem a oportunidade para tal, assim como implicou em um processo de divisão do trabalho e especialização do trabalhador, com o objetivo de reduzir custos e aumentar lucros. A lógica teria permanecido a mesma, “sempre conducente ao crescimento econômico e ao aperfeiçoamento das forças produtivas,

---

<sup>151</sup> Ibid, p. 23.

<sup>152</sup> Ibid, p. 23.

<sup>153</sup> Ibid, p. 24.

<sup>154</sup> Ibid, p. 24.

sempre fadada a acabar produzindo o capitalismo industrial, se lhe fosse dada liberdade para por em prática sua lógica natural”<sup>155</sup>.

O modelo mercantil, segundo seus defensores, dispensa a necessidade de explicação do surgimento do capitalismo. Conforme vimos, o capitalismo segundo esse modelo sempre existiu de forma embrionária, pois as pessoas sempre se comportaram de acordo com a lógica do mercado capitalista, aproveitando as oportunidades de obter lucro e buscando ampliar esse lucro a partir da redução dos custos. O único ponto que precisa ser explicado é como agiram as forças que bloquearam o desenvolvimento natural do capitalismo e como essas barreiras foram superadas.

De acordo com Ellen Wood, este modelo mercantil apresenta um paradoxo, pois essa concepção exclui a questão da liberdade humana, pois nessa teoria estão associadas leis universais e imutáveis, que fazem com que o capitalismo moderno seja um resultado quase inevitável. Assim, o produto final, o “mercado *livre*, é um mecanismo impessoal que, até certo ponto, pode ser controlado e regulado, mas que, em última instância, não pode ser impedido sem todos os riscos acarretados por qualquer tentativa de violar as leis da natureza”<sup>156</sup>.

Ellen Wood aborda brevemente algumas obras que buscam explicar o conceito e a origem do capitalismo por outro viés, que não o modelo mercantil. A autora discorre sobre Karl Polanyi, que descreve uma teoria em que todas as sociedades anteriores houve casos da existência de mercados, mas é preciso distinguir sociedades com mercado de “sociedades de mercado”, sendo que nessas sociedades, “as relações e práticas econômicas inseridas ou imersas em relações não econômicas”<sup>157</sup>.

Outro autor é Robert Brenner, que atacou as bases do modelo mercantil, assim como as bases do modelo demográfico<sup>158</sup>. Brenner, segundo Wood, buscava “uma dinâmica interna que não pressupusesse uma lógica capitalista já existente”<sup>159</sup>. Os estudos de Brenner tinham por objetivo analisar a sociedade inglesa, observando as particularidades das condições das relações de propriedade, que fez com que os produtores não estivessem sujeitos a *oportunidades* de mercado, mas sim, a *imperativos* de mercado. Segundo Brenner, o conjunto dessas relações originou na Inglaterra o que é conhecido por capitalismo agrário.

Após definidas todas essas argumentações, a autora inicia um processo de análise sobre a origem agrária do capitalismo, buscando uma explicação que não fosse embasada na

---

<sup>155</sup> Ibid, p. 25.

<sup>156</sup> Ibid, p. 26.

<sup>157</sup> Ibid, p. 29.

<sup>158</sup> Grosso modo, determinava que a transição do feudalismo para o capitalismo se deu devido as leis de oferta e procura.

<sup>159</sup> WOOD, 2001. op. cit. p. 52.

questão da pré-existência do capitalismo em sociedades pré-capitalistas. Assim como Brenner, analisa a sociedade inglesa a partir dos seus fatores únicos, que deram origem ao chamado “capitalismo agrário”, que criou as condições necessárias para o pleno surgimento das relações capitalistas de mercado. Veremos com detalhes esse processo.

No primeiro momento, a autora aborda a debatida questão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, não no sentido que define o capitalismo como evolução natural do feudalismo, mas sim questionando se o feudalismo foi uma condição *suficiente* para o desenvolvimento capitalista. Essa tese foi plenamente desenvolvida a partir dos debates previamente citados, que discutem o crescimento das cidades como o principal fator de desestruturalização do sistema feudal, trazendo consigo o germe do capitalismo. Nesse estudo, Ellen Wood busca separar os conceitos de *capitalista de burguês* e *capitalismo de cidade*.

Essa associação vem do fato de ser creditada a qualquer cidade, a partir de suas práticas de câmbio e comércio, a natureza intrínseca do capitalismo, estando limitado este por barreiras e obstáculos que impediam seu desenvolvimento. Como vimos, essas barreiras tinham as mais diversas características, tanto ideológicas, políticas ou culturais e com seu rompimento devido à queda do sistema feudal, pode o capitalismo se desenvolver e se expandir.

É importante salientar que essa afirmação está repetida por diversas vezes ao longo do livro de Ellen Wood. Um dos motivos provém do fato de se tratar de uma coletânea de artigos transformados em livro, o que faz com que a ideia apareça muitas vezes durante o texto. Dentro dessa dissertação, essa ideia é repetida pelo fato de se tratar da principal questão dentro dessa obra de Ellen Wood, assim é importante e necessário se remeter a ela durante o processo de escrita.

A partir desse ponto, Ellen Wood afirma categoricamente que o capitalismo na Inglaterra “não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana”<sup>160</sup>. O capitalismo, dessa forma, teria se desenvolvido a partir do rompimento com as antigas tradições e práticas de lidar com a terra e com o cultivo dos campos. Esse rompimento gerou uma nova tradição, e a partir das novas relações que foram criadas, o capitalismo agrário pode se desenvolver.

Em sociedades pré-capitalistas, segundo a autora, existia a divisão por classes, os que produziam e os que se apropriavam da produção. Os produtores diretos eram os camponeses,

---

<sup>160</sup> Ibid, p. 77.

que permaneciam em posse dos meios de produção, principalmente a terra. O excedente do trabalho era apropriado de forma quase generalizada a partir da coerção direta, através do emprego de poder militar, jurídico ou político. Ellen Wood aponta que esse é o grande diferencial entre as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo, “ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriados, seja na indústria, seja na agricultura”<sup>161</sup>. Com isso, observa a autora que é apenas no capitalismo que ocorre o processo de desapropriação dos produtores diretos, cujo excedente é apropriado por meios econômicos, sendo que os produtores diretos tem acesso aos meios de produção apenas através da venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário. Ocorre assim, que não se faz mais necessário o uso de uma coerção direta para que se aproprie do excedente do produtor direto.

Essas novas relações foram mediadas pelo mercado, sendo este “mercado” distinto dos mercados pré-capitalistas, baseados na troca e venda de mercadorias. A função do mercado na sociedade capitalista assume um papel diferente, pois tudo o que é produzido é mercadoria voltada para o comércio, sendo que a reprodução do capital e do trabalho é profundamente dependente do mercado. Essa dependência do mercado faz com que este seja o principal regulador da reprodução social, e gera novos elementos, que são os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro.

O problema aqui se volta para um ponto chave, onde Ellen Wood questiona a origem dessa dependência do mercado, afirmando que a exploração dos produtores diretos e as relações de mercado sempre existiram. Aqui a autora retorna à já citada questão, que o capitalismo surgiu em momento específico, a partir do século XVI, na Inglaterra, sendo que ali surgiram as condições para o desenvolvimento de novas relações. A centralização da política inglesa foi anterior à centralização política em outros lugares na Europa. Além disso, a Inglaterra também dispunha de uma grande rede de estradas e transporte de água, sendo que Londres havia se tornado o centro de um mercado em desenvolvimento.

A agricultura inglesa, segundo a autora, foi a base material que fundamentava esse desenvolvimento da economia nacional. O processo descrito permitiu a singularização da sociedade inglesa em diversos aspectos. Dois desses aspectos são correlacionados e distinguem a classe dominante inglesa, a desmilitarização, integrando um Estado cada vez mais centralizado, sendo que essa aristocracia não detinha poderes extra-econômicos de coerção e nem propriedade politicamente constituída. Porém, ocorre um processo de troca

---

<sup>161</sup> Ibid, p. 77.

entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia, pois a concentração de terras era uma prática na Inglaterra, permitindo a esses grandes proprietários desenvolverem novas maneiras de utilização da terra. Assim, “o que lhes faltava em poderes ‘extra-econômicos’ de extorsão do excedente era mais do que compensado por seus crescentes poderes econômicos”<sup>162</sup>.

Dessa forma, uma grande parte da terra não era trabalhada por proprietários camponeses, mas era arrendada. Os proprietários, com seus poderes extra-econômicos reduzidos devido à centralização política, precisavam encontrar novos meios de obter maior renda de suas terras, que não a coerção direta. Os arrendatários, por sua vez, estavam sujeitos não apenas à pressão dos proprietários, mas também aos novos imperativos do mercado, que obrigava a aumentar a produtividade, competindo não apenas no mercado de consumidores, mas também, no mercado de acesso à terra, pois muitos contratos de arrendamento estavam fixados por um valor de aluguel fixado pelas condições de mercado. Assim, “os arrendatários eram obrigados a produzir por um custo eficiente, sob pena de serem desapropriados”<sup>163</sup>. Ocorre a dependência do mercado para ter acesso à terra, aos meios de produção.

Retomando a discussão sobre mercado como oportunidade e mercado como imperativo, de acordo com Ellen Wood, “foi a renda ‘não-fixa e variável’, que atendia aos imperativos do mercado, que estimulou na Inglaterra, o desenvolvimento da produção mercantil, o aumento da produtividade e o crescimento econômico autossustentado”<sup>164</sup>. Segundo a autora, foram os imperativos, não as oportunidades de mercado, que levaram os pequenos produtores mercantis à acumulação.

O processo resultou em uma polarização da sociedade rural inglesa em proprietários de latifúndio e numa multidão de não-proprietários, bem como criou uma agricultura extremamente produtiva, que poderia sustentar uma grande população, que não participava da produção. A multidão de não-proprietários veio a constituir “uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos”<sup>165</sup>. Baseado em todas essas argumentações, temos, segundo Ellen Wood, os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês.

No caso brasileiro, os processos que desdobraram no desenvolvimento do capitalismo encontraram condições específicas, diversas das ocorridas na Europa e nos Estados Unidos. A agricultura foi um fator preponderante, sendo essa questão estudada por Maria de Nazareth

---

<sup>162</sup> Ibid, p. 83.

<sup>163</sup> Ibid, p. 84.

<sup>164</sup> Ibid, p. 85.

<sup>165</sup> Ibid, p. 86.

Baudel Wanderley, socióloga brasileira. No artigo intitulado *Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira*<sup>166</sup>, a autora tece algumas considerações sobre o caráter capitalista da agricultura no Brasil. Essa discussão se mostra interessante e contribui para a dissertação, pois a autora busca neste artigo, compreender as formas concretas da reprodução do capitalismo na agricultura brasileira, “considerando que, em determinadas circunstâncias, ela cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital”<sup>167</sup>. A autora se propõe a analisar a questão referente à propriedade da terra e sua expressão econômica, a renda fundiária. A partir desta questão, desenvolve a hipótese de que a propriedade fundiária no Brasil possui características próprias, sendo uma manifestação da dominação indireta do capital sobre a agricultura brasileira.

Essa discussão encontra consonância com algumas considerações de Otávio Guilherme Velho sobre a relação entre a fronteira e o capitalismo no Brasil, assunto que discuto no próximo tópico. Velho afirma que as condições das frentes de expansão no Brasil estabeleceram as bases do que ele denomina de “capitalismo autoritário”, uma modalidade de desenvolvimento capitalista com características autoritárias, que ocorre em países que não passaram pelo processo de uma revolução burguesa.

Dessa forma, temos a abordagem de Maria Wanderley sobre o caráter agrário do capitalismo no Brasil, onde a autora analisa a propriedade capitalista da terra com base nos pressupostos de Marx sobre essa questão. Apesar de breve e sem ter a pretensão de exaurir as minúcias da discussão, Maria Wanderley discute alguns pontos importantes, que ajudam a compreender o processo de estrutura e a natureza da propriedade de terras no Brasil. Veremos adiante algumas análises de Pierre Monbeig sobre o processo de expansão da frente pioneira das lavouras de café, uma análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir das relações estabelecidas nas fazendas de café, a partir da segunda metade do século XIX. Para Monbeig, os interesses do capitalismo estrangeiro começam a se infiltrar no Brasil, tanto nas sociedades ferroviárias como em investimentos em técnicas para a melhoria do cultivo do café. Somado a esse fato, temos a imigração de europeus, suprindo o mercado com mão-de-obra. Resumidamente, veremos que a expansão da fronteira agrária significou, para Monbeig, a expansão do capitalismo no campo.

Na obra de Maria Wanderley, o primeiro ponto de análise é definir o que é uma propriedade capitalista da terra. Assim, de acordo com os pressupostos de Marx, Wanderley

---

<sup>166</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira*. In: Araújo, Braz José de (Org.). *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>167</sup> *Ibid*, p. 17.

discute a formação do capitalismo, sendo que este “se desenvolve a partir de uma estrutura econômico-social que o antecede historicamente, transformando-o em seu interior”.<sup>168</sup> Ocorre que durante esse processo, essas transformações encontram diferentes formas de propriedade da terra, moldando-as de maneira a criar as formas modernas da propriedade.

Dentro dessa análise, a desestabilização e queda do sistema feudal europeu é um ponto importante de discussão. Esse processo causou profundas mudanças na relação entre terra, trabalho e propriedade. Os direitos consuetudinários que garantiam ao camponês o acesso à terra perdem a validade, sendo que “perdendo o acesso à terra, condição de seu trabalho, o camponês se transforma num simples vendedor de força de trabalho”<sup>169</sup>. A propriedade privada da terra assume caráter jurídico, além de ser um dos principais fatores de constituição do proletariado, submetendo a força de trabalho ao capital. Esse processo demonstra que “a propriedade privada cria as condições para que o capital produza o trabalho assalariado, isto é, que se realize a produção por meio do capital”<sup>170</sup>.

Além disso, a ação do capital altera outros aspectos do processo de transformação da propriedade fundiária, que no capitalismo passa a ter uma expressão econômica do direito sobre a terra, representada pela renda fundiária capitalista. A autora afirma que a propriedade fundiária gera sobre-lucro sobre a produção que é por sua vez, apropriada pelo proprietário fundiário. Esse sobre-lucro apropriado se metamorfoseia em renda fundiária, e é capitalista. O que ocorre nesse caso é que “a terra passa a ser considerada como equivalente de um capital e o título jurídico sobre ela assegura a captação da renda fundiária”<sup>171</sup>.

Postas essas questões, a autora busca compreender a estrutura e a natureza da propriedade de terra no Brasil, considerando o processo de evolução do capitalismo no país. Para a autora, existem duas “fases” de evolução, sendo a primeira, as relações escravistas de produção e a segunda, o trabalho livre pós-abolição.

Em ambas as fases a autora considera a existência de um capitalismo no Brasil. Sobre a primeira fase escravagista, afirma que nesse período “o capitalismo é puramente formal”<sup>172</sup>. Um dos motivos dessa “formalidade” é porque falta o capital, um dos fundamentos da constituição do capitalismo. Outro elemento, o caráter formal do capitalismo decorre das articulações com o processo de gênese do capitalismo, processo que decorria em âmbito mundial. Essa fase pode ser subdividida em duas, a terra como doação ou ocupação, sem

---

<sup>168</sup> Ibid, p. 19.

<sup>169</sup> Ibid, p. 21.

<sup>170</sup> Ibid, p. 21.

<sup>171</sup> Ibid, p. 26.

<sup>172</sup> Ibid, p. 29.

valor de mercadoria, e o período posterior à Lei de Terras de 1850, quando a terra passa a ter expressão de mercadoria.

A segunda fase, caracterizada pelo trabalho livre pós-abolição, pode igualmente ser subdividida em duas, sendo que na primeira não ocorre uma total expropriação do trabalhador de suas condições de trabalho, o salário não é a única forma de obtenção dos meios de subsistência, e a segunda é caracterizada pela total separação do trabalhador das condições objetivas de trabalho.

Dentro dessas constatações, a autora foca o trabalho para a compreensão de como se realiza o processo da propriedade da terra. O que Maria Wanderley constata é a inexistência de uma classe de proprietários fundiários, “que se defina socialmente, pelo direito que adquiriu sobre uma parcela do solo e que dê uma expressão econômica a este direito, através da capitalização da renda fundiária, que este mesmo direito permite captar”<sup>173</sup>. O que ocorreu no Brasil, foi que a classe que se apropria da terra é a mesma que possui os meios de produção e se caracteriza como dirigente do processo produtivo. Devido a característica de dirigente, essa classe se torna proprietária, tanto da terra como dos meios de produção. Esse processo caracteriza a propriedade da terra no período das relações escravagistas de produção, quando a terra é doada aqueles com recursos necessários para explorá-la.

A Lei de Terras traz uma pequena mudança a essa situação, pois a partir desse momento é necessário o investimento de capital para a aquisição da terra. A autora supõe que o montante necessário para a aquisição “constitui a renda fundiária capitalizada, isto é, um capital avançado, que garantiria a apropriação da renda da terra, nos termos antes apresentados”<sup>174</sup>.

Segundo Maria Wanderley, a partir de leitura de Marx, a renda é o sobre-produto que se apropria, em um contexto onde não se aplica o modo de produção capitalista. Em um contexto capitalista, esse sobre-trabalho é chamado de lucro. A propriedade fundiária é, nessa situação, o elemento constitutivo da base dessa apropriação. Em uma situação de terra capitalizada, o proprietário não assume apenas a característica de proprietário da terra, mas também possui a propriedade dos instrumentos de produção e o caráter de direção do processo produtivo. A propriedade fundiária é, de acordo com a autora, “o elemento central, através do qual se efetua a dominação indireta do capital na agricultura”<sup>175</sup>.

---

<sup>173</sup> Ibid, p. 30.

<sup>174</sup> Ibid, p. 32.

<sup>175</sup> Ibid, p. 35.

Porém, a autora afirma que o significado da propriedade fundiária para a reprodução do capital assume aspectos contraditórios. No contexto brasileiro, a propriedade fundiária é condição para a reprodução do capital, porque através do monopólio da terra que se desenvolvem as condições que permitem a constituição de um *exército de reserva*, assim como é condição para que realize o lucro agrícola, além do fato da propriedade não ser uma barreira contra o investimento do capital na agricultura.

Contraditoriamente, a propriedade fundiária se coloca como obstáculo à dominação direta e completa do capital na agricultura. Isso porque, conforme vimos, a partir da Lei de Terras é necessário o investimento de capital para aquisição de terras, sendo que isso representa “a imobilização de um capital que perde, assim, seu caráter produtivo, tanto mais quanto a propriedade de terra não adquire expressão econômica capitalista”<sup>176</sup>.

Dois outros elementos que somam a essa questão, a propriedade fundiária atua como um instrumento da não separação total dos produtores diretos dos meios de produção, retirando os recursos produtivos, tais como o trabalho que é utilizado na produção de valores de uso, da órbita imediata do capital. Além disso, “funciona como um obstáculo à elevação da composição orgânica do capital na agricultura”<sup>177</sup>.

Essa é uma situação que segundo a autora, ocorre a partir da segunda metade da década de 1940 e representa “um intenso processo de proletarização da força de trabalho, de ‘mercantilização’ dos recursos produtivos e de elevação da composição orgânica do capital”<sup>178</sup>, ou seja, condições que permitem a instauração de um sistema capitalista na agricultura.

Dentro dessas questões, gostaria de frisar que a discussão realizada neste tópico tem como intuito discutir a conceituação clássica do que é o capitalismo, como forma de ajudar a compreender como os diferentes autores a partir da análise da ocupação dos espaços de fronteira agrária produzem adjetivações ao conceito “capitalismo”. Dessa forma, é possível observar a relação entre os processos de ocupação das áreas de fronteira e a construção de diferentes conceituações de capitalismo. Veremos, a partir da obra de Otávio Guilherme Velho, como este autor analisa o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos e no Brasil, considerando a fronteira como local onde ocorrem as relações que originam o que ele denomina de “capitalismo autoritário”.

---

<sup>176</sup> Ibid, p. 36.

<sup>177</sup> Ibid, p. 36.

<sup>178</sup> Ibid, p. 36.

### 2.3 O capitalismo “autoritário” de Otávio Guilherme Velho

Neste tópico discuto as frentes de expansão e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir da fronteira, tendo como base a obra de um antropólogo, Otávio Guilherme Velho. São três as obras do autor, que serão abordadas ao longo da dissertação, *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* e *Besta-Fera: Recriação do Mundo*.

Otávio Guilherme Velho nasceu em 1942, na cidade do Rio de Janeiro, vindo de uma família com forte inclinação militar. Formado em Ciências Sociais e Políticas pela PUC-RJ no ano de 1964, foi o primeiro mestre formado pelo Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional. Alcançou o título de doutor pela Universidade de Manchester em 1973, e o pós-doutorado pela Stanford University em 1981. Tem uma história de engajamento com o movimento estudantil, em plena época de ditadura militar<sup>179</sup>.

O livro de Otávio Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, é um dos mais conhecidos trabalhos de sua autoria. Nesta obra é exposta a maneira como trabalha a temática da fronteira. Segundo sua definição, o importante não é o estudo da *fronteira* por ela mesma, mas sim, como ocorreu o desenvolvimento capitalista *a partir* da fronteira<sup>180</sup>. Dessa forma, utiliza o método comparativo para realizar essa discussão, tendo como base o modelo estadunidense de expansão da fronteira e as preposições de Frederick Jackson Turner, buscando interpretar como esse processo ocorreu no caso brasileiro. Assim, analisa a *frontier thesis*, buscando nela os elementos que o auxiliam a constituir o corpo daquilo que ele denomina *capitalismo autoritário*.

Segundo Velho, essa “modalidade” de desenvolvimento capitalista, com características *autoritárias*, ocorre em países que não passaram pelo processo de uma revolução burguesa, sendo esse o caso dos Estados Unidos e do Brasil. Importante salientar que, embora esses países possuam condições similares, o processo de desenvolvimento capitalista autoritário não ocorre da mesma forma, sendo a legislação agrária vigente nos dois países um dos motivos para que esse processo seja desigual. Esses conceitos são analisados neste tópico, para melhor compreensão do pensamento do autor e para estruturar a análise da fronteira no contexto do processo de expansão e desenvolvimento capitalista.

<sup>179</sup> Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832010000200020&script=sci_arttext)> Acesso em 15/05/13.

<sup>180</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 14.

O capitalismo autoritário se caracteriza, além disso, pela possibilidade de se desenvolver devido à abundância de terras livres, onde as relações de produção se baseiam na *repressão da força de trabalho*, somadas à pressão externa exercida pelo capitalismo burguês. Esse é o primeiro elemento que é possível notar, pois Otávio Velho demonstra que o *capitalismo autoritário* possui diferenças em relação ao *capitalismo burguês*. No desenvolvimento do capitalismo burguês, a terra passa a ser propriedade privada, estando o camponês expropriado de seu meio de produção, obrigado a migrar para as cidades e procurar emprego nas fábricas, sofrendo um processo de *proletarização*. Durante o processo da Revolução Industrial, a máquina passa a substituir a mão-de-obra desse proletário, enquanto o processo de proletarização do trabalhador do campo continua em andamento, e esses trabalhadores passam a constituir um *exército industrial de reserva*, o que garante a reprodução do sistema capitalista e a acumulação cada vez maior de capital, pela exploração da *mais-valia* do trabalhador. É necessário salientar que esse capitalismo se desenvolveu na Europa, em uma época que não existiam mais terras livres e os camponeses não possuíam outra opção além da proletarização.

Esse processo assumiu outro caminho quando a burguesia não promoveu uma revolução contra o sistema político e econômico vigente e o camponês não migrou para as cidades para constituir um exército industrial de reserva. Essa situação aconteceu em países com abundância de terras livres, onde a fronteira, localizada no limite da terra livre, age como uma “válvula de escape” em relação à tensão gerada pela expropriação do camponês de seus meios de produção, e de seu inevitável confronto com o burguês capitalista. Dessa forma, as terras livres liberavam essa tensão, sendo que a base camponesa não é destruída pela expropriação, mas “mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas”<sup>181</sup>.

Como a terra era abundante no Brasil, foi necessário encontrar meios de manter o camponês ligado a ela, explorando sua mão-de-obra. E esse meio se caracterizou por uma *repressão da força de trabalho*, na forma de servidão e até mesmo escravidão, dependendo do contexto a qual se refere. O sistema de *plantation* é, guardadas as devidas proporções, um dos melhores exemplos para caracterizar o uso da repressão para conter a força de trabalho do camponês. A *plantation* “é uma propriedade agrícola extensiva dirigida por proprietários (organizados em sociedades mercantis) e operada por uma força de trabalho submetida ao

---

<sup>181</sup> Ibid, p. 49.

controle dos primeiros”<sup>182</sup>. Como critério de comparação, tanto os Estados Unidos como o Brasil se utilizaram largamente do sistema de *plantation* como forma de produção.

O desenvolvimento do *autoritarismo* dentro desse sistema é descrito por Otávio Velho como fruto da relação entre a existência de terras livres e a fraqueza relativa da burguesia. Podemos interpretar essa relação com base nas desigualdades no desenvolvimento do capitalismo burguês e do capitalismo autoritário. Como já abordado, o capitalismo burguês se desenvolveu a partir de uma reação da burguesia que se engaja em um processo de derrubada do sistema vigente, e se estabeleceu como classe hegemônica. Esse desenvolvimento dependeu da expropriação do camponês de seus meios de produção, ficando a burguesia com o controle da máquina produtiva, sendo o camponês expropriado, agora proletário, apenas um fornecedor de mão-de-obra para operar o sistema de produção. Nos países com grandes áreas de terras livres não ocorreu a dissolução dessa base camponesa, mas sim a sua integração ao sistema. O *autoritarismo*, nesse caso, “foi identificado com a autoridade política que garantia o regime da servidão. A servidão, por outro lado, se encaixa na caracterização [...] dum *sistema de repressão da força de trabalho*”<sup>183</sup> (grifo do autor). A burguesia perde grande parte de sua força econômica e política nesse processo, ficando esses elementos sob o controle dos grandes latifundiários ou do Estado.

Nesta modalidade de desenvolvimento capitalista, a natureza do *autoritarismo* pode variar, de acordo com o que o autor chamou de *pressão externa do capitalismo burguês*<sup>184</sup>. Essa pressão poderia ser de dois tipos, comercial ou militar, e poderia alterar a característica do autoritarismo dentro do sistema. Funcionava da seguinte maneira, se a pressão exercida pelo capitalismo burguês era de natureza comercial, então os grandes senhores latifundiários assumiam o controle do processo, *descentralizando* o autoritarismo, e usando a repressão da força de trabalho para extrair o sobre-trabalho camponês<sup>185</sup>. Se a pressão foi militar, ocorre a *centralização* do autoritarismo sob o controle do Estado.

Então, para que ocorresse o desenvolvimento do capitalismo autoritário, algumas disposições deviam ser preenchidas. Primeiro, a burguesia não passou por um processo revolucionário contra o sistema político vigente, ficando o controle da economia e da política a cargo dos latifundiários e do Estado. Segundo, era necessária uma área abundante de terras livres para que o campesinato pudesse integrar o sistema econômico capitalista e com isso, não ser expropriado dos meios de produção para ingressar no exército industrial de reserva

<sup>182</sup> NARO, Nancy Priscilla S. A Formação dos Estados Unidos. São Paulo: Atual, 1987. p. 16.

<sup>183</sup> VELHO, 1979. op. cit. p. 40.

<sup>184</sup> Ibid, p. 40.

<sup>185</sup> Ibid, p. 40.

como proletário. Terceiro, é necessário que um sistema institucionalizado de repressão da força de trabalho, caracterizado como *autoritarismo*, no sentido de tentar imobilizar esse camponês, de forma que a migração para as terras livres não se constituísse uma opção acessível, pois as terras livres garantiriam que o campesinato pudesse permanecer no campo, integrado como forma de produção subordinada ao sistema autoritário, não sendo necessário o processo de proletarização. E, por fim, uma pressão do capitalismo burguês internacional, forçando o autoritarismo a assumir uma característica *centralizada*, sob o comando do Estado, ou *descentralizada*, sob o comando dos grandes latifundiários.

Apesar das características que lhe são peculiares, o capitalismo autoritário não se distingue estruturalmente do capitalismo burguês. Otávio Velho fez a seguinte comparação entre os dois sistemas:

O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo *capitalismo*, não se alternado no que têm de mais geral as características e leis do movimento do capital. Assim, enquanto modo de produção no sentido restrito, é da mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. A diferença diz respeito a outro nível, o da política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia. Rigorosamente, não cabe distinções a não ser aí.<sup>186</sup>

Essas questões podem ser observadas no caso dos Estados Unidos. O sistema de *plantation* nesse país era característico dos estados sulistas, em contraste com o sistema de produção industrial, encontrado nos estados do Norte. Segundo Velho, apesar de não serem sistemas capitalistas de produção, propriamente ditos, ambos possuíam o germe do capitalismo, sendo definidos como *paracapitalistas*, e ambos representavam possibilidades de dominação da sociedade<sup>187</sup>.

Otávio Velho afirma que nos Estados Unidos existiam três modelos possíveis de se desenvolverem economicamente - Norte e Sul representavam dois desses modelos, caracterizados como *paracapitalistas*: um capitalismo *autoritário*, característico dos grandes latifúndios dos estados do Sul, que faziam uso de um sistema de repressão da força de trabalho (e por *repressão da força de trabalho* nesse caso, entende-se *escravidão*); um capitalismo *burguês*, desenvolvido no processo de acumulação de capital, nos estados do Norte, baseado no processo de industrialização e exportação de gêneros manufaturados; o

---

<sup>186</sup> Ibid, p. 42 et seq..

<sup>187</sup> Ibid, p. 25.

Oeste, por sua vez, representa um sistema baseado em relações *não-capitalistas* de produção, um regime de produção agrícola em pequena escala na *fronteira*<sup>188</sup>.

Dessa forma, o Norte entrava em contradição com o Sul, cada qual com a intenção de impor sua visão de desenvolvimento sobre a sociedade estadunidense, o que culminou no conflito mais sangrento que os Estados Unidos presenciou, a Guerra de Secessão. Nesse conflito, pereceram mais de 600 mil americanos, considerando tanto os do Norte como os do Sul. De acordo com Otávio Velho, não havia um antagonismo insuperável entre o Norte e o Sul, sendo que suas contradições poderiam ser resolvidas sem o recurso da guerra. O que aconteceu é que o Oeste se tornou o “fiel da balança”, em uma oscilação constante entre um alinhamento ora com o Norte, ora com o Sul. Os interesses econômicos do Oeste passaram a ter uma ressonância com os interesses do Norte, que oferecia um mercado mais amplo para os produtos daquele, o que acabou desequilibrando a balança.

Outro elemento de contradição entre o Norte e o Sul era o tipo de sistema que caracterizava as relações de produção. O Sul era composto por estados que se utilizavam mão-de-obra escrava, e a reprodução das relações de produção dependiam do uso desse tipo de força de trabalho. As terras a Oeste, entre o rio Mississippi e as Montanhas Rochosas, não eram uma região apropriada para a reprodução da *plantation* como forma de produção, sendo que o regime da escravidão não se sustentava. Com isso, os estados escravistas seriam superados em número pelos estados não-escravistas, o que politicamente, era uma desvantagem para o Sul. Isso porque cada estado, ao ingressar na União durante o processo de expansão da fronteira, tinha o direito de eleger dois representantes para ocupar cargos políticos e participar das votações em que se discutiam as leis que definiriam os rumos da economia, tanto para o Norte, o Sul ou o Oeste. Um número menor de estados escravistas resultava em leis que não beneficiariam os estados do Sul. E como o Oeste estava se alinhando economicamente com o Norte, os interesses políticos iriam pender para um lado da balança, e o Sul não encontrava outra opção, a não ser o recurso da guerra. E o Norte impôs sua visão de desenvolvimento, baseada no capitalismo burguês, graças à vitória que obteve contra o Sul.

Essa é uma explicação que busca levantar algumas discussões que são importantes para entender as diferenças entre as interpretações de Velho sobre o desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos em relação ao Brasil. O autoritarismo, no caso dos Estados Unidos, foi suprimido pelo rápido desenvolvimento do capitalismo burguês após a Guerra de

---

<sup>188</sup> Ibid, p. 31.

Secessão, o que impulsionou o desenvolvimento do Oeste, devido à construção de diversas obras e benfeitorias, que empregavam o capital industrial para se desenvolverem, como exemplo das linhas ferroviárias e de telégrafo, que permitiram um incremento nos transportes e comunicações com o Oeste. Nestes termos, se no século XIX, Turner considerava que a maneira como aconteceu a conquista do Oeste foi uma das bases sobre a qual se assentava a democracia americana e a constituição do homem americano; Velho em sua leitura comparativa entre a ocupação da fronteira estadunidense e a brasileira, a partir das considerações de Turner, complexifica a questão e demonstra a importância das áreas da fronteira agrária na constituição do próprio capitalismo, ou melhor, das diferentes formas políticas que este modo de produção pode adotar.

Como vimos brevemente no Capítulo 1, uma diferença crucial entre a colonização dos Estados Unidos e do Brasil se encontrava na legislação que regia a questão da posse e da propriedade da terra. Nos Estados Unidos, a posse da terra era assegurada pelo *Homestead Act*, de 1862, que distribuía terras livres no Oeste por um preço módico, praticamente simbólico, para aqueles que a cultivassem por um período de cinco anos. Embora o latifúndio não tenha desaparecido, muitos agricultores conseguiram seu pedaço de terra para garantir sua sobrevivência. No Brasil, a Lei de Terras, de 1850, proibia a posse da terra e extinguiu a noção de domínio, associando os dois conceitos que anteriormente permitiam que um camponês possuísse a posse para uso da terra, sem com isso ter o domínio sobre ela. A Lei de Terras obrigava a compra da terra pelo interessado em cultivá-la, “atrasando” a expansão da lavoura para as terras de mata inexplorada. Como vimos, essa foi uma manobra política para obrigar o imigrante a trabalhar na terra de um grande proprietário, pois se existisse a facilidade no acesso à terra, não haveria imigrantes suficientes para suprir a demanda por mão-de-obra após a proibição do tráfico negreiro, ocorrido também em 1850.

Com base nessa discussão, podemos observar algumas questões na obra de Otávio Velho que remetem para a possibilidade de três tipos de fronteira: *fronteira aberta*, segundo a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner; *fronteira fechada*, traço de um sistema de repressão da força de trabalho; e a *fronteira aberta, mas controlada*. Esse último tipo é característico do modelo russo de expansão e se dá quando “um sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a *fronteira* não utilizada torna-se um recurso importante”<sup>189</sup>. Não irei abordar detalhadamente questões referentes à *fronteira aberta, mas controlada*, pois o foco do trabalho é o estudo do caso estadunidense e brasileiro

---

<sup>189</sup> Ibid, p. 94.

de expansão da fronteira e desenvolvimento capitalista, ficando o modelo russo deslocado na discussão.

É necessário observar que no modelo estadunidense temos um caso de fronteira *aberta*, sendo que segundo Turner, a fronteira se situa no extremo das terras livres. Essas terras livres eram ocupadas pelos pioneiros, que estabeleciam uma pequena propriedade e vivem do fruto da terra, tendo a liberdade de partir adiante quando chega uma nova leva de migrantes nessas áreas. Vimos que esse processo foi definido por Turner como uma *evolução social da fronteira*. Essa possibilidade de expansão era garantida pela legislação agrária vigente nos Estados Unidos.

Como vimos, no Brasil o sistema econômico vigente era a *plantation*. Porém essa estrutura não tem o domínio efetivo sobre todo o território, o que permite a existência de uma vasta área de terras “livres”. Aqui o processo é similar ao descrito por Turner, onde temos uma região de terras limitadas pela *border*, pela fronteira que garante a um país a soberania sobre um determinado território, e uma faixa que avança sobre a região inexplorada, constituindo com isso uma região de fronteira, o que Turner chama de *frontier*. Essa era uma similaridade entre a fronteira americana e a brasileira, presente na obra de Turner e Otávio Velho.

Esse processo de movimento da fronteira brasileira foi estudado por Velho a partir da observação das migrações dos camponeses do Maranhão para a região amazônica, durante a década de 1920. Esse movimento ocasionava o avanço da chamada *frente de expansão*, estudada por Velho em seu livro *Frentes de expansão e estrutura agrária*<sup>190</sup>. O autor define o que representa a *frente de expansão*, “como sendo constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”<sup>191</sup>. A discussão aborda a questão da fronteira geográfica e a relação com a fronteira econômica. Nas situações em que essa *frente de expansão* consegue se estabilizar, passam a absorver contingentes populacionais, conseguindo com isso assegurar seu crescimento. Esse fenômeno é, segundo Leo Waibel citado por Otávio Velho, conhecido com *frente pioneira*<sup>192</sup>.

O autor inicia a obra explicando o porque da existência das chamadas *frentes de expansão* durante a década de 1920 até 1960 no Brasil. A economia brasileira, desde a chegada da frota de Cabral, passou por diversos ciclos econômicos, que possuíam uma área de

<sup>190</sup> VELHO, Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

<sup>191</sup> Ibid, p. 13.

<sup>192</sup> Ibid, p. 14.

abrangência bem limitada. As regiões que não ofereciam atrativos econômicos foram contornadas, sendo essas áreas sujeitas às *frentes de expansão*.

O incremento demográfico em determinada região é outro fator importante para entender a ocorrência das frentes de expansão. Observando as tabelas do censo das décadas de 1940 e 50, o autor estuda o processo do aumento demográfico em determinadas áreas, como tentativa de identificar quais estão sujeitas à ação das frentes de expansão. Porém, segundo o autor, o aumento demográfico “não explica a ocorrência de uma frente de expansão, mas denuncia sua existência”<sup>193</sup>. O aumento demográfico é apenas um indicio de uma possível frente de expansão em formação.

Outra característica importante das frentes de expansão é a descontinuidade geográfica dessas regiões. Velho afirma que existe uma variedade de situações em que podem se encontrar as frentes de expansão. Assim, o autor propõe que o objetivo de estudar esse assunto é definir essas frentes “como sendo constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”<sup>194</sup>. Segundo Velho, o que pode acontecer é que áreas que passaram por um ciclo econômico voltem a ser interessantes para a reocupação, como é o caso do Baixo Rio Doce, no Espírito Santo. Em outros casos, determinadas condições podem assegurar seu crescimento ao absorver grandes contingentes populacionais. De acordo com Velho, essa situação ocorreu no Norte e Oeste do Paraná, e utiliza o termo *zona pioneira*, ao fazer uma citação direta de Waibel.

Assim, o autor discute que se trata de uma tarefa complexa delimitar as áreas que correspondem a uma frente de expansão. A preocupação de Velho não é de estudar uma área específica, mas sim, o tema das frentes de expansão, observando as relações que existem entre frentes diversas, distinguindo períodos, que são “representados pela atuação de determinadas frentes de expansão”<sup>195</sup>. Portanto, não se limita uma frente de expansão pela sua área, mas a área é determinada pela frente de expansão.

A partir da análise feita por Otávio Velho do processo de expansão dessas áreas, é possível observar as similaridades com o processo de expansão descrito por Turner. A organização da frente de expansão no Brasil e do pioneiro nos Estados Unidos é baseada, principalmente, na pequena propriedade familiar. O contato com a natureza indomada impele o desenvolvimento desta relação. Um dos principais fatores de expansão era o

---

<sup>193</sup> Ibid, p. 12.

<sup>194</sup> Ibid, p. 13.

<sup>195</sup> Ibid, p. 15.

estabelecimento comercial de um agrupamento, devido à abertura de estradas e possibilidades de escoamento dos produtos. Além disso, a chegada cada vez maior de migrantes fazia com que a residência nem sempre ficasse próxima ao local de trabalho, pois a terra disponível para o cultivo já estava longe dessas comunidades<sup>196</sup>. Com essa expansão, é necessário ao camponês escolher entre permanecer na comunidade ou morar próximo à terra, abrindo uma nova frente de expansão. Com isso, “a medida em que prosseguia a expansão da *fronteira*, um povoado podia parar de crescer ou até sofrer uma certa diminuição de população”<sup>197</sup> (grifos do autor).

Para Turner, a comunidade não sofria diminuição de população, pois ocorria o fenômeno que ele denomina de “evolução social da fronteira”, abordado no Capítulo 1. De acordo com ele, a colonização segue em sucessivas “ondas”, e cada uma dessas ondas leva consigo mais migrantes para a fronteira, o que obriga o pioneiro a partir adiante em busca de terras livres e inexploradas, onde pode “exercer” todo o seu sentimento de isolacionismo. O ápice do desenvolvimento da comunidade é a chegada dos homens de capital e empresas, que investem na pequena comunidade, construindo escolas, teatros, avenidas, passeios, *saloons*, universidades, igrejas, entre outros. A civilização chega com força, junto com o capital.

Na sequência do capítulo temos uma análise de Pierre Monbeig que aborda questões que remetem ao processo de povoamento das regiões do interior de São Paulo, um esforço conjunto de grandes proprietário de terras, médios agricultores, e toda uma “equipe técnica”, que avança sobre as áreas de fronteira agrária e contribui para o crescimento das áreas urbanas e rurais. Monbeig aborda a questão sob uma ótica geográfica e econômica, associando as etapas de expansão da fronteira agrícola com os períodos de desenvolvimento capitalista, assim como os momentos de retração da marcha de povoamento estão interligados com as crises sofridas pelo capitalismo.

#### 2.4 Pierre Monbeig e a Marcha Pioneira

A obra de 1952, intitulada *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, um estudo sobre geografia humana, de autoria de Pierre Monbeig é uma importante referência para o desenvolvimento deste trabalho. Originalmente concebida como tese para doutoramento em Letras, o trabalho ganhou corpo enquanto Pierre Monbeig exercia a função de professor na Universidade de São Paulo, morando no Brasil do ano de 1935 à 1946.

---

<sup>196</sup> Ibid, p. 202.

<sup>197</sup> Ibid, p. 203.

Este livro é dividido em três partes, ou como são chamados pelo autor, *Livros*, cada um representando um eixo de discussão. O Livro I tem como título “As condições naturais e históricas” e trabalha questões como relevo, o clima, o solo, vegetação, além de fatores históricos e econômicos da região de São Paulo. O Livro II aborda a Macha Pioneira, sua definição e suas etapas, sendo este a parte do livro a qual me aprofundarei. O Livro III, “O mundo pioneiro atual”, analisa a estrutura das fazendas e dos loteamentos, as formas de cultura da terra, a situação sanitária do pioneiro e as cidades que se desenvolveram ao longo da Marcha Pioneira.

Partindo para a análise da obra, o autor inicia a primeira parte do texto tratando sobre as condições naturais da região de São Paulo, sob os aspectos do relevo, do clima e da vegetação, cada um dos tópicos merecendo um capítulo. Porém, o autor não se aprofunda por demasia em nenhum destes assuntos, pois o foco do seu trabalho é realizar um estudo de Geografia Humana dessa região.

Algo importante de ser observado no Capítulo I da primeira parte é o uso do termo *zonas pioneiras paulistas*, estando estas localizadas em uma área de planaltos que é uma parcela das chapadas brasileiras, região sudeste de São Paulo e norte do Paraná. O termo *zonas pioneiras* nos remete a Leo Waibel, permitindo estabelecer um diálogo e uma espécie de “continuidade” entre as duas obras.

A segunda parte do Livro I o autor trata sobre as condições históricas dessa região. Segundo Monbeig, a região sudeste de São Paulo e norte do Paraná “esperaram até o último quartel do século XIX, para se tornarem zonas pioneiras”<sup>198</sup>. Nos capítulos que seguem, realiza o autor um estudo sobre as condições históricas do meio, os fatores econômicos que impulsionaram a marcha, além da atuação dos bandeirantes e do mito que se criou sobre esses homens.

O meio histórico apresentado por Monbeig demonstra que o movimento que ocorreu em direção ao oeste foi progressivo, uma continuação do movimento que teve origem no Rio de Janeiro, passando pelo Vale do Paraíba e alcançado a região de Campinas, conhecida como Oeste de São Paulo<sup>199</sup>. A cultura do café nessa área substituiu lentamente os engenhos de cana-de-açúcar, vindo os agricultores do café a se estabelecer nessa região graças à topografia privilegiada de planaltos, que ofereciam mais segurança e a fertilidade das terras roxas.

Porém, não apenas a fertilidade do solo e suas condições geográficas são suficientes para explicar esse movimento de expansão da agricultura cafeeira. A disponibilidade de mão-

<sup>198</sup> MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec: Ed. Polis, 1998. pg. 93.

<sup>199</sup> Ibid, p. 95.

de-obra, assim como um sistema de estradas que possibilitavam o escoamento da produção. Dessa forma, “não teria sido empreendida tamanha tarefa, sem a disponibilidade de capitais para seu financiamento”<sup>200</sup>. Muitos fazendeiros constituíram fortunas graças a cultura do café. Comerciantes investiram no cultivo do café, empreendendo uma modalidade de agricultura de características comerciais.

O início do advento das estradas de ferro se deu por volta de 1870. As estradas de ferro foram um dos fatores importantes que proporcionaram o desenvolvimento dessa região, pois permitiu o escoamento dos gêneros produzidos em Campinas até o Porto de Santos. Os próprios fazendeiros participaram da construção das estradas de ferro, investindo capitais em ações e se organizando em sociedades ferroviárias. Dessa forma, “empregavam-se os capitais paulistas vitoriosamente em resolver o problema da distância e, sem que eles disso tivessem noção muito nítida, os plantadores asseguravam as bases para futura penetração nos planaltos ainda longínquos”<sup>201</sup>.

O povoamento segundo Monbeig, portanto, estava vinculado com a bem-sucedida empreitada das culturas do café, no interior do planalto paulista. Aponta o autor que

Os anos de 1860-1880 assinalaram uma viragem decisiva na história do café e, portanto, na do povoamento, duas histórias que permaneceram confundidas, por muito tempo. Os instrumentos necessários à aceleração de sua marcha para oeste foram proporcionados aos fazendeiros pelas transformações técnicas e sociais e econômicas, que então se produziram. Mas foi também preciso que, no ultramar europeu, igualmente ocorressem circunstâncias favoráveis.<sup>202</sup>

Assim, os interesses do capitalismo estrangeiro começam a se infiltrar no Brasil. Participara, tanto nas sociedades ferroviárias como em investimentos em técnicas para a melhoria do cultivo do café. Presente também foi a imensa imigração de europeus, ocorrida durante a segunda metade do século XIX. Segundo Monbeig, “desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias”<sup>203</sup>. Os grandes fazendeiros aproveitaram para realizar grandes investimentos, de forma que a expansão da fronteira agrária significou, para Monbeig, a expansão do capitalismo no campo. Esses investimentos permitem ao fazendeiro transformar a paisagem rural, agindo nos moldes do *pioneer*, descrito por Waibel. Vimos no tópico anterior que Otávio Guilherme Velho, assim como Monbeig, interpreta o

---

<sup>200</sup> Ibid, p. 96.

<sup>201</sup> Ibid, p. 99.

<sup>202</sup> Ibid, pg. 104.

<sup>203</sup> Ibid, p. 105.

desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da fronteira agrária, porém esse capitalismo, segundo Velho, assume características próprias, devido as condições disponíveis para a ocupação da terra.

Pierre Monbeig prossegue a discussão relacionando os fatores econômicos com o processo de desenvolvimento da frente pioneira. Aqui, o conceito utilizado por ele é exatamente *frente pioneira*, o mesmo conceito que é discutido neste trabalho a partir das obras de José de Souza Martins. Neste capítulo, Monbeig afirma que na segunda metade do século XIX, o Império e posteriormente a República, estavam passando por sérias dificuldades financeiras, porém, não houve diminuição no ritmo de expansão da agricultura cafeeira. O governo precisou lançar mão de uma série de medidas para resolver algumas dificuldades desse período, sendo uma delas, a falta de mão-de-obra na lavoura, ocasionada pelas sucessivas leis de caráter abolicionista aprovadas a partir de 1850. Algumas dessas medidas vieram a beneficiar a expansão agrícola no planalto paulista.

Uma dessas medidas garantia a emissão de numerários, o que elevou a inflação, porém aumentou a circulação de capitais, permitindo que proprietários de terras pudessem pagar seus empregados, além de proporcionar o investimento em novas fazendas. A Lei de Terras de 1850, que instituía o domínio da terra a partir da compra, permitiu a compra de novas terras para a plantação de pés de café.

Acontece que “essa prosperidade era artificial”<sup>204</sup>. Desencadeou-se uma crise por volta de 1890, começando com uma baixa nos preços e terminando com uma crise de superprodução do café. São Paulo sofria com a crise, ocasionada, entre outros motivos, pela expansão da lavoura cafeeira. Com isso, a marcha do povoamento sofre severa retraída, porém não uma parada completa. Conforme Monbeig, “na última década do século XIX, tinham sido criados pelo governo do Estado quarenta e um novos municípios, a imensa maioria deles nas regiões de povoamento recente. Em compensação, entre 1900 e 1910, nenhuma criação nova a registrar”<sup>205</sup>. A crise do capitalismo afeta a marcha de expansão da fronteira, pois não ocorre fluxo humano suficiente para que se justifique a fundação de novas áreas. De certo modo, essa crise está ligada à conjuntura internacional, devido à incapacidade de consumo do café pelos mercados estrangeiros. Dessa forma, uma crise externa (fora da fronteira) define a realidade interna (dentro da fronteira). De acordo com Otávio Guilherme Velho, a existência da fronteira e das possibilidades que ela garante definem um tipo de capitalismo. Evidentemente que em ambas as leituras não há separação estanque entre esses

---

<sup>204</sup> Ibid, p. 108.

<sup>205</sup> Ibid, p. 113.

dois universos, mas o que está em questão é o ponto de partida que os autores tomam, pois há uma inter-relação entre o dentro e o fora, mas dependendo de onde a análise parte as conclusões podem ser diversas e, por vezes, divergentes.

A abertura de novas estradas de ferro, durante as décadas de 1900 e 1910, possibilitou a exploração de novas áreas, regiões propícias à criação de gado ao invés do cultivo do café. Não apenas pelas estradas de ferro, mas essas áreas dedicadas à pecuária surgiram da necessidade de adaptação a uma economia em crise, que não respondia mais ao mercado do café. Essa situação foi acentuada devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, em 1914, fato que reduziu as exportações brasileiras. O café retorna a sua produção apenas no pós-guerra, e com isso a paisagem de povoamento passou a associar a criação de gado com o cultivo do café. Dessa forma, “a marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café”<sup>206</sup>.

Um novo impulso à expansão cafeeira surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial, pois os Estados Unidos se tornou um dos maiores consumidores do café brasileiro. O número de novos cafezais aumentou, multiplicou-se a criação de novos municípios. Esse clima de prosperidade e desenvolvimento foi causado pelas possibilidades de ocupação de terras virgens e seu conseqüente povoamento. Porém, essa prosperidade estava vinculada a uma sistemática política econômica<sup>207</sup>. Novamente essa estabilidade era artificial. Os preços do café mantinham-se altos devido ao controle exercido pelo Instituto de Defesa do Café, que tinha por tarefa organizar a exportação, estocar e vender, e com isso conseguia regularizar os preços. A estocagem, apesar de manter os preços estáveis, levava sempre consigo o perigo da superprodução.

Em 1929 ocorreu uma das crises econômicas mais graves da história, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. O preço do café cai vertiginosamente, e muitos fazendeiros, impossibilitados de regularizar suas dívidas, perdem suas terras para os bancos. O governo obrigou-se a intervir, criando leis de amparo aos fazendeiros. O Departamento Nacional do Café incinerou estoques inteiros de café, diminuindo a oferta. Monbeig não se aprofunda nessa questão, mas observa que o movimento pioneiro continua sua marcha, diferente da conjunta de 1900-1910, pois a partir de 1934, novos municípios foram criados, o que demonstra que o deslocamento era suficientemente forte para que as regiões de fronteira agrária pudessem absorver esses contingentes. Outro fator importante para esse crescimento

---

<sup>206</sup> Ibid, p. 113.

<sup>207</sup> Ibid, p. 114.

foi a substituição, em partes, da cultura do café pela cultura do algodão, pois como visto, não havia mais mercado consumidor que pudesse comprar os estoques de café.

Com o algodão foi diferente, pois a Alemanha e o Japão realizaram investimentos, em benfeitorias para o processamento do algodão, casas de comércio, além de fornecer navios para o transporte da produção, comprando todo o estoque produzido nas regiões pioneiras. Esses países forneceram, inclusive, mão-de-obra para a cultura algodoeira, o que por sua vez, contribuiu para o processo da marcha de povoamento.

A Segunda Guerra Mundial foi outro fator de impulsão para a marcha pioneira. A industrialização de São Paulo cresceu, assim como a população urbana e esta necessitava de gêneros agrícolas como arroz, trigo feijão, batatas, culturas fáceis que permitiam lucros imediatos aos desbravadores. Os Estados Unidos se tornou o grande comprador da produção brasileira.

Durante a guerra ocorreu um acelerado crescimento das instituições de crédito, como bancos, sociedades de comércio, empresas industriais. A especulação crescia, a inflação aumentava. O capitalismo começava a se instalar no Brasil. A procura por imóveis atraía investidores, como forma segura de empregar o dinheiro. Ocorreu grande procura pelos terrenos das zonas rurais, devido a ampliação da malha ferroviária, e “assim se preparavam novos desbravamentos, talvez uma nova etapa da marcha pioneira”<sup>208</sup>.

Dessa forma ocorreu a ampliação do movimento de conquistas das áreas dos planaltos ocidentais, ao mesmo tempo em que se instalava a economia capitalista no país. Monbeig afirma que “a franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade”<sup>209</sup>.

Antes de iniciar a discussão sobre as etapas da marcha pioneira, próxima questão a ser discutida a partir de Monbeig, é importante salientar que o autor realiza a discussão sobre a marcha de povoamento a partir de uma visão geográfica e econômica do processo. Dessa forma, percebemos que ao longo do texto temos uma interpretação bem construída sobre o processo da marcha de povoamento, e como essa marcha é influenciada pelo desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil. Os fazendeiros, donos do capital, realizam investimentos, em técnicas, transportes, mão-de-obra, que permitem a expansão da lavoura cafeeira, facilitando o acesso a determinadas áreas que antes eram inexploradas. Como geógrafo, vimos

---

<sup>208</sup> Ibid, p. 118.

<sup>209</sup> Ibid, p. 119.

que em suas interpretações, as condições naturais são um importante fator para que ocorra o processo da marcha de povoamento.

Assim Monbeig discutiu as condições históricas do meio, de forma a compreender o processo da marcha pioneira. Esse processo é o tema do Livro II, *A Marcha Pioneira*. A primeira parte trata sobre os precursores da marcha, os indígenas e os mineiros, prossegue com uma discussão sobre os pioneiros e a colonização. A segunda parte aborda as etapas da marcha pioneira, como se expandiu a franja pioneira de 1900 a 1905 e a partir de 1929. Veremos dessa forma como Monbeig constrói sua interpretação da marcha pioneira.

Os indígenas, segundo Monbeig, não estavam ligados economicamente ao movimento de expansão, mas são os verdadeiros pioneiros, pois foram os primeiros a queimar as matas para utilizar o solo. A partir dessa afirmação, podemos problematizar o conceito de pioneiro de Monbeig em relação a Waibel e Turner, pois vimos que para Waibel o pioneiro é o agricultor, aquele que modifica a paisagem rural, derrubando o mato por meio da queimada, limpando a roça e preparando o plantio. De acordo com Waibel, esse método foi adotado pelos pioneiros a partir do contato com as sociedades indígenas, sendo “herança” o termo utilizado para definir a forma como esse método foi adotado. Mas Waibel não assume para o indígena a característica de pioneiro. Essa é uma interpretação de Waibel que podemos atribuir como o legado de Turner, pois para o historiador estadunidense o pioneiro é aquele que entra em contato com a *wilderness*, de forma que esse contato transforma o colono, que passa a utilizar técnicas indígenas para o plantio e cultivo da terra. Essa *wilderness* está na fronteira, o limite da terra livre, e o confronto com os indígenas, para Turner, faz parte do contato com essa natureza selvagem. O indígena não é parte da marcha de povoamento para Turner.

De acordo com Monbeig, os contatos entre as sociedades indígenas e os pioneiros foram sangrentos, e a oposição indígena foi forte o suficiente para frear a marcha pioneira. Esse conflito acirrou-se por volta de 1890, quando o ímpeto colonizador ganhou força. Os indígenas começaram a se dispersar, seja pelas moléstias disseminadas pelos colonizadores, seja pela volumosa massa de pioneiros que afluiu, vindo a superar numericamente as debilitadas sociedades indígenas. Segundo Monbeig, “a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial”<sup>210</sup>.

Os mineiros, oriundos de Minas Gerais, foram, de acordo com a leitura de Monbeig, os primeiros pioneiros a se chocar com os indígenas que viviam em São Paulo. Oriundos da

---

<sup>210</sup> Ibid, p. 132.

crise econômica da mineração encontraram solução para a pobreza que os atingia na imigração. A Guerra do Paraguai foi outro fator que fez com que muitos tentassem a sorte no sertão ao invés do alistamento militar. Uma grande massa de mineiros partiu para São Paulo, na tentativa de integrar as fazendas produtoras de café. Outros preferiram partir para o interior da mata, em regiões mais longínquas, com o objetivo de prosseguir com seus hábitos, graças às extensas áreas disponíveis para a criação de gado.

Os mineiros eram movidos em direção à marcha pioneira devido a sua iniciativa pessoal. Diferente foi o movimento dos paulistas, hierarquizado, liderado por grandes fazendeiros que participavam de sociedades bancárias e ferroviárias, possuindo postos na administração pública<sup>211</sup>. As famílias de grandes fazendeiros estavam bem situadas no movimento pioneiro. Possuíam terras, estabelecimentos comerciais, bancos, meios de transporte, disponibilidade de mão-de-obra e poder político. O interesse coletivo dos grandes fazendeiros confundia-se com seu interesse de classe. Segundo Monbeig, “a marcha pioneira foi primeiramente um assunto deles”<sup>212</sup>.

Além dos grandes fazendeiros, donos do capital e de extensas áreas de terras, havia outro grupo, que apesar de não serem tão ricos ou poderosos, contribuíram para o movimento pioneiro. Eram os médios proprietários, que não compartilhavam dos interesses dos grandes fazendeiros. Tentaram imitar a marcha das grandes famílias, comprando terras e desbravando as novas áreas, que só em parte poderiam tornar-se cafezais. Agrupavam em pequenas associações familiares e de amigos, buscando levantar capitais para realizar investimentos. Diferentes dos grandes fazendeiros, dependiam dos intermediários para vender a produção de café. Sofriam em caso de crise na economia, precisando vender a propriedade para saldar suas dívidas, retomando o processo de marcha em busca de novas terras.

Apesar das grandes famílias liderarem a marcha pioneira, não se formou uma aristocracia fundiária. A troca do campo pela cidade era frequente, tanto pelos herdeiros das grandes famílias, como pelos filhos dos pequenos e médios proprietários. Apareceram figuras urbanas no campo, como o caso de comerciantes que compravam plantações ou se lançavam no desbravamento de terras virgens. De acordo com Monbeig, “o grupo dos plantadores perdeu sua homogeneidade. Enfraqueceu-se econômica e socialmente, ao diversificar-se. Mas a fazenda continuava a ser uma das formas predominantes do povoamento, na zona pioneira”<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> Ibid, p. 139.

<sup>212</sup> Ibid, p. 141.

<sup>213</sup> Ibid, p. 142.

Os loteadores e especuladores de terras foram outro grupo que participaram do processo de povoamento das novas regiões. Os fazendeiros, como vimos, eram à base da colonização rural. A contribuição dos loteadores e especuladores veio com o desenvolvimento das cidades pioneiras, pois muitas vezes eram organizados em sociedades ou empresas colonizadoras, que necessitavam de um corpo de diretores, engenheiros, agrimensores e outras especializações. Residiam nos centros urbanos, juntamente com seus empregados, crescendo com isso a importância desses lugares. Essas empresas e sociedades passaram a ter “alguma importância no desenvolvimento da marcha pioneira e na maneira de viver dos habitantes”<sup>214</sup>. Assim como Turner, vemos que, para Monbeig, os centros urbanos também sofrem um processo de “evolução”, pois conforme crescia a marcha de povoamento, maior era a necessidade de abastecimento das zonas pioneiras, assim como aumentava demanda para o escoamento da produção. Assim, podemos afirmar que o crescimento dos centros urbanos é proporcional ao crescimento das zonas pioneiras, e vice-versa.

Os fazendeiros e loteadores puderam dispor de um grande contingente de pessoas para o processo da marcha pioneira. Grande parte vinha da necessidade de obter mão-de-obra assalariada para trabalhar nas lavouras, após a queda do sistema escravista no Brasil. A imigração europeia adquiriu grande importância nessa questão, pois a partir de 1887 a leva de imigrantes europeus que entravam no Brasil passou para mais de dez mil ao ano, chegando a um número de 137.998 imigrantes apenas em 1895<sup>215</sup>.

Mas não apenas os imigrantes europeus que passaram a substituir a defasada mão-de-obra escrava nas fazendas. Após 1930, um grande número de brasileiros inicia um processo de migração interna, oriundos da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Ceará e Espírito Santo. Ocorria que muitos desses migrantes buscavam os planaltos do Paraná ao invés do interior de São Paulo. Viajavam em condições precárias, sofrendo de doenças e moléstias, além de não receber salários suficientes para melhorar seu padrão de vida. Eram considerados elementos “indesejáveis” em São Paulo, pois aceitavam baixos salários, concorrendo com a mão-de-obra paulista.

Nas regiões rurais, contudo, oferecem grandes serviços, principalmente os trabalhadores baianos, considerados os desbravadores das florestas. São empregados em serviços nas plantações de algodão, representado para esta cultura o que os imigrantes

---

<sup>214</sup> Ibid, p. 147.

<sup>215</sup> Ibid, p. 147. Estima o autor que em torno de 70% dos imigrantes permaneceram e trabalharam nas regiões agrícolas, por volta da década de 1930, sendo esse número maior ou menor, de acordo com o período e a conjuntura.

italianos representaram para o café<sup>216</sup>. Eram os trabalhadores mais empobrecidos das zonas rurais, vivendo em miséria e doença. Nas zonas pioneiras, tomaram o lugar dos estrangeiros como trabalhadores assalariados a partir da década de 1930.

Os fazendeiros desenvolveram o sistema do colonato, no sentido que buscavam mão-de-obra para as lavouras cafeeiras, e vieram a cuidar da colonização, buscando organizar a imigração dos trabalhadores livres. Foram criados órgãos administrativos estatais para o controle da colonização, de forma a melhorar o aparato legislativo de proteção aos colonos. Segundo Monbeig, “o colonato das fazendas constitui um proletariado desorganizado, em face de uma classe outrora pujante”<sup>217</sup>. Os imigrantes foram considerados apenas como mão-de-obra disponível para as lavouras, e não como elementos ativos no processo de povoamento.

De acordo com Monbeig, essa afirmação não se justifica, pois o colono foi um dos elementos mais importantes no processo da marcha pioneira, pois sua precária situação o impulsionava para conseguir melhores salários. Estão sempre em busca do fazendeiro que paga mais, e esse está localizado nas zonas pioneiras, graças aos períodos de prosperidade econômica. Dessa forma, o colono está motivado a seguir o rumo da marcha.

Mas não só de salários que se faz a marcha pioneira. Outro fator de atração do imigrante para essas áreas reside nas condições dos contratos e nas possibilidades de praticar culturas intercalares. Os contratos garantiam uma soma fixa a ser recebida pelo trato dos cafezais, assim como o valor pago por jornadas suplementares. As culturas intercalares são permitidas em cafezais novos, quando o solo é fértil e pode suportar esse tipo de policultura. Em uma lavoura já estabelecida, esse tipo de cultivo é prejudicial aos arbustos de café.

O Estado pouco contribuiu para o processo de colonização. A iniciativa particular que ampliou a obra de povoamento. Como vimos, fazendeiros e loteadores foram os principais agentes da marcha pioneira. Mas precisamos observar, segundo Monbeig, que a sociedade agrária pioneira não estava socialmente estratificada, sendo a separação de fazendeiros, loteadores, colonos e proprietários, feita por comodidade. O colono pode se tornar um fazendeiro, assim como um fazendeiro pode sofrer uma derrocada por um grave período de crise e acabar como administrador de um pequeno sítio. Dessa forma, “a sociedade é antes de tudo dinâmica. Dinamismo estreitamente associado ao dinamismo geográfico, pois é em virtude dos novos desbravamentos que se fazem ou desfazem as fortunas”<sup>218</sup>.

---

<sup>216</sup> Ibid, p. 152.

<sup>217</sup> Ibid, p. 156.

<sup>218</sup> Ibid, p. 163.

Na segunda parte do Livro II, Monbeig discute as etapas da marcha pioneira, utilizando a expressão “frente de colonização” para representar esse avanço. Segundo o autor, é uma expressão vantajosa, “porque acentua o caráter de luta do avanço pioneiro”<sup>219</sup>. Assim, Monbeig compara a situação do pioneiro com a do soldado no exercício da guerra, a zona pioneira seria para ele uma “zona de guerra”, com problemas de abastecimento, serviços de intendência e os combates na retaguarda. Podemos observar um paralelo, mesmo que implícito, com a tese de Turner, pois esses confrontos que Monbeig descreve são o encontro da civilização com o selvagem, utilizando outros termos.

Apesar da comparação, para Monbeig a marcha pioneira trava um combate diferente, pois não conhece gerais, nem táticas e nem mapas. Não há um avanço contínuo, mas incursões esparsas. O termo “marcha pioneira” nesse caso não é bem aplicado, sugerindo o autor a utilização de “franja pioneira”, para representar essas regiões de situação incerta e instável. De acordo com Monbeig, “é uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas”<sup>220</sup>.

Essa franja pioneira se expande, segundo Monbeig, em dois períodos, o primeiro que vai de 1900 a 1905, e o segundo que ocorre após 1929. Nos dois casos, a principal discussão gira em torno da cultura cafeeira, e assim como Waibel, Monbeig aborda o assunto a partir das zonas de produção do café, no interior do estado de São Paulo.

No início do século XX, ocorre um gigantesco aumento das plantações de café, distribuídas nas regiões das chamadas “terras roxas”. Para dar conta dessa produção, era necessária uma grande quantidade de mão-de-obra, suprida pelos imigrantes que chegaram em São Paulo a partir de 1898. Esse contingente se fixou principalmente na região de Ribeirão Preto<sup>221</sup>. A esses imigrantes era garantido o transporte até as regiões produtoras graças a malha ferroviária que foi construída no período. O desenvolvimento das estradas de ferro obedecia aos interesses dos administradores, produtores e comerciantes do café.

Para concluir o tópico, faço uma citação de Monbeig, que resume brevemente a situação que se encontrava as regiões produtoras de café no início do século XX.

Tudo isso contribui para diferenciar a franja pioneira dos planaltos ocidentais, tal como ela se apresentava nos primeiros anos do século, das demais regiões cafeeicultoras paulistas ou fluminenses. O quadro mudou: em lugar das altas montanhas que fechavam o horizonte, em todas as direções no vale do Paraíba, ou que, com a presença das escarpas ou *cuestas* dos

---

<sup>219</sup> Ibid, p. 165.

<sup>220</sup> Ibid, p. 165.

<sup>221</sup> Ibid, p. 172.

planaltos ocidentais, nunca estavam ausentes nas paisagens de Itu, Piracicaba ou Campinas, o pioneiro descobria agora espaços que estavam na medida de suas esperanças, isto é, desmensurados. Fazendeiros vindos das velhas zonas, ou colonos desembarcados dos campos de cultivo do Mediterrâneo, todos adotavam com amor essa terra de que se sentiam criadores. São Paulo possuía, verdadeiramente, o seu mundo pioneiro.<sup>222</sup>

---

<sup>222</sup> Ibid, p. 179.

### 3 DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA E INTERPRETAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA

Para o último capítulo, analiso algumas interpretações sobre a democracia, assim como procuro estabelecer uma relação entre os conceitos estudados. O conceito de democracia tem uma origem definida, porém seu significado sofreu profundas alterações, de acordo com o local e o contexto ao qual foi aplicado. Assim, pretendo abordar algumas dessas definições de democracia, da mesma forma que o realizado com os conceitos de fronteira e capitalismo para posteriormente, estabelecer o diálogo entre eles.

A palavra democracia tem origem em dois radicais gregos, *demos* que significa povo ou massa, e *kratia*, que significa autoridade ou Governo<sup>223</sup>. Literalmente, autoridade ou poder do povo. A primeira formulação de democracia foi elaborada em Atenas, sendo este um sistema de democracia direta, onde apenas os cidadãos atenienses possuíam o direito de participação na vida política.

Segundo Norberto Bobbio, no *Dicionário de Política*, existem três tradições históricas que analisam as questões referentes à democracia. A primeira delas corresponde à concepção aristotélica das três formas de governo, tipologia que admite três formas puras (monarquia, aristocracia, democracia) e três formas corruptas (tirania, oligarquia e demagogia), que assumem essa característica de acordo com o interesse do detentor do poder, interesse de governar para si ou para os outros. Para Aristóteles, a democracia se caracteriza como o “governo do povo”, onde os cidadãos (e apenas os que gozam do direito de cidadania) detém o poder. A segunda tradição tem como base a teoria medieval de origem romana, que se apoia na concepção de democracia como soberania popular. Essa ideia de soberania, porém, é distinta da noção presente na teoria contratualista.

A terceira se refere à tradição republicana moderna, nascida com o conceito de Estado Moderno. Essa teoria tem início com Maquiavel, sendo abordada por escritores radicais do século XVII e XVIII, até a eclosão da Revolução Francesa. A acepção moderna de democracia é definida como “regime policrático oposto ao regime monocrático”<sup>224</sup>, sendo que os conceitos de democracia e república, presentes nos estudos sobre o tema, se encontram sobrepostos. O princípio da república nas obras iluministas tem o caráter de representar a república democrática e não aristocrática.

---

<sup>223</sup> Ekirch Júnior, Arthur. A democracia americana: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p 12.

<sup>224</sup> BOBBIO, Norberto. Democracia. In: \_\_\_\_\_. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 322.

Dessa forma, o conceito de democracia moderna nasce na Europa durante o século XVIII. O verbete presente no *Dicionário de Conceitos Históricos* aponta que essa problematização da democracia moderna vinha como forma de oposição ao governo absolutista vigente. A característica dessa democracia é a escolha de governantes pelo povo. Porém, o Estado Moderno utiliza uma noção de democracia diferente da presente nos espaços públicos atenienses, sendo constituído “um espaço administrativo e burocrático situado *fora do corpo de cidadãos*”<sup>225</sup>. Assim, a participação direta foi substituída pela representação, a partir da eleição de políticos profissionais, que tomam as decisões que afetam a vida dos representados. Essa é conhecida como *democracia representativa*, e segundo os autores, apenas o ato de votar não garante cidadania ao votante e nem caracteriza o Estado como democrático.

A democracia moderna, segundo definição do Dicionário, pode sociologicamente ser dividida em duas, liberal e radical. A democracia liberal caracteriza-se pela defesa dos interesses privados contra a interferência da autoridade pública, sendo que considera a igualdade como ausência de privilégios, criando condições para que os indivíduos alcancem a independência e realização pessoal, de acordo com o mérito de cada um. Essa definição tem como base o modelo inglês e norte-americano, sua prioridade é a noção de liberdade individual. A democracia radical tem sua origem atribuída a Rousseau, prioriza a igualdade, sendo a fraternidade entendida como sinônimo de civismo. Pelo seu contexto, suspeita da liberdade de origem aristocrática. A principal diferença entre os dois modelos está na maneira como se constitui as estruturas do poder, pois a democracia liberal depende de um equilíbrio de poderes, enquanto a democracia radical concentra e simplifica o poder, o governo sendo apenas um comitê executivo que pode ser revogado a qualquer momento.

A característica comum entre as duas definições repousa na afirmação do indivíduo e desconfiança no governo e governantes. Assim, os cidadãos como corpo conjunto tem o dever de julgar o que é bom para a coletividade, os governantes sendo apenas os dirigentes dessa decisão. A noção de representatividade está implícita nessa consideração, pois nas sociedades modernas é através do voto que se determina aqueles que deveriam dirigir a vontade do povo. Conforme o verbete, na atualidade a democracia legitima o Estado e seus regimes de governo, mesmo que apenas na busca de um projeto democrático ideal. Os projetos de democracia contemporânea “bebem” na obra de pensadores iluministas, principalmente Rousseau, embora

---

<sup>225</sup> SILVA, 2010. op. cit.p. 89.

este ao abordar o tema da democracia afirma que este é uma forma de governo perfeita demais para os homens.

Assim, para Rousseau, “tomando-se o termo no rigor da aceção, jamais existiu, jamais existirá uma democracia verdadeira. É contra a ordem natural governar o grande número e ser o menor número governado”<sup>226</sup>. Na obra *O Contrato Social*, o autor afirma que a sociedade é regida pelo contrato social, que estabelece uma igualdade entre todos os cidadãos, com os mesmo direitos, onde todos os que pertencem ao contrato social recebem o nome de *povo*. O direito político assume característica essencialmente democrática, sua autoridade e soberania emanam do povo, sendo inalienável e indivisível.

Dentro da interpretação de Rousseau, a noção de representação é incompatível com o princípio de soberania. Da mesma maneira que não pode ser dividida ou alienada, não pode ser representada, pois a soberania “consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa”<sup>227</sup>. Essa ideia é moderna e desconhecida nas antigas repúblicas e monarquias. No momento que ocorre o processo de escolha de representantes, o povo não é mais livre e deixa de existir.

O ideal republicano e democrático coincidem na obra de Rousseau. A teoria da soberania popular fornece base para a constituição de uma vontade geral que possui o poder de elaborar leis. Além disso, as concepções de Rousseau sobre o contrato social estão em conformidade com as ideias liberais que ganharam força a partir do século XVII. Segundo o autor, “o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possuir”<sup>228</sup>.

Uma interpretação sobre a questão da democracia a partir da realidade particular dos países latino-americanos que, portanto, tiveram uma longa experiência colonial, está presente no livro *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*, de autoria de Pablo González Casanova. Este livro é uma antologia do pensamento teórico do autor, sendo que o Capítulo 5, *Quando falamos de democracia, do que falamos?*, aborda algumas reflexões sobre a democracia a partir do pensamento de Rousseau. O autor inclui determinados pontos de análise, que segundo ele, são indispensáveis para a compreensão do conceito.

Para Casanova, a ideia de representação é insuficiente para trabalhar o conceito de democracia. Discute que a representação é mais importante do que Rousseau acreditava, mas

---

<sup>226</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. p. 150.

<sup>227</sup> *Ibid*, p. 186

<sup>228</sup> *Ibid*, p. 77.

não é o único elemento que indica a vontade soberana do povo. De acordo com o autor, há cinco categorias para discutir o conceito de democracia, repressão, negociação, representação, participação e mediação. Essas cinco categorias, dentro desta análise, não são dissociáveis e devem ser observadas como um todo de relações.

A repressão é um fator importante para analisar qualquer democracia, pois segundo Casanova é necessário perguntar como estão os processos repressivos, físicos, morais e econômicos, como violação de direitos contra indivíduos ou coletividades. Para o autor, é cada vez mais comum se falar em democracia e esquecer a repressão que os impérios e os proprietários exercem contra os povos e os não-proprietários, ignora-se também as questões que apontam a democracia sem a repressão do consumo. A análise neste ponto é claramente feita com um tom de denúncia<sup>229</sup>. A negociação, como categoria dentro da democracia, aborda questões referentes ao mercado e seus derivados, como a negociação diplomática, operária, social e política. Assim, ocorre um processo de “mercantilização” da democracia e o resultado é visto na representação, pois segundo Casanova, “pensar na representação sem reparar na negociação, para saber como anda a democracia, é um grande erro”<sup>230</sup>. A representação pode ser ruim, mas se há negociação entre indivíduos, clientelas, corporações e setores, é possível neutralizar os efeitos negativos desta representação. Dessa forma, o autor afirma a importância da democracia formal e a luta para que os representantes representem os representados, a partir da participação no processo democrático, através do voto universal. Esse é um processo de luta e de acordo com o autor, essa não acontece sem mediação e intermediários. A questão é: quem são esses intermediários?<sup>231</sup>

Partindo dessa descrição, é possível observar que muito já foi discutido sobre os significados da democracia e, mesmo que sua origem seja o mundo antigo, nos diferentes contextos em que ela se realizou adquiriu significados específicos, os quais dialogam diretamente com a realidade social, política e econômica em que a democracia aconteceu. Diante disso, o foco deste trabalho é realizar uma análise sobre esse debate, buscando entender como alguns pesquisadores que tiveram como foco de sua análise os processos de ocupação das regiões de fronteira, no Brasil e nos Estados Unidos, produziram definições da democracia a partir desta relação.

---

<sup>229</sup> CASANOVA, Pablo Gonzáles. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis: Vozes : Rio de Janeiro: LPP : Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 168.

<sup>230</sup> Ibid, p. 168

<sup>231</sup> Ibid, p. 169

### 3.1 Contribuições da fronteira para a interpretação da democracia e do capitalismo nos Estados Unidos

Cronologicamente, a democracia americana é contemporânea do capitalismo inglês em seu processo de desenvolvimento e estabelecimento, sendo essa uma relação discutida por alguns autores previamente analisados. Os primeiros ideais democráticos surgidos na América começaram a despontar durante o último quarto do século XVIII, período que eclode o processo de independência dos Estados Unidos, tecnicamente o mesmo período em que surgiram as primeiras máquinas a vapor e tecelagem na Inglaterra.

Dessa forma, temos discussões que procuram relacionar esses dois processos, debatendo algumas características do contexto americano. Uma dessas discussões é realizada por Ellen Wood, em seu livro *Democracia versus capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, sendo que a autora observa a democracia a partir de uma perspectiva histórica, situada em contextos específicos ao invés de uma “abstração socialmente indeterminada”<sup>232</sup>. Dessa forma, estuda a democracia capitalista por comparação com outras formas, presentes em diferentes contextos de relações sociais, tais como a democracia da antiga sociedade grega, redefinida pelos “pais fundadores” da Constituição dos Estados Unidos, e ressignificada para o conceito moderno de democracia liberal.

Ellen Wood discute que “a ideia grega fora derrotada por uma concepção completamente nova de democracia. O momento crítico dessa redefinição, que teve o mesmo efeito (e a intenção) de *diluir* o significado de democracia, foi a fundação dos Estados Unidos”<sup>233</sup>. Essa questão está relacionada com o processo de constituição do capitalismo, devido às transformações políticas e econômicas que surgiram após a derrocada do feudalismo, conforme discutidas previamente pela autora. Dessa forma, a relação entre capital e trabalho alterou as relações políticas, pois no capitalismo essa relação pressupõe indivíduos iguais e livres. O status cívico dá lugar as vantagens econômicas, “o que tornou possível uma nova forma de democracia”<sup>234</sup>.

Essa é uma das grandes diferenças entre a antiga democracia ateniense e as novas relações democráticas do Estado moderno. A relação entre as duas pode ser resumida em uma extrema dissociação entre identidade cívica e o status socioeconômico, garantindo igualdade de direitos políticos entre as classes, mesmo que estas não tenham igualdade econômica.

---

<sup>232</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 23.

<sup>233</sup> *Ibid*, p. 174.

<sup>234</sup> *Ibid*, p. 180.

Essas novas relações democráticas foram moldadas pela experiência americana de formação de um Estado nacional após a independência das Treze Colônias do domínio inglês. Os defensores da federação, os “pais fundadores” precisaram conciliar a realidade econômica e política das ex-colônias, na tentativa de manter os privilégios de uma elite aristocrática fundiária com os direitos crescentes de um corpo de cidadãos cada vez mais ativos. Dentro dessa perspectiva, a autora afirma que essa experiência democrática incorpora ideias antidemocráticas, pois esses legisladores criaram um “conjunto de instituições políticas que corporificariam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos”<sup>235</sup>, ou seja, os princípios da chamada democracia representativa. Além disso, segundo Ellen Wood, a democracia americana em seus primórdios apresentou profundos defeitos em sua base, “por aceitar a exclusão das mulheres, a opressão dos escravos e o colonialismo genocida dirigido contra as populações indígenas”<sup>236</sup>.

O que os legisladores americanos construíram com suas visões sobre a democracia era uma renúncia do poder político, a transferência desse poder a outros. Esses seriam os “representantes do povo”, segundo palavras de Ellen Wood, e a eles seria concedido o poder necessário para dar conta do tamanho, complexidade e da própria essência da democracia. Dessa forma, identificaram a democracia com a alienação do poder<sup>237</sup>. Essa foi uma das formas encontradas pelos “pais fundadores” para distanciar a população das decisões políticas, reforçando a característica antidemocrática dessas novas relações. Essa é uma democracia sem conteúdo social, a autora afirma que “é o capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas”<sup>238</sup>.

Essa é uma formulação entre a democracia e o capitalismo na América que leva em consideração os primeiros anos da nação estadunidense, antes dos processos de expansão da colonização além da fronteira trans-Mississippi. Assim, existe um processo posterior que envolve a fronteira como elemento definidor dessa relação, assim como vimos brevemente nos capítulos anteriores e que aqui discuto mais a fundo, retornando a fronteira e as interpretações desses autores para compreender como essas ideias foram construídas.

---

<sup>235</sup> Ibid, p. 185.

<sup>236</sup> Ibid, p. 185.

<sup>237</sup> Ibid, p. 188.

<sup>238</sup> Ibid, p. 193.

Claude Fohlen, em seu livro *A América Anglo-Saxônica, de 1815 até a atualidade*<sup>239</sup>, discute a “democracia em marcha” dos Estados Unidos, afirmando que não era toda a população, mas sim apenas uma pequena minoria, que participava das decisões políticas, seja por nascimento ou riqueza, até o ano de 1815. Importante contextualizar essa situação mais a fundo, no período de 1812 a 1814, os Estados Unidos travaram uma guerra contra a Inglaterra, devido, em parte, às ambições inglesas em usurpar os direitos estadunidenses. Os principais defensores da guerra eram os homens do Oeste, que em conflito com as tribos autóctones que eram aliadas da Inglaterra, tinham interesse em se expandir para as regiões à Oeste. O sentimento de patriotismo nacional, com origem no Oeste, ganhou força, principalmente devido à vitória das forças comandadas por Andrew Jackson, veterano de guerras contra os índios. Dessa forma, a guerra contribuiu em grande medida para o desenvolvimento da república estadunidense, criando uma unidade nacional.

Outra importante consequência da guerra foi o rompimento com as antigas políticas europeias, voltando-se para o Oeste. Foi realizado um imenso investimento de capital na região do vale do Mississippi, que teve um crescimento vertiginoso, possibilitando o surgimento de um sistema nacional de transportes, além de desenvolver uma economia de mercado de escala nacional.

A partir dessas questões é possível traçar uma relação com a obra de Frederick Jackson Turner, pois este autor trabalha com o processo de expansão da fronteira nos Estados Unidos, e sua interpretação discute algumas questões sobre o desenvolvimento do capitalismo e da democracia nesse país. Assim, a fronteira não é apenas um *locus* privilegiado de onde desponta um “europeu renascido”, um “novo americano”, moldado a partir das condições selvagens do ambiente que o cerca, mas também um local onde as relações sociais e econômicas interagem de forma a constituir as modernas instituições americanas, segundo Turner, “compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão”<sup>240</sup>. Dessa forma ocorre, segundo o autor, uma evolução das instituições, como o “despontar do governo representativo”<sup>241</sup>, além da “progressão de uma sociedade industrial primitiva, sem divisão do trabalho, para uma sociedade manufatureira”<sup>242</sup>. Essa evolução ocorre em uma área específica, lembrando que ao trabalhar essa questão, Turner se refere à costa Atlântica, sendo os Montes Apalaches a fronteira física da primeira linha de expansão.

---

<sup>239</sup> FOHLEN, Claude. *América anglo-saxônica: de 1815 à atualidade*. São Paulo: Pioneira : Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

<sup>240</sup> TURNER, 2004. op. cit. p. 23.

<sup>241</sup> Ibid, p. 24.

<sup>242</sup> Ibid, p. 24.

Claude Fohlen discute que o aspecto decisivo da transformação da política estadunidense foi a eleição de Andrew Jackson em 1829. Muitas mudanças econômicas surgiram no período posterior a 1815, sendo que foi o estopim de um embate entre os bancos privados e o governo federal estadunidense, durante a gestão de Andrew Jackson<sup>243</sup>. O autor demonstra que esse embate envolvia dois projetos, uma que procurava manter a relação entre os bancos e o governo federal, mantendo o velho sistema em vigência. Outro projeto, defendido por Jackson e implantado durante seu governo, tinha o intuito de oferecer “possibilidades iguais para todos na grande revolução econômica em marcha”<sup>244</sup>. Apesar de ter rumo diferente do esperado por Jackson, essas novas relações econômicas reverberaram na política, recriando o sistema político dos partidos que mesmo abolido nos anos seguintes, foi um importante ponto para o progresso dos ideais democráticos durante esse período.

Essa questão é debatida por Turner no artigo intitulado *Contribuições do Oeste para a Democracia Americana* publicado em 1903, dez anos após a primeira apresentação do ensaio *O Significado da Fronteira na História Americana*, onde o autor desenvolve a discussão sobre sua interpretação da relação entre a fronteira e a democracia, a partir do caso específico dos Estados Unidos. Dentro dessa perspectiva, traço um diálogo da obra de Turner com o livro *Breve História dos Estados Unidos*<sup>245</sup>, escrito por Allan Nevins e Henry Steele Commager, dois historiadores estadunidenses, sobre esse processo de desenvolvimento das ideias e dos ideais democráticos estadunidenses. Entre suas obras estão os livros *The New American Nation*, *Documents on American History*, *The American Mind*, entre outros.

O primeiro ponto abordado por Turner remete à Revolução Francesa, pois segundo o autor, o pensamento político durante esse processo tendia a tratar a democracia como sendo um sistema absoluto, “aplicável a todos os tempos e a todos os povos, um sistema que deveria ser criado pela ação do próprio povo, baseado em princípios filosóficos”<sup>246</sup>. A crítica de Turner vem no sentido de demonstrar que é necessário considerar as forças e condições que permitem o desenvolvimento do tipo democrático de governo. De acordo com o autor, os estudiosos da história precisam partir das forças sociais e econômicas para procurar uma explicação das formas e mudanças das instituições políticas. Dessa forma, saber como uma nação é chamada em determinado momento, como democracia, monarquia ou aristocracia não

---

<sup>243</sup> Em 1832, Andrew Jackson vetou a renovação da carta que concedia ao segundo Bank of the United States o monopólio sobre as finanças de Estado, sacando os depósitos federais e transferindo-os para os principais bancos estaduais, descentralizando o poder financeiro.

<sup>244</sup> FOHLEN, 1981. op. cit. p. 74.

<sup>245</sup> NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. *Breve História dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

<sup>246</sup> TURNER, 2004. op. cit. p 71.

é tão importante quanto saber as tendências sociais e econômicas do Estado. Isso porque, são essas forças que atuando por baixo da superfície dominam e dão a forma exterior. Assim, para Turner, analisando as alterações e nuances da vida social e econômica de uma sociedade é possível descobrir as forças que atuam nos órgãos de ação política.

A partir dessas considerações, Turner inicia o processo de análise das contribuições do Oeste para a democracia. No momento em que era escrito o artigo, estavam ocorrendo transformações importantes na vida social e econômica da sociedade estadunidense, o que explica a preocupação do autor com a relação entre a vida social e econômica e a ação política. São quatro as principais alterações que estavam ocorrendo no decurso de uma década, entre 1890 e 1900, e segundo palavras do autor, quando “tomadas em conjunto, elas constituem uma revolução”<sup>247</sup>.

A primeira mudança é a exaustão de terras gratuitas e o encerramento do movimento de avanço para o Oeste, como fator de desenvolvimento da sociedade estadunidense. Segundo Turner, cada avanço da fronteira sobre a *wilderness* possibilitou uma maior oferta de terras gratuitas, o que reforçou a influência dos ideais democráticos nos Estados Unidos. A segunda mudança diz respeito ao processo de concentração de capital pela indústria de base, caracterizando um novo período de desenvolvimento econômico para os Estados Unidos. Neste ponto, Turner está se referindo à formação dos trustes e monopólios, prática econômica utilizada por diversas empresas durante o final do século XIX e início do XX, sendo que o autor se refere a essa prática como “o legado da última década”<sup>248</sup>. A concentração de capital ocorreu paralelamente à associação da força de trabalho nas atividades industriais referentes ao ferro, carvão, gado, produção de grãos e manufaturas. O terceiro ponto é a expansão política e comercial dos Estados Unidos em terras além-mar. Ao escrever esse artigo, haviam passado quatro anos da Guerra Hispano-Americana de 1898, entre Estados Unidos e Espanha, cujo principal objetivo estadunidense era oferecer ajuda aos movimentos contra a dominação espanhola em Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. Com os processos de expansão da fronteira concluídos e a derrota da Espanha nessa guerra, os Estados Unidos voltam sua atenção ao ultramar, sendo que a força industrial estadunidense oferece um surpreendente poder de ação contra o comércio da Europa<sup>249</sup>. E o quarto ponto, o socialismo fez com que os partidos dos Estados Unidos se dividissem, abrindo espaço para novas ideias políticas.

---

<sup>247</sup> Ibid, p. 72.

<sup>248</sup> Ibid, p. 73.

<sup>249</sup> Ibid, p. 74.

Dentre todas essas considerações, o Oeste é visto como elemento importante para a formação da democracia e das instituições democráticas dos Estados Unidos. As regiões de fronteira, desde o período colonial, têm exercido uma força e uma influência constante rumo à democracia. Turner afirma que em todas as colônias havia conflitos entre colonos da fronteira e a classe dominante da costa do Atlântico. Esses conflitos constituíram a base sobre a qual se formou o Partido Democrata posteriormente. Assim, Turner afirma que foi no Oeste, em um período anterior a Declaração de Independência, que surgiram as ideias essenciais da democracia americana. Turner, neste artigo, não deixa claro o que seriam essas ideias essenciais, mas se retornarmos a seu artigo previamente analisado, *O Significado da Fronteira na História Americana*, temos a democracia americana fomentada pelo individualismo da fronteira, de forma a representar uma espécie de “baluarte” contra qualquer forma de controle ou repressão que poderia se originar do governo.

De acordo com Turner, nas comunidades além dos Montes Apalaches, urge uma demanda dos colonos por um governo independente, baseado em dispositivos democráticos<sup>250</sup>. Em consoante com essa questão, Nevins e Commager afirmam que os colonos, “desde o início de sua história, começaram a urdir sua própria trama para um governo constitucional, pelejando por um sistema representativo mais forte, controle do erário e garantias mais amplas de liberdade individual”<sup>251</sup>. Essa seria a teoria do autogoverno, descrita também por Turner, segundo a qual todo o povo teria o direito de estabelecer instituições políticas em áreas que houvessem conquistado à natureza selvagem. No contexto em que essas conclamações dos colonos se postaram, são princípios considerados como revolucionários, tendo como base o direito natural, sendo a fronteira a ponta de lança para essas reivindicações, pois havia grande esforço em instaurá-las no Oeste.

Assim, segundo Turner, é impossível conhecer as petições dos colonos sem reconhecer nelas “o berço de uma beligerante democracia do Oeste”<sup>252</sup>. Essas petições tinham como objetivo denunciar o controle exercido pelos proprietários de terras do Leste, reivindicando a posse das terras conquistadas e o registro dessa conquista. De acordo com Nevins e Commager, grande parte das conquistas deveu-se ao sistema político dos colonos, que se esforçaram e lutaram para obter e manter instituições representativas. Três foram os elementos fundamentais que distinguiam esse sistema político. O primeiro é o respeito pelo sistema escrito de leis fundamentais, que no período eram garantidos pelas cartas

---

<sup>250</sup> Ibid, p. 75.

<sup>251</sup> NEVINS; COMMAGER, 1986. op. cit. p. 34.

<sup>252</sup> TURNER, 2004. op. cit. p. 76.

constitucionais concedidas às companhias comerciais, aos donatários ou ao próprio povo. O segundo marca o conflito entre governadores e assembleias, pela defesa dos direitos adquiridos e direitos populares e interesses locais, respectivamente. O terceiro mostra uma característica marcante da política colonial, a insistência das assembleias em controlar os recursos públicos, mesmo encontrando grande oposição.

De acordo com Turner, esses conflitos além de dar origem aos princípios democráticos estadunidenses, também causaram uma divisão dessa luta em partidos. Thomas Jefferson foi o homem que uniu as tendências democráticas dentro do Partido Democrata-Republicano, durante o governo de George Washington. Turner afirma que ao analisar os aspectos essenciais de sua doutrina, é evidente a presença do Oeste como elemento central e definidor dessas novas concepções, chamando Jefferson de “primeiro profeta da democracia americana”<sup>253</sup>. Jefferson introduziu uma série de medidas com o intuito de transferir as decisões políticas e econômicas para os colonos do interior da Virgínia em detrimento das classes dominantes da costa do Atlântico. Em 1803, conforme vimos anteriormente, Jefferson comprou o território à oeste do rio Mississippi da França, o que demonstra a concordância de sua política para com a expansão para o Oeste. Porém, de acordo com Turner, foi necessário o lento avanço do movimento de colonização adentrar cada vez mais para o Oeste para que os ideais democráticos ganhassem força e se tornassem uma base para o estabelecimento de um governo democrático.

Andrew Jackson foi o homem que personificou os ideais democráticos e a vontade das classes trabalhadoras em participar da política e do governo, para Turner: “Andrew Jackson era a verdadeira personificação dessa democracia de fronteira que agora tomava conta da nação”<sup>254</sup>. Nevins e Commager discutem que a posse de Andrew Jackson como presidente dos Estados Unidos, em 1828, foi “por muito tempo considerada como a abertura de uma nova era da vida americana”<sup>255</sup>. Durante sua vida, Andrew Jackson desenvolveu um forte sentimento contrário às instituições e ideias predominantes no Leste. Suas principais crenças podem ser colocadas em poucas palavras e representam os anseios dos colonos do Oeste, tornando-o de certa forma, seu porta-voz. Afirmam os autores que Andrew Jackson acreditava no homem comum e na igualdade política, assim como iguais oportunidades econômicas. Era adverso ao monopólio, aos privilégios especiais e meandros das finanças capitalistas, ou seja, as características que representavam o *self made man*.

---

<sup>253</sup> Ibid, p. 76.

<sup>254</sup> Ibid, p. 78.

<sup>255</sup> NEVINS; COMMAGER, 1986. op. cit. p. 193.

Algumas mudanças ocorreram durante o governo de Andrew Jackson. O sufrágio masculino espalhou-se pelos Estados, o que representava um maior interesse pelos assuntos nacionais. A imprensa publicava periódicos mais baratos com maior circulação. A educação travava uma batalha por escolas públicas gratuitas, não-sectárias, controladas publicamente e mantidas por impostos. Assim, os elementos que caracterizavam a fronteira e os ideais democráticos se mostravam cada vez mais presentes, segundo Nevins e Commager<sup>256</sup>.

Segundo Turner, o último capítulo do desenvolvimento da democracia do Oeste trata sobre a conquista das terras para além da fronteira. De acordo com o autor, havia uma área de terras livres nos limites da civilização, que permitia, sempre que as condições se cristalizassem no Leste, tanto por pressão do capital ou da política, a fronteira atuava como uma válvula de escape, oferecendo condições que promoveram o individualismo, a igualdade econômica, a afirmação da liberdade e a democracia. Nessas condições, os homens não aceitavam salários menores e nem situações de insubordinação social, enquanto houvesse a possibilidade de “fugir” dessas amarras. Assim, afirma Turner que a existência das terras livres diferencia a democracia americana das democracias anteriores, pois “quando a democracia no Leste assumia a forma de uma sociedade industrial altamente especializada e complicada, no Oeste ela se mantinha em contato com as condições primitivas – e, por ação e reação, essas duas forças moldaram a nossa história”<sup>257</sup>, além de divergir “pela grandeza das tarefas que assumiu e pelas vastas façanhas que conquistou em dominar a natureza e sobrepor-se às políticas”<sup>258</sup>. Isso representa um êxito para Turner, pois foi a primeira vez que uma democracia existiu em uma vasta região, conjuntamente com uma sociedade industrial em profusão, em pleno processo de crescimento. Assim, “a democracia americana é fundamentalmente o resultado das experiências do povo americano em lidar com o Oeste”<sup>259</sup>.

### 3.2 A ação da Besta-Fera: a relação perversa entre mercado, cativo, capitalismo e democracia no Brasil

Observadas as devidas características da relação sobre as interpretações dos conceitos de fronteira e democracia nos Estados Unidos, visto neste tópico analisar algumas considerações sobre o processo de construção das interpretações que relacionam esses conceitos no Brasil. Para isso, retomo a alguns autores previamente discutidos, ampliando o

---

<sup>256</sup> Ibid, p. 200.

<sup>257</sup> TURNER, 2004. op. cit. p. 85.

<sup>258</sup> Ibid, p. 85.

<sup>259</sup> Ibid, p. 90.

espectro de suas obras a fim de estabelecer alguns elementos de diálogo que permitam essa compreensão.

Otávio Guilherme Velho na obra *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, no sentido de estabelecer uma relação ideológica entre autoritarismo e fronteira, analisa obra *Marcha para Oeste* como a descrição “mítica” da conquista da fronteira brasileira. A semelhança com o mito do *self made men* se faz presente na imagem do bandeirante e no processo de conquista do sertão. Essa obra, *Marcha para Oeste* de autoria de Cassiano Ricardo, é um exemplo de análise sobre os grupos bandeirantes brasileiros e sua contribuição para o processo de expansão das fronteiras de colonização e do desenvolvimento da democracia no Brasil. A partir dessa hipótese, o autor busca a origem da democracia no Brasil, analisando os principais grupos que participaram da formação inicial da sociedade brasileira. Segundo Ricardo, a sociedade brasileira não se desenvolve em um único ponto, se formando a partir de elementos cristãos, ameríndios e africanos, grupos diferentes, geograficamente distantes, base econômica distinta e processo de produção característico. Para Cassiano Ricardo, “a democracia devia nascer no grupo de maior mobilidade social interna e externa”<sup>260</sup>, sendo os bandeirantes, o grupo bandeira, o único capaz de reunir tais características, a comunhão interna de seus membros somada a uma ação democrática exercida com o sentido de união sobre os demais grupos sociais da colônia.

A bandeira, para Cassiano Ricardo, possuía esse caráter democrático devido a sua localização geográfica somada a base econômica de produção, baseada na policultura de pequena propriedade, sem nenhuma preocupação de classes e posições, “igual tratamento para todos”<sup>261</sup>.

Na obra de Cassiano Ricardo é possível perceber uma grande influência de Turner. Essa influência, não citada diretamente, é vista quando o autor aponta que o bandeirante se encontrava limitado no planalto, em estado de isolamento. A descrição que segue é extremamente similar a influência da *wilderness* sobre o *pioneer* estadunidense de acordo com Turner, e segundo palavras de Cassiano Ricardo

Em contato com o selvagem, e embora em luta com ele, o bandeirante adquire uma enorme capacidade de ‘regressão’ ao primitivo. Torna-se quase indígena pelo contato com a cultura aborígine, adotando-lhe os costumes e copiando-lhe os modos de vida. Para o novo “habitat” trouxera também, plantas e animais de seu meio de origem, com os quais consegue um surpreendente equilíbrio ecológico. Com os seus bois, cavalos, ovelhas, e

<sup>260</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. p. IX.

<sup>261</sup> *Ibid*, p. X.

com as suas plantações de trigo, marmelo, vinha, cana de açúcar e algodão, podia ele penetrar no novo meio natural com segurança, num verdadeiro “enxerto” de paisagem. (sic)<sup>262</sup>.

Porém, a concepção de democracia de Cassiano Ricardo é fundamentalmente diferente do significado abordado por Turner. A bandeira tem um objetivo específico, “caçar as pedras verdes”<sup>263</sup>, o que estabelece a mobilidade para o grupo, essencial para o caráter democrático do mesmo, devido ao fato que para Ricardo, essa mobilidade leva a bandeira para longe do litoral, realiza a mestiçagem com os nativos, além de permitir uma espécie de mobilidade “inter-racial”, de forma que o bandeirante caminhe “entre a sua cultura de origem e a do selvagem, para ser índio a hora que bem entende e voltar a ser branco quando bem lhe apraz”<sup>264</sup>. A bandeira é composta por mamelucos, negros e índios, cada um com uma função, e confraternizadas no interior do grupo.

Diferente de Turner, e talvez em diálogo com o autor estadunidense, Cassiano Ricardo discute que no interior da bandeira não há “apenas o individualismo criador de riquezas e de heróis”<sup>265</sup>, mas sim, uma solidariedade social, que não aceita preconceitos de cor, credo ou origem. O bandeirante, de acordo com Cassiano Ricardo, está no centro de tudo, mas não seria apenas uma figura autoritária, como é descrito comumente, mas sim, atua como protetor do grupo, assumindo o papel de elemento da ordem, garantindo a tranquilidade em regiões turbulentas<sup>266</sup>. Segundo Ricardo, quando ocorre um conflito, seja de origem étnica ou econômica, é a bandeira que o resolve, buscando democratizá-lo. Assim, o elemento igualitário se faz presente e visa, em primeiro lugar, corrigir esses problemas étnicos e econômicos, que tem sua origem nos locais de criação, as regiões turbulentas, próximas ao litoral.

Acontece dessa forma que, a bandeira pela sua mobilidade, nasce em um meio democrático, explicando também a pequena propriedade e pequena agricultura. Apesar dessa mobilidade, a bandeira é um dos elementos que ajudam a povoar o país, segundo Ricardo, fomentando a democracia, “além de confraternizar e hierarquizar as cores num só grupo

---

<sup>262</sup> Ibid, p. X.

<sup>263</sup> Ibid, p. XI.

<sup>264</sup> Ibid, p. XI.

<sup>265</sup> Ibid, p. XI.

<sup>266</sup> Essas regiões turbulentas seriam, segundo o autor, as áreas próximas ao litoral, caracterizadas pelas grandes fazendas, de criação de gado ou engenhos de açúcar, controladas pela aristocracia europeia. Essas regiões teriam características “feudais”. Não é a intenção reviver o debate sobre a existência ou não de um feudalismo brasileiro, pois a obra de Cassiano Ricardo foi originalmente escrita em 1940, mas sim, de demonstrar que o autor caracteriza as relações sócias nas regiões litorâneas e nas grandes fazendas como sendo imóveis e anti-democráticas.

humano e social, para uma só direção”<sup>267</sup>. O bandeirantismo, para Cassiano Ricardo, foi um fenômeno tipicamente brasileiro, que social e politicamente, influenciou em muitas das instituições atuais brasileiras<sup>268</sup>, sendo que dentro de cada agrupamento há uma sociedade original. A bandeira, para o autor, é a origem da democracia brasileira, sendo esta democracia diferente de qualquer outra praticada por qualquer país no mundo. Assim, afirma o autor que “nossa democracia é um fenômeno biológico, social, econômico, sentimental, que as influências demo-liberais de outros países só conseguiram deformar”<sup>269</sup>.

Importante observar o uso que o autor faz do conceito de *fronteira*. Brevemente, afirma que no Brasil a palavra *fronteira* não se dissocia de bandeirante e cada etapa de civilização, conduz a sua *fronteira*<sup>270</sup>. É claramente visível a influência de Turner para essa concepção de Cassiano Ricardo.

As bandeiras representam um processo de rompimento, assim como o *pioneer* rompeu com os laços europeus ao enfrentar a *wilderness*, dando origem a uma nova sociedade com ideais democráticos surgidos na *fronteira*. A bandeira, por sua vez, inserida e isolada no sertão, longe da influência da Coroa, organizou-se em um “Estado em miniatura”<sup>271</sup>, tendo o chefe da bandeira como líder, criador de um governo forte. Em suas mãos, concentrava os poderes executivo, legislativo e judiciário, e de forma autoritária, estabelecia uma “democracia hierárquica”<sup>272</sup>.

A partir dessa discussão, Otávio Velho compara a obra de Turner sobre a *fronteira* americana com a obra de Cassiano Ricardo, pois este último escreveu sobre a relação entre o autoritarismo e a *fronteira* no caso brasileiro. Dessa forma, o referencial de Ricardo, com base no desenvolvimento das *bandeiras*<sup>273</sup> do século XVII, é um importante ponto de análise para o processo da expansão da *fronteira* brasileira. Ricardo busca na representação das bandeiras esse “mito de desenvolvimento”, onde o bandeirante, a pé, conquista o interior do país. O ponto em comum é a questão do *mito*. Turner desenvolveu a ideia do mito do pioneiro, que parte para o Oeste levando a civilização e encontrava a *wilderness*, que o obriga a se adaptar nesse novo meio, criando uma personalidade tipicamente americana, no conceito do *self made man*. Dessa forma, a formação do mito está intimamente ligada com a questão da *fronteira*.

<sup>267</sup> RICARDO, 1940. op. cit. p. XII.

<sup>268</sup> Ibid, p. XIII.

<sup>269</sup> Ibid, p. XVIII.

<sup>270</sup> Ibid, p. XXII.

<sup>271</sup> VELHO, 1979. op. cit. p. 144.

<sup>272</sup> Ibid, p. 144.

<sup>273</sup> Expedições organizadas com o intuito de penetrar nas áreas inexploradas de mata nativa, buscando riquezas, geralmente financiadas pelo próprio bandeirante.

Segundo interpretação de Velho, para Ricardo, os bandeirantes, longe da influência da Coroa, desenvolveram uma “democracia bandeirante”, que englobava o índio, o negro e o branco, em uma sociedade estruturalmente hierárquica. A bandeira, nesse contexto, diferia da *plantation*, pois a primeira representava uma ameaça ao poder da segunda<sup>274</sup>. Isso porque as *plantations* eram imbuídas de poder “feudal”, “representava o poder conservador, enquanto que a bandeira representava a revolução de onde sairia a democracia e a independência”<sup>275</sup>.

O desenvolvimento dessa instituição democrática bandeirante era uma consequência direta da interpenetração dessa expedição mata adentro. Isso porque quando mais distante dos povoamentos da costa, mais distante a bandeira se encontrava da influência das instituições políticas vigentes, a Coroa portuguesa, e conseqüentemente, estava sem o apoio e proteção que a Coroa garantia em regiões sobre seu controle direto. Portanto, como se encontrava em uma região inexplorada e inóspita, a expedição estava sujeita a enfrentar ameaças de variados tipos, e sem a proteção da Coroa, precisava defender a si mesma. E para isso existia a necessidade de organização, de preferência militar. O que Cassiano Ricardo demonstra é que a bandeira “tratava-se de um Estado em miniatura”<sup>276</sup>. Somente com autoridade que essa ordem poderia ser estabelecida, e “seria esta a origem do apego brasileiro à autoridade forte e a um condutor que cheio de espírito comunitário e de valor pessoal sai e se destaca da massa que sentiu a necessidade de ser governada”<sup>277</sup>. Dentro desse contexto, Otávio Velho esclareceu que a *Marcha para Oeste* era uma “espécie de origem do autoritarismo”<sup>278</sup>.

Segundo Turner, “o avanço da fronteira significou um movimento contínuo de afastamento da influência europeia, um permanente crescimento de independência com traços americanos”<sup>279</sup>. Com isso, podemos observar que tanto Turner como Cassiano Ricardo viam no Leste a continuidade das instituições metropolitanas, onde havia pessoas interessadas em manter os laços com a Europa. Já no Oeste, no avanço do pioneiro e do bandeirante, as instituições se desenvolveriam longe da influência europeia, constituindo com isso, um produto novo, gerado na América. Era no Oeste que se dava o germe para romper os laços com a Europa.

Apesar dos pontos em comum, existe uma diferença fundamental entre a obra de Turner e a de Cassiano Ricardo, conforme discute Otávio Velho, que se refere à questão do efeito da fronteira sobre a sociedade. De acordo com Ricardo, a estrutura hierárquica e

<sup>274</sup> RICARDO, Cassiano apud VELHO, 1979. op. cit. p. 143.

<sup>275</sup> Ibid, p. 143.

<sup>276</sup> Ibid, p. 144.

<sup>277</sup> Ibid, pg. 144.

<sup>278</sup> Ibid, pg. 145.

<sup>279</sup> TURNER, 2004. op. cit. p. 26.

autoritária que se desenvolve pela ação da infiltração do bandeirante no interior da mata virgem é uma *reação* do homem nesse meio selvagem, e essa reação combinada com a fronteira que fornece as características fundamentais do bandeirante e do fronteiriço. Para Turner, a fronteira era o local onde se desenvolveu a democracia americana<sup>280</sup>. O “Estado em miniatura” do bandeirante se caracterizava por ser uma pequena propriedade e que contrasta com a *plantation*. Ou seja, segundo Ricardo, é a partir do desenvolvimento das pequenas propriedades bandeirantes que se desenvolveu o autoritarismo, e a fronteira deu a orientação para o desenvolvimento do modo capitalista<sup>281</sup>. Isso não quer dizer que Ricardo tenha se apropriado da *frontier thesis* de Turner, ressignificando seu sentido conforme sua abordagem do estudo sobre a fronteira. Essas comparações são produto de uma leitura de Otávio Velho, a partir da obra dos dois autores, sendo essas considerações apenas uma interpretação da discussão que o autor traça, tendo como base a comparação entre os dois processos, a análise do papel do pioneiro na obra de Turner, e do bandeirante na obra de Ricardo.

Nesse contexto, é importante definir que a bandeira era uma iniciativa privada, onde o bandeirante, por seu próprio custo, financiava uma expedição em busca de riquezas. As bandeiras não possuíam o objetivo de colonizar as terras, sendo essa a função de outro projeto colonial, as *entradas*. Essas últimas eram financiadas pela Coroa portuguesa, com o intuito de avançar na terra intocada e expandir o território. A instituição das entradas foi datada no século XVII, sendo utilizada como forma de expandir o território em busca de ouro e outros metais preciosos.

Estes elementos, para Otávio Velho, servem como base para a defesa dos argumentos de Frederick Jackson Turner sobre os efeitos da fronteira em uma sociedade. Apesar do desenvolvimento desigual entre os dois países, com inúmeros pontos discordantes, vemos que, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, a partir do estudo da *fronteira*, encontramos conceitos que ressignificados de um modelo para outro, abordam questões importantes para entendermos como se deu parte do processo de desenvolvimentos desses países.

Um desses elementos que auxiliam a pensar as construções do conceito de democracia no Brasil é o conceito de *cativeiro*. Otávio Guilherme Velho, no primeiro capítulo do livro *Besta-Fera: Recriação do Mundo*<sup>282</sup>, intitulado *O cativeiro da Besta-Fera*, realiza uma análise sobre esse conceito. Esse termo é analisado a partir do seu uso nas frentes de expansão da Amazônia pelos pequenos agricultores de origem nordestina. Nesse contexto, o termo

---

<sup>280</sup> VELHO, 1979. op. cit. p. 146.

<sup>281</sup> Ibid, p. 147.

<sup>282</sup> VELHO, Otávio Guilherme. A Besta-Fera: recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

cativoiro tem o sentido de remeter aos processos das relações de escravidão no Brasil. Porém, alerta o autor, o sentido do termo é ampliado ao retratar “a crença na *volta do cativoiro*, por ação da *Besta-Fera*”<sup>283</sup>, não mais dos negros, mas sim dos pobres.

O termo encontrou associação em fenômenos tais como a proletarização e a expropriação, assim como no autoritarismo e no capitalismo. Essa *Besta-Fera* age no sentido de trazer o cativoiro, reconhecida como um personagem bíblico do livro do Apocalipse, ora associada ao Estado, ora com a classe dominante, brancos, economia mercantil, dinheiro ou estrangeiros. O próprio pesquisador que visita essas comunidades é reconhecido como um enviado da *Besta-Fera*. O sentido bíblico é entendido também no contexto de *cativoiro*, representando as inúmeras situações que são demonstradas na Bíblia. Essa cultura bíblica ajuda a pensar as experiências vividas pelos agricultores.

O cativoiro e a *Besta-Fera* provocam temor e são “efetivamente, símbolos do mal”<sup>284</sup>. Esse *mal* é exterior, é o mal trazido por quem vem de fora, o capitalismo, o autoritarismo, a proletarização. Esse temor para os camponeses é real, a crença no significado desses símbolos é real e representa uma verdadeira possibilidade de retorno ao cativoiro, a figura da *Besta-Fera*.

Essa associação entre processos sociais e econômicos com a cultura religiosa também está presente na obra de José de Souza Martins, que em seu anteriormente citado livro *Frenteira*, afirma que a história das frentes de expansão no Brasil tem sido a história do milenarismo camponês. Diversos movimentos messiânicos ou milenaristas ocorreram nas frentes de expansão e eclodem nos períodos que esses camponeses estão ameaçados de expulsão ou realmente estavam sendo expulsos da terra<sup>285</sup>. Em consonância com a obra de Velho, Martins descreve que nessas regiões há uma forte presença das representações do mal, que ataca e aflige os camponeses que estão sobre a ameaça de expulsão. Os responsáveis por essa ameaça são os grandes proprietários e grandes companhias, e são associados a imagem da *Besta-fera*, presente no Apocalipse. Além de representar esses proprietários, a *Besta-fera* é associada ao dinheiro, ao grande fluxo de capital, sendo esse um “agente reconhecido das violências contra esses camponeses”<sup>286</sup>.

De acordo com José de Souza Martins, a partir de 1943, a frente pioneira passa a se deslocar com o subsídio do capital proveniente do governo federal, o que acelerou o deslocamento dessa frente pioneira sobre as terras que haviam sido ocupadas pela frente de

---

<sup>283</sup> Ibid, p. 14.

<sup>284</sup> Ibid, p. 17.

<sup>285</sup> MARTINS, 2009. op. cit. p. 164.

<sup>286</sup> Ibid, p. 166.

expansão, gerando uma situação tensa e conflitiva<sup>287</sup>. Ocorre dessa forma que, muitas vezes a frente pioneira se adianta sobre a frente de expansão, entrando em contato direto com as populações indígenas, e gerando novas situações de conflito<sup>288</sup>. Sobre essa questão, podemos observar um paralelo com a obra de Otávio Velho, pois José de Souza Martins demonstra que mesmo sobre a influência da frente pioneira e do grande capital, “isso não transforma nem os camponeses nem os índios em típicos operários de empresa capitalista”<sup>289</sup>. E também não impede a sobrevivência do índio e do camponês no interior da frente pioneira, e pode acontecer que “se integrem marginalmente (ou não) no mercado de produtos agrícolas”<sup>290</sup>.

Uma questão deveras interessante que José de Souza Martins traz é sobre as relações de produção na frente de expansão. O autor expõe sua visão, em que “as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações *não-capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital”<sup>291</sup>. Nessa questão, tanto Martins quanto Velho compartilham uma visão a respeito do campesinato de fronteira e do desenvolvimento capitalista na frente de expansão.

Porém, José de Souza Martins vai um pouco mais fundo nessa questão e explica porque as relações de produção se dão dessa forma. Primeiro, ele descreve que essas relações não constituem um novo modo de produção, mas na verdade indicam

uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria os diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra. Os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto, o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível.<sup>292</sup>

A frente de expansão não é uma reprodutora de relações capitalistas de produção, estando presentes, na maioria dos casos, as relações servis de trabalho, como o caso da peonagem ou a escravidão por dívidas. Um exemplo que o autor utiliza em outro trabalho, A

---

<sup>287</sup> Ibid, p. 153.

<sup>288</sup> Ibid, p. 154.

<sup>289</sup> Ibid, p. 155.

<sup>290</sup> Ibid, p. 155.

<sup>291</sup> Ibid, p. 156.

<sup>292</sup> Ibid, p. 156.

*produção capitalista de relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café*, traz à tona essas duas últimas questões abordadas, das relações não-capitalistas em um sistema capitalista; e as relações servis de trabalho, e escravidão por dívida. O autor utiliza como objeto de estudo as fazendas de café de São Paulo, em meados do último quarto do século XIX. Após as leis que proibiam o tráfico negreiro e a Lei de Terras entrarem em vigor, foi necessário estipular um plano para suprir a futura demanda por mão-de-obra, sendo que o fornecimento dessa força de trabalho ficou a cargo dos imigrantes europeus, principalmente os de origem italiana. Apesar de não considerar essa uma modalidade de *capitalismo autoritário*, conforme o faz Otávio Velho, José de Souza Martins considera este como sendo um sistema de repressão da força de trabalho:

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho, mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade.<sup>293</sup>

Uma das diferenças entre José de Souza Martins e Otávio Velho reside no fato do significado dos conceitos. Para Otávio Velho, o *capitalismo autoritário* se desenvolveu sobre a pressão do capitalismo internacional em países que não passaram por uma revolução burguesa, a terra era abundante e livre e o campesinato permaneceu como subordinado ao sistema econômico. Segundo José de Souza Martins, a distinção entre o *capitalismo autoritário* e o *capitalismo burguês* é *esdrúxula*, “como se fosse possível outro capitalismo que não o burguês e como se o capitalismo autoritário não fosse ele próprio o capitalismo burguês”<sup>294</sup>.

Dessa forma, José de Souza Martins tem sérias discordâncias dos conceitos e significados interpretados por Velho. A questão da repressão da força de trabalho, conceito utilizado por Velho para caracterizar as relações de produção no capitalismo autoritário, é refutado por José de Souza Martins como sendo um *eufemismo*, e na sua concepção, o conceito seria mais bem definido como *trabalho sob coação*<sup>295</sup>, sendo na verdade, uma forma de servidão e até mesmo escravidão. Apesar de não concordarem com a denominação do termo, os dois autores trabalham duas situações que se aplica essa *repressão da força de*

<sup>293</sup> MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. São Paulo: Contexto, 2010. p. 35.

<sup>294</sup> Idem, 2009. op. cit. p. 73.

<sup>295</sup> Ibid, p. 74.

*trabalho e/ou trabalho sob coação* no sistema econômico, sendo que essas situações se entrelaçam na discussão sobre as *relações de produção não-capitalistas em um sistema de produção capitalista*.

De acordo com Otávio Velho, os coletores de castanha alternam sazonalmente a produção agrícola de subsistência com a coleta da castanha e busca de diamantes, sendo que as relações no campo assumem essa característica não-capitalista, devido a não ocorrer um pagamento em espécie para o camponês. Esses camponeses, dessa forma, se encontram inseridos no sistema de *repressão da força de trabalho*, pois, segundo Otávio Velho, no processo de extração da castanha, o camponês, que é o produtor direto nessa relação, precisa vender o produto coletado *antecipadamente* aos comerciantes de Marabá, não tendo liberdade de comércio para negociar sua própria produção. Nesse contexto, muitas vezes era necessário ao camponês fixar residência em locais distantes das cidades e dos centros de comércio, em uma situação de isolamento. Para suprir as necessidades imediatas desses camponeses, surgia a imagem do *barracão*.

[O *barracão*] tratava-se de uma espécie de armazém dentro da própria mata, e a ele tinham que recorrer os castanheiros que trabalhavam na zona em torno, com margem cada vez menor para alternativas à proporção que a distância da *beira* e de Marabá aumentava. Isso caracteriza uma situação de monopólio local.<sup>296</sup>

Esse sistema em que os camponeses, obrigados a vender seus produtos aos comerciantes antecipadamente, e necessitando dos produtos do barracão, que controla o comércio local, permite o regime de *coerção da força de trabalho* devido ao “*caráter fechado da estrutura do comércio*”<sup>297</sup>. O regime de *colonato*, a qual estavam submetidos os imigrantes, principalmente italianos, que vieram para o Brasil na segunda metade do século XIX, possuía uma estrutura muito similar a dos coletores de castanha da região de Marabá. Segundo José de Souza Martins, esse novo regime de trabalho – colonato – foi necessário para substituir o regime da escravidão, onde o trabalhador consideraria legítima a exploração da sua força de trabalho. O colonato não pode ser considerado um regime tipicamente capitalista, pois no capitalismo o salário é a única remuneração da força de trabalho<sup>298</sup>, e no colonato, três elementos são constitutivos desse processo:

<sup>296</sup> VELHO, 1972. op. cit. p. 58.

<sup>297</sup> Ibid, p. 58.

<sup>298</sup> MARTINS, 2010. op. cit. p. 35.

Um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade do café colhido e produção direta dos alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral.<sup>299</sup>

Dessa forma, observamos que se trata de uma relação capitalista, baseada em uma relação não-capitalista de produção. O regime do colonato forçava uma *imobilização da força de trabalho*, que é um conceito repudiado por José de Souza Martins, que o caracteriza como *servidão*. O colono não é proprietário de sua própria força de trabalho, pois não tem a opção de vender livremente sua mão-de-obra. Se desejar buscar melhores condições de trabalho, deve encontrar um fazendeiro disposto a quitar suas dívidas com o antigo patrão, assumindo essas dívidas, mantendo a força de trabalho do colono imobilizada. Uma das dívidas era decorrente do sistema de *parceria*, o fazendeiro pagava os custos de viagem do imigrante e este prestava serviço na fazenda por determinado tempo ou até pagar sua dívida. Outra ferramenta do sistema de repressão de força de trabalho era o já citado *barracão*. O barracão era um elemento presente nas fazendas, embora não da forma exata como ocorre no processo da frente de expansão da região de Marabá, na Amazônia, descrito por Otávio Velho, mas um ponto importante de comparação. Nas fazendas de café, o produto que o colono não pudesse produzir para seu sustento, poderia obter junto ao barracão, sendo que sua dívida com o patrão aumentava, pois nem sempre a colheita era suficiente para a subsistência<sup>300</sup>. Esse barracão pertencia ao fazendeiro, que cobrava o preço que queria pelas mercadorias, endividava o colono e o mantinha ligado à terra.

Essa discussão encontra consoante na relação entre as frentes de expansão e termo supracitado, *cativeiro*. Esse termo é associado, segundo Otávio Guilherme Velho, em seu livro *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*, ao fato de se trabalhar “sem receber nada em troca, a não ser alguma roupa e comida”<sup>301</sup>. A exploração e perda de autonomia são consideradas como situação de cativeiro. Velho aponta que em sua forma mais acabada, o termo *cativeiro* representa *escravidão*, não um retorno aos processos escravagistas do século XIX, mas sim, à escravidão dos pobres. Essa é uma discussão que José de Souza Martins, no livro *A reforma agrária e os limites de democracia na Nova República*<sup>302</sup>, em artigo intitulado *A escravidão hoje no Brasil*, afirma, em forte tom de denúncia, que “neste ano de 1986, quase

<sup>299</sup> Ibid, p. 36.

<sup>300</sup> Ibid, p. 70.

<sup>301</sup> VELHO, 1972. op. cit. p. 130.

<sup>302</sup> MARTINS, José de Souza. Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1986.

um século depois da escravidão ter sido extinta por lei, compra-se e vende-se escravos no Brasil”<sup>303</sup>.

De acordo com José de Souza Martins, a maioria desses trabalhadores escravos são jovens ou menores de idade, filhos de fazendeiros pobres. Essa situação é mantida de forma repressiva sob a ação de pistoleiros profissionais, sendo que esses trabalhadores escravos “trabalha sob a mira do revólver, do fuzil, da escopeta. Numa das fazendas foram encontradas quarenta e seis mil balas”<sup>304</sup>. Além disso, a violência física é comum, tais como espancamentos, chicotadas e tortura através do “tronco”, antigo símbolo da escravidão. O trabalho não é remunerado e as punições são severas quando ocorrem tentativas de fuga.

O processo de escravização, segundo José de Souza Martins, possuiu diversos mecanismos. Usualmente, em uma região pobre onde há pequenos agricultores desprovidos de recursos ou trabalhadores desempregados sazonais ou sem terra, chega um aliciador ou o proprietário das terras, que oferece condições de trabalho melhores aos jovens, com promessas de variados benefícios, tais como “assistência médica, contrato, bom salário, transporte. Promessas que não serão cumpridas”<sup>305</sup>. O aliciador deixa para a família um adiantamento, como forma de suprir as necessidades de subsistência, que na verdade é o início do débito que leva esse trabalhador à escravidão. Esse débito aumenta durante a viagem, sendo que tudo o que é consumido por esses trabalhadores custa no barracão da fazenda o triplo do que custaria normalmente. O salário prometido se reduz aproximadamente pela metade. Segundo Martins, “o débito é o principal instrumento da escravização: justifica a violenta repressão contra esses trabalhadores”<sup>306</sup>.

Essas relações de escravidão não ocorrem apenas em regiões afastadas da frente de expansão, em áreas da Amazônia, mas também no Mato Grosso, Pará, São Paulo e Paraná, além de outras regiões metropolitanas de capitais do Sul e do Sudeste, de acordo com José de Souza Martins. O autor afirma que a supressão dessa situação encontra dificuldades na distância que essas regiões se encontram e pelo tamanho das propriedades, mas também por que essa situação “é componente do tipo de acumulação capitalista que se dá num país periférico como o Brasil, com a conivência do Estado”<sup>307</sup>.

As frentes de expansão tem a característica de reproduzir as relações sociais e de produção como *não capitalistas*, mediadoras da reprodução *capitalista* do capital. Essa

---

<sup>303</sup> Ibid, p. 41.

<sup>304</sup> Ibid, p. 41.

<sup>305</sup> Ibid, p. 43.

<sup>306</sup> Ibid, p. 43.

<sup>307</sup> Ibid, p. 44.

questão remete à insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução do capital nessas regiões, devido a fatores tais como distância dos mercados e precariedade das vias e meios de comunicação. José de Souza Martins, no livro *Fronteira*, demonstra que no desenvolvimento capitalista, o conceito de *relações de produção não-capitalistas em um sistema de produção capitalista* é parte de um processo, sendo “a primeira etapa é a produção de mercadorias, e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas”<sup>308</sup>. No sistema de repressão da força de trabalho, o camponês ou colono não possui a liberdade de comercializar seu produto, e não possui o domínio efetivo sobre a terra, estando “preso” em um sistema econômico fechado. Esse aspecto é presente na obra de José de Souza Martins, no sistema de colonato, assim como na obra de Otávio Velho, nas relações econômicas a que estão submetidos os coletores de castanha, da região de Marabá. Esse sistema se enquadra como pré-capitalista, desenvolvendo no Brasil, conforme afirma Otávio Velho, a modalidade autoritária do capitalismo.

A discussão sobre os processos de produção e relação de trabalho, a partir da obra de Velho e Martins, tem o objetivo de direcionar a discussão no sentido de se compreender como se estabelece a estrutura econômica e de mercado no Brasil, tomando como ponto de partida as frentes de expansão. Essas argumentações demonstram que as relações sociais e econômicas nas frentes de expansão brasileiras são estruturalmente diferentes dos processos ocorridos nos Estados Unidos, sendo que gestaram formas próprias de capitalismo e democracia no campo. Em outro de seus livros, intitulado *A Chegada do Estranho*<sup>309</sup>, no capítulo *Mercado e democracia: a relação perversa*, José de Souza Martins observa que os mecanismos de mercado escondem uma ilusão, de que existem relações igualitárias, “base e pressupostos da democracia”<sup>310</sup>. Isso porque, supostamente, apenas pessoas livres e iguais poderiam escolher o que comprar e o que vender. A queda do antigo regime e das relações sociais baseadas na dominação e privilégios abriria espaço para novas relações que garantiriam a igualdade social. Segundo Martins, as discussões clássicas afirmam que “a expropriação do servo da gleba o libertaria para o mercado de força de trabalho, ao mesmo tempo que libertaria a terra para o capital”<sup>311</sup>. O autor discorda desse ponto, ao lidar com a situação histórica do Brasil, onde a disseminação da mercadoria não contribuiu para produzir uma sociedade capitalista plenamente moderna. Discorre o autor que a expulsão dos trabalhadores da terra, em regiões onde estes não estavam agregados a grandes fazendas e

---

<sup>308</sup> Idem, 2009. op. cit. p. 37.

<sup>309</sup> MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

<sup>310</sup> Ibid, p. 155.

<sup>311</sup> Ibid, p. 155.

viviam como posseiros ou ocupantes, não garantia a transformação destes em mão-de-obra assalariada, por que não havia o que expropriar. Foram necessários novos mecanismos, no período pós-abolição, que “garantissem” essa condição de expropriado ao trabalho, sendo que “o capital promoveu a disseminação de relações não-capitalistas de produção”<sup>312</sup>. O capital, liberado pela abolição da escravidão, instituiu novas relações de produção baseada no tributo, que se disfarçam como capitalistas, “pela suposta equivalência da compra e da venda”<sup>313</sup>.

A mercadoria, nesse sistema, não circula livremente e não é símbolo de igualdade de compra e venda, mas um instrumento de dominação, sendo o meio utilizado para realizar a *coerção* da força de trabalho do trabalhador, submetendo-o ao serviço de um patrão. Essa é a função do *barracão*, sendo que o dinheiro, “que é expressão pura da mercadoria, simplesmente não existe de modo visível, mas apenas nominal”<sup>314</sup>. Não apenas relações de trabalho, mas relações de dominação, que submetem o trabalhador ao poder pessoal do proprietário da terra. Essas relações econômicas estruturam as relações políticas. A organização política é revestida de uma duplicidade, que expressa essa duplicidade da mercadoria, representando a liberdade de compra e venda e um instrumento de dominação, com o objetivo de ocultar o tributo presente nessas relações econômicas.

Apenas a parcela da sociedade que tem vinculação direta com o mercado tem a possibilidade de cidadania, sendo os direitos acessíveis apenas aquelas que não estão sob sujeição, que são economicamente autônomos. Há forte supressão da cidadania dos dependentes e subordinados dos grandes proprietários, “a vontade política de cada um ficou subordinada a mando e dominação pessoal dos que mantinham e mantêm sob tutela agregados e trabalhadores”<sup>315</sup>. Nessa relação de dominação, a mercadoria circula como tributo, negando o mercado ao invés de afirmá-lo.

A expansão do mercado e o crescimento da economia nacional vêm sem despojar a mercadoria dessa característica de tributo. De acordo com Martins, o ressurgimento da peonagem e da escravidão por dívidas é indicativo de um desenvolvimento econômico intenso, que acentua “as formas coercitivas e atrasadas de exploração do trabalho e de extração de excedentes econômicos”<sup>316</sup>. Assim, a expansão do mercado traz rupturas e

---

<sup>312</sup> Ibid, p. 168.

<sup>313</sup> Ibid, p. 168.

<sup>314</sup> Ibid, p. 169.

<sup>315</sup> Ibid, p. 170.

<sup>316</sup> Ibid, p. 172.

transformações sociais, e recria relações tradicionais e coercitivas, “resultados opostos aos dos seus supostos efeitos emancipadores”<sup>317</sup>.

No artigo *A escravidão hoje no Brasil*, José de Souza Martins é pontual ao questionar a relação entre democracia e capitalismo, dentro da sociedade brasileira contemporânea. Segundo o autor,

Num país em que a liberdade da pessoa vale tão pouco, quanto valerá a democracia? Por quanto tempo e para quem? Que democracia pode ser edificada em um país em que milhares de trabalhadores estão reduzidos à condição de escravos, apanham para trabalhar e podem ser vendidos e comprados sem que ninguém moleste os que se aproveitam do seu trabalho? A liberdade que falta a eles falta a todos nós e sua falta contamina e vicia toda a nossa estrutura política.<sup>318</sup>

Assim, em comparação com os processos ocorridos nos Estados Unidos, podemos observar uma profunda contradição. Para Turner a forma como aconteceu a ocupação da fronteira estadunidense, a partir do “surgimento” de um novo americano a partir das relações “únicas” entre civilização e selvagem, levou a constituição dos ideais da democracia norte-americana, assim como a influência do Oeste foi decisiva para o desenvolvimento do capitalismo neste país. Estas seriam consequências positivas do processo de movimento e expansão da fronteira agrária estadunidense, pois foi o “estopim” da sociedade moderna dos Estados Unidos. Essa visão é compartilhada por outros autores, tais como Billington, Fohlen, Nevins e Commager. Dessa forma, Turner busca analisar como o pioneiro migrou para a região de fronteira e constituiu seu lugar social a partir da relação que trava com a natureza selvagem, gerando com isso o *mito fundador* de uma nação.

No caso brasileiro, vemos que a fronteira sofre um processo distinto do ocorrido nos Estados Unidos. Ocorre, porém, que Cassiano Ricardo, ao analisar o mesmo processo de expansão, concorda com as afirmativas de Turner, sendo sua obra uma “heroicização” do mito do bandeirante, como aquele que comanda a bandeira, não baseado em critérios sociais e econômicos estabelecidos nas regiões próximas ao litoral, mas em relações que se desenvolvem no seio da própria bandeira, que para Ricardo tem a característica de serem igualitárias e se tornarem o “berço” da democracia brasileira.

Em contraste, tanto José de Souza Martins como Otávio Velho são específicos em demonstrar, a partir da abordagem das relações de trabalho nas áreas de fronteira, e como a reprodução capitalista se estabelece a partir destas relações, que a forma como ocorreu a

---

<sup>317</sup> Ibid, p. 172.

<sup>318</sup> Idem, 1986. op. cit. p. 44.

ocupação da fronteira no Brasil não resultou no mesmo processo. Tanto Martins quanto Velho analisam a questão levando em conta a própria fronteira e os processos que a caracterizam como algo que está para além da civilização, portanto, que toda a violência que caracteriza a sua ocupação é naturalizada. Essas relações violentas e “autoritárias” definem rumos diferentes para o desenvolvimento do capitalismo e dos ideais democráticos no Brasil, sendo que as interpretações construídas por esses autores, assim como as demais discussões presentes no trabalho, demonstram claramente essa questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de tecer algumas considerações finais abordando todas as perspectivas presentes e analisadas neste trabalho, cabem aqui algumas explicações sobre a ausência de determinados autores. Apesar do caráter clássico e fundamental de algumas obras, a discussão e o diálogo sobre elas não encontraria o espaço adequado dentro deste trabalho. O propósito não foi o de esvaziar as discussões sobre o assunto, mas sim de analisar alguns elementos pertinentes dentro do todo.

Sobre a dissertação, vimos que o Oeste estadunidense não é apenas a faixa de terra localizada na costa da Califórnia, Nevada e Oregon, mas sim, a imensa porção de terras, de características quase continentais, que vai dos Montes Apalaches até o Pacífico. Foi nessa imensa região que ocorreram os processos de expansão da fronteira, agrícola, de criação de gado, das minas e de colonização, sendo que a partir das relações que surgiram nessas áreas de fronteira, temos o surgimento de uma nova forma de pensar e de agir. Concordo com os posicionamentos de Turner, assim como as argumentações da *frontier thesis*, que demonstram o Oeste como o elemento central para o estabelecimento da sociedade estadunidense, em seus mais variados aspectos, econômicos, culturais, políticos e ideológicos. Porém, é necessário observar que os resultados das análises de Turner muitas vezes fogem da realidade daquilo que o autor buscava analisar e, neste caso, o principal problema está no fato que ele analisa a fronteira sem dar a devida atenção a própria fronteira, tratando-a como aquilo que está para além da civilização e que só ganha sentido a partir do momento em que o pioneiro a retira da ordem natural e a insere na ordem social. Essa questão para Turner é o ponto principal, sendo essa relação pioneiro/fronteira/selvagem a própria *causa primeira* das modernas instituições democráticas e capitalistas estadunidenses.

No primeiro capítulo, elenquei algumas discussões sobre os processos de expansão da fronteira, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Cabem aqui mais algumas linhas sobre Frederick Jackson Turner, pois como um dos principais historiadores da fronteira nos Estados Unidos, construiu sua interpretação com base em fontes não-tradicionais para época, amalgamando elementos da cultura popular com uma trabalhosa pesquisa de campo, e com isso, sua tese sobre a fronteira foi aceita por muitos anos, como um “mito de formação” do homem americano. Suas ideias buscavam justificar a moderna formação dos Estados Unidos a partir das relações estabelecidas nas áreas de fronteira, que por sua vez deu origem as democráticas instituições estadunidenses.

Assim, os processos descritos por Turner sobre o movimento da fronteira nos Estados Unidos foram uma das referências utilizadas por Leo Waibel para o desenvolvimento do seu trabalho sobre as zonas pioneiras no Brasil, a partir de uma abordagem geográfica dessas regiões. O conceito de pioneiro assume um valor semelhante para Turner, que é o homem que se faz por si mesmo, a partir do contato com as populações indígenas, aprende a lidar com a terra e isso permite que esse pioneiro possa se estabelecer na terra, e a partir disso, moldá-la conforme suas necessidades. Essa concepção de pioneiro é diferente da interpretação construída por Pierre Monbeig, pois para ele o indígena foi o primeiro “pioneiro”, que abriu as roças do mato, e que ensinou ao branco as técnicas para limpeza e cultivo do solo. Mas ainda assim pra Monbeig os indígenas eram apenas os primeiros a chegar, portanto, não transformaram profundamente a natureza, pelo contrário, também participavam desse mundo natural que só foi transformado e/ou civilizado a partir da chegada do homem branco, investidor, especialmente o fazendeiro de café, novamente a negação completa daquilo que está para além da fronteira.

Então, temos a obra de José de Souza Martins, que analisa a fronteira do ponto de vista da sociologia. Para ele, a fronteira é o local da alteridade, o espaço de perceber as diferentes concepções sobre o que representa essa fronteira. Martins discute as frentes de expansão e as frentes pioneiras, e como a sobreposição das duas leva a conflitos entre os posseiros e os latifundiários. A terra se transformando em mercadoria de troca é um ponto importante da obra do autor, pois representa o capitalismo se expandindo para regiões que antes não eram submetidas à integração no mercado.

No segundo capítulo, a análise se concentra no conceito de capitalismo, buscando uma relação e diálogo iniciais com os processos de expansão da fronteira. Algumas breves definições sobre o capitalismo e sua origem foram abordadas, a partir da obra de Ellen Wood, que relaciona o surgimento do capitalismo com a queda do feudalismo, e traça alguns pontos para justificar sua tese de que o capitalismo tem sua origem nas instituições agrárias inglesas dos séculos XVI-XVII.

No processo de desenvolvimento capitalista na América, a fronteira constitui um de seus principais elementos, na relação entre as terras livres, legislação agrária e na maneira como se dão as relações de produção, podendo ocorrer a formação de um campesinato livre, como aconteceu nos Estados Unidos, ou então o campesinato está inserido em um sistema de repressão da força de trabalho, como aconteceu no Brasil. O estudo do modelo norte-americano de expansão da fronteira se mostra importante para entendermos como ocorre o processo brasileiro de expansão.

Na realidade brasileira, Maria de Nazareth Baudel Wanderley traz uma análise que aborda a questão da propriedade fundiária sob a perspectiva da renda fundiária e tece algumas considerações sobre o caráter capitalista da agricultura no Brasil, buscando compreender as formas concretas da reprodução do capitalismo na agricultura brasileira. Assim, vimos que a autora analisa a questão sobre a propriedade da terra e sua expressão econômica, a renda fundiária. Ocorre que a ação do capital altera outros aspectos do processo de transformação da propriedade fundiária, que no capitalismo passa a ter uma expressão econômica do direito sobre a terra, representada pela renda fundiária capitalista. Basicamente, a discussão realizada pela autora nos auxilia na compreensão da estrutura e a natureza da propriedade de terra no Brasil.

Pierre Monbeig aborda questões que remetem ao processo de povoamento das regiões do interior de São Paulo, um esforço conjunto de grandes proprietários de terras, médios agricultores, e toda uma “equipe técnica”, que avança sobre as áreas de fronteira agrária e contribui para o crescimento das áreas urbanas e rurais. Monbeig aborda a questão sob uma ótica geográfica e econômica, associando as etapas de expansão da fronteira agrícola com os períodos de desenvolvimento capitalista, assim como os momentos de retração da marcha de povoamento estão interligados com as crises sofridas pelo capitalismo.

Com a obra de Otávio Velho foram discutidas as características antropológicas das frentes de expansão, como o autor interpreta os processos de movimento da fronteira agrária na região de Marabá, no Norte do Brasil. Nas áreas de fronteira, onde há disponibilidade de terras livres, Velho defende a ideia do desenvolvimento do *capitalismo autoritário*, uma forma que o capital encontra para se reproduzir em países que não passaram por uma revolução burguesa, e com isso, a burguesia se enfraquece, sofrendo uma forte influência do capitalismo internacional, assumindo com isso essa característica de autoritário, mas não deixando de ser capitalismo.

Brevemente foi abordada a questão do desenvolvimento do capitalismo autoritário no Brasil e do desenvolvimento do capitalismo burguês nos Estados Unidos e as especificidades de cada caso. As diferenças observadas mostram que nos Estados Unidos, segundo a visão de Turner, as terras livres permitiram ao pioneiro exercer sua liberdade e desenvolver as instituições democráticas. Outro ponto importante nesse caso mostra que a maneira como o pioneiro do Oeste se relacionava com o Norte e como essa relação foi um dos fatores que desencadearam a Guerra de Secessão. Finda a guerra, o Norte vitorioso impõe sua visão burguesa e industrialista sobre o restante do país, com isso, alavancando o desenvolvimento do capitalismo burguês nesse país. Já no Brasil, os elementos que permitem esse processo de

instituição dessa “modalidade” de capitalismo são diferentes. O sistema econômico foi controlado durante muito tempo pelas oligarquias agrárias, na figura do grande latifundiário, mantendo a mão-de-obra camponesa cativa, graças a um regime de repressão da força de trabalho. A partir da década de 1930, ocorreu um processo de transição, onde o controle econômico passa das mãos dos latifundiários para o empresariado industrial. Uma das fases desse processo foi a execução do Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, a partir do qual o capital passa a ser investido em obras de infra-estrutura e indústrias de base, e substituiu o autoritarismo como sistema de produção.

Independentemente de como for denominado, conforme Otávio Velho, o capitalismo que se desenvolveu no Brasil assim como o capitalismo que se desenvolveu nos Estados Unidos, possui características diferentes do capitalismo que se desenvolveu na Europa. José de Souza Martins, por seu turno, discute a diferença desse desenvolvimento ao afirmar que o capitalismo que aqui se desenvolveu tinha base no latifúndio, que gerava desigualdades entre estamentos e que era diferente do capitalismo baseado no capital e nas relações supostamente igualitárias. Apesar de ter criticado a ideia do conceito de *capitalismo autoritário*, não nega a diferença no desenvolvimento do capitalismo no caso brasileiro.

Dessa forma, a partir da leitura de autores que estudaram o processo de expansão da fronteira norte-americana, observamos como a fronteira nos Estados Unidos é entendida como o local de encontro entre o “selvagem” e o “civilizado”, local onde o pioneiro, com muito esforço, conquista e coloniza, e que originava um produto novo, tipicamente americano, rompendo os laços europeus de dominação nesse continente. Esse pioneiro era o agente da transformação, o principal “personagem” desta história, sendo elevado ao nível de “mito”, o herói construtor da nação. Dentro deste contexto surgiram relações econômicas e sociais específicas, que originaram as modernas concepções de democracia, tendo o capitalismo estadunidense se desenvolvido tardiamente em relação à Europa, mas devido às características únicas da fronteira, alcançou uma dimensão totalmente distinta dos processos europeus.

Dessa forma, temos uma visão de mundo construída a partir da invenção do homem americano, do *self made man*, da democracia e capitalismo americanos, possuidores de um sentido político bastante específico, sendo histórica, social e politicamente incorporadas como história oficial e serviram de base para justificar diferentes tipos de violências, repressões e expropriações nos Estados Unidos. Neste sentido, as análises mais atuais têm razão em questionar e criticar as análises produzidas por e a partir de Turner, sendo que um dos principais méritos dessa produção mais contemporânea é analisar a fronteira levando em conta também aquilo que acontece na fronteira, discutindo a relação entre o *out* e o *in*, isto é,

entre aquilo que está dentro e fora da fronteira, mostrando que não são dois universos separados ou realidades opostas que negam uma a outra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Bibliografia citada:*

ALLEN, H. C. História dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

APTHEKER, Herbert. Uma Nova História dos Estados Unidos: a Revolução Americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

AVILA, Arthur Lima de. E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Porto Alegre, 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado – História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BILLINGTON, Ray Allen. Fronteiras. In: WOODWARD, C.Vann (org.). Ensaios Comparativos sobre a História Americana. São Paulo: Cultrix, 1972.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: \_\_\_\_\_. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BROWN, Dee. O Faroeste. Rio de Janeiro: Record, 1974.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis: Vozes : Rio de Janeiro: LPP : Buenos Aires: CLACSO, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DESAI, Meghnad . Capitalismo. In: BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

EKIRCH JÚNIOR, Arthur. A democracia americana: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FOHLEN, Claude. América anglo-saxônica: de 1815 à atualidade. São Paulo: Pioneira : Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. O Faroeste. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora UFRJ, 2010.

JACOBS, Wilbur R. Foreword. In: TURNER, Frederick Jackson. The Frontier in American History. Tucson: The University of Arizona Press, 1994.

JUNQUEIRA, Mary A. 4 de julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazul Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

\_\_\_\_\_. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. A formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MARTINS, José de Souza Martins. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. O cativo da Terra. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. O capital: crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MISKIW, Antônio Marcos. Fronteira. In: MOTTA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Território. In: MOTTA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec: Ed. Polis, 1998.

NARO, Nancy Priscilla S. A Formação dos Estados Unidos. São Paulo: Atual, 1987.

NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. Breve história dos Estados Unidos. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 1997.

SILVA, Lígia Osorio. Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850. Campinas: São Paulo, 1996.

SKINNER, Quentin. Meaning and undestanding in the History of Ideas. History and Theory, vol. 8, n. 1, p. 3-53, 1969. Disponível em <[www.jstor.org/stable/2504188](http://www.jstor.org/stable/2504188)> Acesso em 17/01/2012.

TURNER, Frederick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

VELHO, Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. A Besta-Fera: recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANNA, Hélio. História do Brasil: Volume I – Período Colonial. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

\_\_\_\_\_. História do Brasil: Volume II – Monarquia e República. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

\_\_\_\_\_. História das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1948.

WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Agrária e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. In: Araújo, Braz José de (Org.). Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOODWARD, C.Vann (org.). Ensaios Comparativos sobre a História Americana. São Paulo: Cultrix, 1972.

*Bibliografia consultada:*

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: Edusp, 2007.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARENDDT, Hannah. O que é política?. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. Anos 90, Porto Alegre, v.12, n.21/22, p. 369-413, jan/dez. 2005.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOLTON, Herbert E. The Spanish Borderlands. New Have: Yale University Press, 1921.

BORON, Atílio A. Estado, capitalismo e democracia na América. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOTTOMORE, Tom. Críticos da sociedade: o pensamento radical na América do Norte. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CRONON, William; GITLIN, Jay; MILES, George (org.). Under an Open Sky: rethinking America's Western Past. New York: W. W. Norton, 1992.

FARAGHER, John Mack. The frontier trail: Rethinking Turner and reimagining the American West. American Historical Review, New York, n. 68, Feb. 1993.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

GRAY, Wood; HOFSTADTER, Richard. Panorama da história dos Estados Unidos. Departamento Cultural da Embaixada dos Estados Unidos da América. s/d.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza dos Eua (Nós, o Povo). São Paulo: Brasiliense, 1987.

JEFFREY, Julie Roy. Frontier Woman: "Civilizing" the West? 1840-1880. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1979.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LIMERICK, Patrícia Nelson. The legacy of conquest; the unbroken past of the American West. New York: W. W. Norton, 1987.

LIMERICK, Patrícia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (orgs.). Trails: Towards a New Western History. Lawrence: University Press of Kansas, 1991.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Imigração e crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. Não há terra para plantar nesse verão. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. O Sujeiro Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária: O Impossível Diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOOG, Vianna. Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MOORE JR, Barrington. Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as causas da miséria humana e sobre certos propósitos para eliminá-las. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

MYSKIW, Antonio Marcos. A Fronteira como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Niterói, 2009. 245 f. Dissertação (Doutorado – História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

RÉMOND, René. História dos Estados Unidos. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMillen, Neil. Uma reavaliação da história dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

\_\_\_\_\_. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VALVERDE, Orlando. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. História geral da economia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

WEGNER, Robert. A Conquista do Oeste. A Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.